



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 125.1.55.O

DATA: 26/05/15

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa
Extraordinária - CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 16h01min

TÉRMINO: 21h01min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 125ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária, Vespertina, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 26 de maio de 2015.

Presidência dos Srs.:

Eduardo Cunha, Presidente.

Beto Mansur, 1º Secretário.

Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.

Daniel Coelho, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 16 HORAS E 1 MINUTO COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Eduardo Cunha

Waldir Maranhão

Giacobo

Beto Mansur

Felipe Bornier

Mara Gabrilli

Alex Canziani

Mandetta

Gilberto Nascimento

Luiza Erundina

Ricardo Izar



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 409 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Há Deputados aguardando para fazer seus pronunciamentos, os quais nós estamos alternando com os Deputados inscritos nas Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Cunha Lima.



O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com sincera comoção e enorme pesar, registro minhas mais escolhidas homenagens ao Prefeito de São Domingos do Cariri, na Paraíba, José Ferreira, que infelizmente faleceu hoje.

Digo, sem nenhum medo de estar exagerando, que José Ferreira é um exemplo de homem público. Ele deixou a sua marca, construiu um verdadeiro legado na vida pública, por tudo o que fez, por tudo o que conseguiu construir na cidade de São Domingos do Cariri.

Gostaria de deixar minha sincera homenagem ao Prefeito José Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Obrigado, Sr. Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra à Sra. Deputada Erika Kokay, por 3 minutos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje a bancada feminina irá apresentar emenda estabelecendo uma cota para as mulheres. Não se trata de cota nas nominatas dos partidos políticos, que já existe, Deputada Janete Capiberibe, e aponta para a obrigatoriedade de 30% de mulheres nas chapas. Entretanto, o que temos percebido é que, ainda que haja essa cota de 30%, as condições de disputa são absolutamente desiguais: as mulheres não têm as mesmas estruturas, não têm o mesmo financiamento e não têm os mesmos tempos de televisão. Portanto, é como se tivessem que compor uma lista, uma nominata, para elegermos os homens, numa sociedade que ainda não fez o luto do colonialismo, quando o Brasil, repartido em tiras, foi entregue aos amigos do rei, que se sentiam donos não só das terras, mas também das crianças e das mulheres.

O País já teve na sua legislação autorização para os homens castigarem fisicamente as mulheres e as crianças. Isso já constou da legislação do Brasil. Ora, avançamos com a Lei Maria da Penha, que ainda precisa se tornar realidade concreta, para que não tenhamos milhões de mulheres com medo de voltar para casa todos os dias porque serão submetidas a uma lógica semelhante à da tortura, arrancadas, aos pedaços, elas delas mesmas.

Eu diria que é muito importante que nós possamos fazer valer a democracia e tirar o Brasil desta postura absolutamente vexatória de termos só 9,9% de mulheres nesta Câmara Federal, menos do que em países onde mulheres usam burcas e não podem mostrar o seu rosto ou os seus olhos. É como se cá tivéssemos nossas burcas invisíveis.



Eu diria que é muito importante que nós possamos dar um passo definitivo no sentido do que defende a sociedade, porque todas as pesquisas indicam que mais de 80% da sociedade brasileira quer a presença maior de mulheres no Parlamento.

Ao reconhecermos que há desigualdades de direitos construídas com relação às mulheres, que por muito tempo não tiveram condições de exercer a sua humanidade, porque não eram donas dos empregos, do voto inclusive — há pouco mais de 80 anos que as mulheres têm o direito de votar —, é preciso que admitamos a desigualdade de oportunidades, que a dupla e a tripla jornadas atingem as mulheres. Dessa forma, poderemos fazer de fato uma reforma política e, também na perspectiva de reabastecer ou fortalecer nossa democracia, assegurar 30% de mulheres no Parlamento — 30% de mulheres no Parlamento! —, em nome da democracia e de uma Constituição que fala em dignidade humana.

Enquanto houver esse índice de sub-representação de mulheres neste Parlamento, nós teremos todos os dias na sociedade o fruto da desigualdade de gênero e também a semente da perenização desta relação de subalternidade das mulheres. Por isso estamos unidas, Deputadas e Senadoras, independentemente de partido ou convicções que nos trouxeram a esta Casa, para exigirmos 30% de mulheres na próxima Legislatura e possamos enfim bater no peito e dizer: *“Estamos construindo verdadeiramente uma democracia”*.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra à Deputada Janete Capiberibe. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acabamos de aprovar, na tarde de hoje, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2015, que objetiva facilitar o comércio de bens de subsistência — produtos alimentícios, de limpeza, de higiene corporal, de vestuário, calçados, revistas e jornais —, destinados à utilização e o consumo corrente e cotidiano, pessoal e familiar, entre as localidades de Oiapoque, Município do Amapá, e Saint Georges de L'Oyapock, cidade da Guiana Francesa.

Neste momento em que há escassez de recursos em circulação, é muito importante a aprovação desse projeto, que depois da CCJC virá ao Plenário para ser apreciado por todos os membros desta Casa.

O povo do Amapá, Sr. Presidente, vai agradecer muitíssimo a este Plenário da Câmara a aprovação do PDC 52, de 2015.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Agradeço a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra ao Deputado José Nunes, do PSD da Bahia.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. JOSÉ NUNES (PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos recebendo na Capital Federal mais de 4 mil Prefeitos brasileiros, é a Marcha dos Prefeitos. Vemos com tristeza a Presidente da República não poder recebê-los. E, diga-se de passagem, a grande maioria ajudou a eleger e reeleger Dilma. Todos eles estão tristes, porque aqui é a Casa do Povo brasileiro, Brasília é a sede do poder, e vieram aqui reivindicar ações importantes para que possam desenvolver seus Municípios.

São três grandes questões que os Prefeitos estão levantando. A primeira, para a qual não pode deixar de haver uma resposta, é o aumento da receita dos Municípios. Aqui, durante essas 2 semanas, tratamos de assunto importante para o Governo Federal, o ajuste fiscal. Nesse ajuste fiscal nada de importante aconteceu para os Municípios, porque se tratou tão somente de aumentar as contribuições. Os Prefeitos não têm nenhuma participação nessas contribuições. A receita principal dos pequenos e médios Municípios é justamente o FPM, e no FPM não houve nenhum avanço. Somente aumentaram as contribuições, e o Governo Federal fica com o bolo arrecadado.

Outra questão é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nós sabemos perfeitamente que os pequenos e médios Municípios do Brasil vivem com um problema muito sério: os Prefeitos ficarão inelegíveis por conta de ultrapassar o índice de 54% da receita líquida com despesas de pessoal. Estamos trabalhando



para que o Presidente desta Casa e todos nós, os 513 Deputados, possamos realmente fazer algo para não deixar que nossos Prefeitos se tornem inelegíveis.

O terceiro assunto é a reforma política. Esperamos que desta vez aconteça. Há mais de 40 anos se discute a reforma política nesta Casa, e nunca se chega a um consenso. Ontem inclusive tivemos a surpresa da decisão de se acabar com o relatório da Comissão Especial da Reforma Política. Hoje estamos aqui para iniciar no plenário a votação da reforma política. Esperamos avançar com o distritão, que elege os mais votados nos Estados. Esperamos aprovar o financiamento público e privado de campanha, mas que o financiamento privado esteja restrito apenas ao eleitor, à pessoa física, no limite de até um salário mínimo. E, por último, que haja o mandato de 5 anos para todos os cargos eletivos e a coincidência de mandatos, para efetivamente acabar com esta farra da política de eleições a cada 2 anos, que ajuda a emperrar o País.

Vamos para frente com a reforma política!

Eu gostaria, Sr. Presidente, que fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* este pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Com a palavra o Deputado Jair Bolsonaro.

Deputado, V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. JAIR BOLSONARO (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero voltar ao assunto que, no meu entender, talvez seja o mais importante do que pode sair desta reforma política que votaremos de hoje, daqui a pouco, até o dia de amanhã.

A maioria do eleitorado não confia no seu voto. Ele não confia na urna eletrônica. Por quê? Porque não há como fazer a auditagem. No passado, podíamos recontar os papéis e tirávamos as dúvidas. Hoje em dia, não! Hoje em dia, a população desconfia, e muito, do seu voto.

Temos a Emenda nº 10, que propõe que haja ao lado da urna eletrônica uma maquininha que imprima o voto do eleitor. Ele vai ver na tela o seu voto e, depois, vai vê-lo no papel. Se ele concordar, aperta o botão, e o voto será computado eletronicamente, e aquele papel ele leva para o mesário. Ele assina, como antigamente, no passado, e o voto vai para dentro da urna! E acabou a eleição!

Havendo dúvida, é só o presidente do partido pedir a recontagem total ou parcial, feita de forma manual, e essa dúvida se acaba.

Nós não podemos confiar na lisura desse processo eletrônico. Sua tecnologia é de 1996. A única coisa que mudou na urna eletrônica foi a sua capa, o seu invólucro. Nada mais. O único País do mundo que adota a urna eletrônica é o nosso!

Sr. Presidente, ouça só o que eu vou dizer aqui. Sempre desconfiamos de quem ganha, é lógico. Veja o que pode acontecer. Há uma desconfiança muito grande em relação à eleição para Presidente da República realizada no ano



passado. Vamos supor que quem desconfia tenha razão. Não temos como comprovar. Nas futuras eleições, na de 2018, por exemplo, pode o partido que está fazendo parte dessa fraude começar a inserir, na maioria das seções do Brasil, 8, 9, 10 a 12 votos de legenda para si. Esse partido, que teria 50, 60 cadeiras, passaria a ter uma bancada próxima de 200 Parlamentares. A partir daí, nós não teremos mais do que reclamar! Não teremos mais como aprovar propostas de emenda à Constituição! O Congresso estará engessado! No meu entender, a cada dia, fica mais engessado com o aparelhamento do Supremo Tribunal Federal. Hoje, sequer uma emenda promulgada aqui nós podemos dizer que vai ser cumprida, porque ela pode ser derrubada lá na frente.

O apelo que faço aos colegas: vamos dar uma satisfação ao eleitor brasileiro, vamos aprovar o voto impresso ao lado da urna eletrônica. Assim, nós poderemos fazer uma auditoria após as eleições e a recontagem informatizada.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - O próximo orador inscrito é o Deputado Felipe Maia. Antes, concedo a palavra ao Deputado Vitor Valim, para que dê como lido o seu pronunciamento.

O SR. VITOR VALIM (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve uma reunião no meu Estado com os 22 Deputados Federais e o Governador Camilo Santana, do PT.

Essa reunião foi um presente de grego! Ele chamou a bancada federal para transferir responsabilidades. Por que digo isso? O nosso Estado do Ceará passa hoje por uma grande estiagem. Dos 184 Municípios, 150 vão decretar estado de emergência. Chega então o Governador Camilo Santana, que está priorizando a obra de um aquário que vai custar mais de meio bilhão de reais, e transfere para a bancada federal a responsabilidade da compra, por meio de suas emendas parlamentares, das máquinas perfuratrizes.

Ora, Sr. Presidente, demais Parlamentares, existe uma fila de espera de mais de 6 meses. Deveria ter havido uma programação por parte do Governador Camilo Santana. Ele deveria ter estabelecido isso como prioridade. Não cabe agora transferir para a bancada federal, para os 22 Deputados Federais, a responsabilidade de comprar máquinas perfuratrizes para o Estado do Ceará.

Repito: isso é um presente de grego do Governador Camilo Santana, do PT.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra ao Deputado Felipe Maia, por 3 minutos.

O SR. FELIPE MAIA (DEM-RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, senhoras e senhores que nos assistem e nos ouvem por meio de diversos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados, a pauta de hoje é a reforma política, e também, por que não dizer, a Marcha dos Prefeitos. No momento em que me refiro à Marcha dos Prefeitos, não posso deixar de falar do ajuste fiscal publicado nesta semana: serão cortados do Orçamento 70 bilhões de reais, fruto da irresponsabilidade e da falta de competência e planejamento do atual Governo.

Não é novidade desta tribuna citar o contingenciamento do preço da gasolina, feito para evitar que a inflação subisse. Mas isso fez com que a PETROBRAS tivesse um grande rombo e com que o Governo tivesse que tampar esse rombo, sem falar dos casos de corrupção. Também não é novidade desta tribuna ressaltar a falta de sensibilidade da Presidente ao anunciar ao povo brasileiro a redução da conta de energia. Isso fez com que o mercado tivesse hoje que ser suprido pelo mercado *spot*, com a energia mais poluente do Brasil, a energia térmica, uma vez que a matriz brasileira é hidráulica e os reservatórios estão baixos.

O fato é que a conta chega e tem um valor: 70 bilhões de reais. Quem vai pagar essa conta, o responsável pelo rombo ou o mais fraco? A resposta está na mídia. É o mais fraco, é o povo brasileiro, é o trabalhador brasileiro, é o pai e a mãe de família. Isso ocorrerá, seja com o corte dos seus direitos trabalhistas, das suas conquistas, como o seguro-desemprego, o auxílio-doença, a pensão por morte, seja com o corte das obras edificantes do nosso Brasil.



Sr. Presidente, nas obras do PAC vai haver corte de 25 bilhões de reais; no Minha Casa, Minha Vida, o grande programa do Governo Federal, vai haver corte de 7 bilhões de reais; nas nossas emendas parlamentares, como presente aos Prefeitos que chegam a Brasília na Marcha dos Prefeitos, vai haver corte de 21 bilhões de reais.

Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para dizer ao povo brasileiro que infelizmente este Governo está cortando no lugar errado, onde nós poderíamos voltar a crescer — eu me refiro aos investimentos —, onde nós não poderíamos cortar; está cortando as conquistas trabalhistas do povo brasileiro. Em relação a programas como o Minha Casa, Minha Vida, pessoas estão sendo demitidas e diversas empresas no Brasil estão quebrando.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer da conta do ajuste: corte de gastos, 44 bilhões de reais; aumento de impostos, 41 bilhões de reais; corte de investimentos, 19 bilhões de reais; redução de benefícios sociais, 12 bilhões de reais. Estão aí os cortes ao povo brasileiro, está aí o presente que o Governo do PT, pela sua incompetência, pela sua irresponsabilidade e pela sua falta de planejamento, dá ao povo brasileiro. Corte de Ministérios, corte de cargos comissionados, nenhum! O povo brasileiro tem seu recurso cortado em 100%.

Portanto, deixo aqui minha indignação, meu protesto e meu pedido de providências em favor do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto, por 1 minuto.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar desta tribuna que nesta Casa está sendo realizado hoje o Seminário Internacional de Segurança Pública — Persecução Criminal, com o tema específico *Ciclo Completo de Polícia*.

Quero parabenizar o Deputado Subtenente Gonzaga, idealizador e realizador desse seminário, e dizer a todos que a questão do ciclo completo de polícia — PEC 430, da qual fui o Relator na semana passada, que recebeu a admissibilidade na CCJC, da qual sou membro titular — não prevê a retirada de poder de nenhuma força policial, pensa na sociedade como um todo.

Com certeza absoluta, o ciclo completo vai trazer enormes benefícios para a segurança pública e para o atendimento das ocorrências, visto que a Polícia Militar já exerce esse papel em vários outros Estados, elaborando BO/PM-TC no caso de crime de menor potencial ofensivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra ao Deputado Beбето. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui me somar à indignação dos diversos Deputados que, desta tribuna, manifestaram a sua inquietude em relação à atitude adotada pelo Presidente desta Casa.

S.Exa., de certa forma, desrespeitou o Parlamento e os seus Deputados que constituíam aquela Comissão Especial para tratar da reforma política e, de modo autocrático, destituiu a Comissão de suas funções, depois de 3 meses em que os Srs. Deputados e Deputadas estavam embrenhados na tarefa de construir uma proposta para ser apresentada a esta Casa, a este Plenário, visando a um regramento para a reforma política e reforma eleitoral.

Nós temos que lamentar! O povo brasileiro está ávido por uma reforma que possa dar conta dos desafios, de aprofundar, portanto, a democracia brasileira, de estabelecer mecanismos de controle da sociedade sobre os atos deste Parlamento, dos mandatários. E, lamentavelmente, estamos a assistir, de certa forma, ao Presidente desta Casa e parte dos Srs. Parlamentares, equivocadamente, chamarem a si a responsabilidade de fazer, de propor uma reforma que, distintamente do que deseja a sociedade brasileira, irá piorar as condições que estão postas no regime eleitoral e partidário no Brasil de hoje.

Instituir o distritão, no nosso entendimento, Deputado Glauber, seria personalizar a política, incidir no fim das agremiações partidárias tão importantes para a vida nacional. Nós não podemos prescindir de ter partidos fortes, que possam estar em sintonia com o sentimento da sociedade brasileira. Lamentavelmente, esse



distritão, que estão tentando impor como uma condição ao processo eleitoral brasileiro, está na contramão do que deseja a sociedade, na contramão do que deseja o povo brasileiro.

Mas ele, fazendo-se acompanhar de outro mecanismo, que é o financiamento empresarial, Sr. Presidente, demonstra a reinstituição, volto a dizer, não só do personalismo, mas também da participação empresarial na vida eleitoral deste País, fazendo com que nós restituamos não apenas o Governo Geral, mas o Deputado Geral do Estado, fenecendo a atividade partidária, que é tão central, tão importante para a vida brasileira.

Portanto, deixo a nossa posição, o nosso repúdio, e espero, como hoje decidido pelo meu partido, o PSB, que nós possamos fechar a questão nesta Casa. Essa é a minha posição, mas também é a posição do PSB, contrária ao distritão.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Obrigado, Deputado.



O SR. BOHN GASS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro: meus conterrâneos, o Vice-Prefeito de Santo Cristo, Aloísio Reis, e o Presidente da Câmara de Vereadores, Aloísio Angst, estão presentes aqui, na Marcha dos Prefeitos, buscando recursos e representando nosso Município, minha terra natal.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Sejam bem-vindos à Casa.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio, por 3 minutos.

O SR. CAIO NARCIO (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria pedir licença para fazer uma reflexão. O Brasil inteiro está de olhos voltados para este Plenário, esperando o que vamos fazer para dar a resposta que as ruas nos estão pedindo. Hoje, iniciada a votação da reforma política, como vamos nos comportar?

O Brasil inteiro espera que possamos, com esta votação, melhorar o sistema em curso, trabalhar para aproximar os representantes dos seus eleitores, diminuir os custos das campanhas, tornar os processos mais transparentes e, a partir disso, fazer com que a política volte a ter seu valor de nobreza e de novo a representar o cidadão de maneira ativa, longe dos escândalos, longe dos caixas dois, longe da corrupção. O Brasil inteiro está esperando que possamos fazer o Brasil avançar, que este Plenário diga que o sistema em curso tem que mudar sim, e a mudança tem que começar já.

Quero reconhecer e parabenizar esta Casa, que coloca esse tema em pauta hoje, dando oportunidade de aprimorar o sistema em que estamos vivendo. O sistema eleitoral brasileiro é equivocado e precisa muito ser aprimorado. Eu tenho certeza de que os trabalhos de hoje vão estar voltados para um Brasil melhor.

O Brasil precisa dessa reforma, Sr. Presidente, para que possamos de novo falar em política de cabeça erguida, para que o sistema eleitoral possa representar de fato a vontade do povo e para que nós possamos ser fieis representantes da sua vontade.



Espero que possamos iniciar um trabalho que defina o futuro de um Brasil melhor, que possamos, com a reforma que vai ser colocada, expressar nossas divergências numa discussão do mais alto nível, e que daqui saíamos com um Parlamento melhor, com um Brasil melhor, mais competente, mais altivo, mais próspero para aqueles que nos observam. Que hoje saia o começo das mudanças de que o Brasil precisa e que possamos, junto com Prefeitos, Vereadores, toda a população, sair daqui com uma proposta concreta para um Brasil ainda melhor!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Obrigado, Deputado Caio Narcio.



O SR. PRESIDENTE (Daniel Coelho) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz. Antes de S.Exa. começar, concedo a palavra ao Deputado Silas Câmara, para dar o discurso como lido.

O SR. SILAS CÂMARA (PSD-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queria registrar que estive ainda há pouco em audiência com o Senador Omar Aziz, Coordenador da nossa bancada, e com diversos prefeitos, tratando, no Ministro da Previdência e na Super-Receita, de um equívoco que trouxe ainda mais crise para os Municípios do Estado do Amazonas.

Imaginem V.Exas. que a Super-Receita ou a Receita Federal reteve todo o repasse de uma parcela inteira do Fundo de Participação dos Municípios — FPM de todos os Municípios amazonenses, em um erro, um equívoco profundo de um parcelamento feito, que deveria ser descontado no curso daquilo que foi acertado.

Portanto, revertido o quadro, eu tenho certeza absoluta de que isso ajudou muito os Municípios e também o Estado do Amazonas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que este meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O Sr. Daniel Coelho, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz, do PSC de Minas Gerais.

A SRA. RAQUEL MUNIZ (Bloco/PSC-MG. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Sr. Presidente Gilberto Nascimento, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e demais presentes, telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*.

Eu peço à Taquigrafia que a minha fala seja registrada em todos os órgãos de imprensa desta Casa.

Venho a esta tribuna me reportar a V.Exas. acerca da situação pela qual passam os servidores da Advocacia Geral da União.

A AGU exerce importante papel na engenharia governamental ao representar a União nas questões jurídicas, bem como ao assessorar o Poder Executivo, conforme previsto no art. 131 de nossa Carta Magna, e, por esse motivo, deve ter os seus direitos observados e respeitados.

Sr. Presidente, 1.300 cargos de chefia foram entregues no dia 21 deste mês, reivindicando melhores condições de trabalho. Mais do que isso, foram entregues 5 mil declarações de servidores se negando a ocupar as vagas agora disponíveis.

A entrega desses cargos inviabiliza o funcionamento da estrutura da AGU e pode causar um rombo financeiro para os cofres do Governo. Dados da AGU mostram que o Governo arrecadou ou economizou, entre 2010 e 2014, com o trabalho dos advogados públicos federais, mais de 3,1 trilhões de reais. Já a remuneração desses profissionais está defasada se comparada à Defensoria Pública da União, ao Ministério Público Federal e até mesmo referente ao vencimento dos servidores de nível médio do Judiciário.



Por esse motivo, nós do PSC, com o apoio de nosso Líder, Deputado André Moura, apoiamos os projetos que tramitam nesta Casa e buscam valorizar a AGU. Trata-se das PECs 82, de 2007, e 443, de 2009, que tramitam nesta Casa e que, de certa forma, vêm a dirimir as injustiças pelas quais estão passando os advogados públicos da AGU.

Estivemos reunidos com a Advogada-Geral da União, Dra. Adriana Venturini, que nos solicitou um posicionamento acerca das demandas que a categoria busca, e nos colocamos à disposição para, por meio desta Casa de Leis e com o apoio dos nobres pares, tratarmos com seriedade e dedicação esse assunto, que é grave e urgente.

Conto com o apoio de V.Exas. para que, num breve espaço de tempo, possamos aprovar as proposições supracitadas, com o escopo de solucionar as questões que estão consternando essa categoria de profissionais de suma importância para o nosso País.

Peço, novamente, que este pronunciamento seja registrado pelos nossos meios de comunicação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputada Raquel Muniz, logicamente, nós estamos solicitando que se faça ecoar nos órgãos de comunicação desta Casa o importante discurso de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De Minas Gerais vamos ao Estado vizinho, a Bahia, com o Deputado João Gualberto.

O SR. JOÃO GUALBERTO (PSDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicia-se hoje um momento importante da vida política brasileira, que é a reforma política, a votação da reforma política. Neste momento, eu quero lembrar a V.Exas., a todos os brasileiros e brasileiras, que, em 2013, quando a população foi às ruas, a Presidenta Dilma foi a primeira a falar que a reforma política seria a mãe das reformas. Aliás, quis criar até uma Constituinte para tratar apenas da reforma política — engano dela, porque não poderia nem fazer isso.

Mais uma vez, o PT e a Presidenta Dilma criam uma cortina de fumaça para esconder os escândalos, os desmandos e a falta de gestão do Governo do PT. Eu pergunto aos senhores, brasileiros e brasileiras, Deputados e Deputadas: alguém está ouvindo, assistindo à Presidenta Dilma falar hoje da reforma política? Não! Absolutamente nada! Caberia esta semana, hoje ou ontem, ela ter falado à Nação sobre o que pensa da reforma política, mas calou-se, não disse nada.

Senhoras e senhores brasileiros, o que vai ser aprovado aqui é o que pensa o PT, porque o PT tem maioria nesta Casa. A base aliada tem a maioria, e a Oposição tem em torno, apenas, de 120 Deputados. Portanto, o que for aprovado aqui tem, sim, o aval do PT. O PT fala apenas em duas coisas, mas, como sempre, da boca para fora: voto em lista, que é aquele voto que ninguém sabe quem vai se eleger e, sim, o partido; e o fim do financiamento privado de campanha.

Hoje assistimos, nesse tema, ao Vice-Presidente da Camargo Corrêa dizer que 110 milhões de reais foram pagos de propina, através de seu Vaccari,



Presidente do PT. Pasmem, V.Exas.! Sabem quanto está registrado, em 2014, nas eleições do PT? Zero. Segundo o Vice-Presidente, 110 milhões de reais foram pagos, mas não está registrado nada. Claro que é o caixa dois! Claro que é por isso que eles querem o fim do financiamento privado de campanha. Eles não gostam de transparência. Tem apenas registrado a Camargo Corrêa, com 1 milhão e meio de reais de doação, em 2014, para um partido de oposição apenas. Os 110 milhões de reais foram dados embaixo do pano, como gosta o PT. Por isso, ele é contra o financiamento privado de campanha, de empresas privadas.

Quem está falando aqui é um Deputado que não teve 1 centavo de nenhuma empresa na sua campanha política de 2014. Então, eu tenho moral para dizer isso.

Então, senhoras e senhores brasileiros, o que for aprovado aqui na Câmara, nesta semana, é sim o que pensa o PT. É o que pensa o PT com a reforma política: quando fala para o povo diz que é a mãe de todas as reformas, mas quando vai votar aqui pensa diferente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Da Bahia vamos agora a São Paulo, com uma das vozes da segurança pública. Concedo a palavra ao Deputado Capitão Augusto. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, telespectadores que nos assistem pela *TV Câmara*, hoje é um dia importante aqui para esta Casa, com a questão da reforma política. Nós — e eu, particularmente, como Vice-Líder do PR — somos contra o distritão. Achamos que esse sistema proposto — de certa forma, quase imposto — vai ocasionar o encarecimento das campanhas, vai contra tudo o que nós propusemos na Comissão da Reforma Política, que é evitar aquela equação de quanto mais dinheiro, mais votos.

Infelizmente, o distritão inverte essa questão que nós estávamos seguindo contra. Com o distritão, quanto mais dinheiro, mais votos. Isso aí vai acabar com a representatividade de classe das minorias, das mulheres, e por aí vai.

Não é possível, realmente, que esta Casa aprove, nesta semana, esse sistema de distritão, que é contra a democracia, contra qualquer outro sistema que nós temos no mundo. Apenas quatro países adotam esse sistema do distritão: Afeganistão, duas ilhas pequenas e mais um país do qual sequer eu me lembro do nome. Então, não tem cabimento trazer o distritão para o Brasil, porque vai ocasionar uma injustiça ainda maior do que a que há hoje no meio eleitoral.

Também somos contra o fim das coligações. As coligações são necessárias e importantes para que haja efetividade da participação política e para que se dê oportunidade às minorias e aos que, obviamente, têm menos recursos de poderem se eleger e de se fazerem presentes nesta Casa.



A questão da coincidência de mandatos é temerária, visto que, com o provável fim da reeleição, todos os Prefeitos de cidades grandes, obviamente, ao término de seus mandatos, com a máquina na mão, sairão candidatos a Deputado Estadual ou a Deputado Federal, levando uma grande vantagem sobre os demais. Isso acaba sendo uma grande injustiça com aqueles que não estão com a máquina administrativa de um Município grande na mão.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, peço a todos que realmente analisem as propostas, para que, com muita coerência e muita consciência, votemos a reforma política, cuja votação está prevista para daqui a pouco, para amanhã e para quinta-feira.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - De São Paulo vamos ao Distrito Federal. Antes, vamos dar uma passadinha pela Bahia. Com a palavra o Deputado Beбето, por 1 minuto.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que, no dia de ontem, a nossa querida cidade de Canavieiras, no sul da Bahia, comemorou 124 anos de emancipação política. Uma cidade importante, uma cidade referência da nossa região, uma cidade turística, cujo povo é a maior expressão de solidariedade e respeito.

Por isso, quero aqui hoje me congratular com o povo de Canavieiras, nas pessoas do Presidente da Câmara de Vereadores daquela cidade, Deni, e das Vereadoras Nide e Dalva.

Portanto, Sr. Presidente, faço o registro dos 124 anos de emancipação política da cidade de Canavieiras e peço a V.Exa. que dê divulgação deste meu discurso nos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Beбето, será atendido o pedido de V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje está havendo um seminário no Auditório Nereu Ramos sobre segurança pública, com várias oficinas discutindo a questão do ciclo completo para a polícia.

Eu quero que fique muito claro que a ideia não é retirar o poder de ninguém, não é ocupar o espaço de ninguém. Ao debater sobre o ciclo completo de polícia, nós estamos querendo dar maior celeridade à questão do serviço policial.

Imaginem os senhores que um policial militar, ao atender a uma ocorrência, muitas vezes tem sua viatura parada numa delegacia de polícia por 4 ou 5 horas, porque ou o delegado está muito ocupado ou o acúmulo de ocorrências impede que aquele registro seja feito de uma forma mais ágil. O ciclo completo de polícia somente se dá dessa forma.

Nós não queremos que os delegados de polícia imaginem que a PM quer tomar o espaço da Polícia Civil. Não. Nós queremos a agilidade desse processo. Entendemos que aquele que efetua uma prisão é aquele que tem que chegar para o juiz e dizer em que condições aquela prisão aconteceu. E a prova de que esse sistema policial brasileiro está ultrapassado é que ele é interrompido no momento em que o policial militar deixa a ocorrência na delegacia, porque, depois do inquérito feito, o promotor de justiça oferece a denúncia, ou não, e o juiz, se receber a denúncia, vai chamar aquele que primeiro teve contato com a ocorrência, que é o policial militar.



Entendo perfeitamente o que os delegados de polícia hoje imaginam que possa acontecer. Mas podemos — e aí é uma questão de criatividade e é o que acho que vou defender — criar o juizado de instrução, colocando os delegados de polícia como juízes de instrução, porque o objetivo do ciclo completo de polícia é dar maior celeridade a essas ocorrências.

Hoje ninguém vai registrar uma ocorrência numa delegacia por causa da demanda, por causa da demora. Hoje há descrédito dos civis com relação ao registro das ocorrências policiais.

Portanto, Sr. Presidente, é um assunto que precisa ser mais discutido, e esse seminário não tem posição definida. Estamos debatendo essa questão para, lá na frente, tirarmos uma conclusão, pensando — isto, sim, é obrigação de todos — no melhor para a sociedade brasileira. Se o melhor for o ciclo completo, vamos aprová-lo. Se não for, nós vamos voltar ao *status quo*.

Ficam aqui apenas os parabéns ao Deputado Subtenente Gonzaga pela iniciativa de propor esse seminário que está sendo coroado de sucesso lá no Auditório Nereu Ramos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Concedo a palavra ao Deputado Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. FERNANDO MARRONI (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham, eu vi muitos Parlamentares subirem à tribuna hoje para fazer uma crítica, dizendo que a Presidenta Dilma não recebeu os Prefeitos e que isso é uma desconsideração a todos os Prefeitos do nosso País.

Eu quero dizer que já fui Prefeito e que já estive nessa Esplanada em uma marcha em que o Presidente da República recebeu os Prefeitos com cachorros e policiais.

Desde que começou o Governo do PT e de sua coalisão, eles têm dado toda atenção às Prefeituras e têm feito uma verdadeira renovação no pacto federativo. Isso é um desrespeito com o Presidente Michel Temer, que está respondendo pela Presidência da República, porque a Presidenta da República está em um compromisso internacional. É um desrespeito dizer que a Presidência da República do Brasil não recebeu os Prefeitos. O Vice-Presidente Michel Temer tem toda legitimidade política e institucional para receber, e recebeu bem.

Gostaria de falar também sobre o tema da reforma política. Este tema veio nas manifestações de julho de 2013 e teve uma resposta do PT e da Presidenta Dilma. Nós achamos, sim, pensamos, sim, que só um Congresso Constituinte, com a participação popular, com plebiscito, com referendo, é capaz de mudar o *status quo* da política brasileira.

Esta Casa é representada majoritariamente pelo peso do poder econômico. Não há espaço aqui — também é um Congresso masculino, branco e de certa idade



—, não há espaço aqui para a juventude, não há espaço para as diferenças. E querem, nessa proposta de distritão, radicalizar cada vez mais o problema das eleições brasileiras.

O problema da democracia brasileira não está nas suas regras eleitorais. O problema está no acesso ao cargo. E esse acesso ao cargo, via eleitoral, como se dá hoje, sem limites, com financiamento privado de campanha, de empresas, beneficia a representação daqueles que têm mais.

A democracia brasileira não está comprometida porque o voto é proporcional. O voto proporcional tem sustentado — são 30 anos — o mais longo período de democracia brasileira que nós tivemos na nossa história. Com o voto proporcional, pudemos discutir se deve haver reeleição ou não, se o sistema atual falhou ou se deve ser recuperado. Mas o tema de fundo dessa reforma política está profundamente comprometido, porque ela não tem a participação popular, nega a participação das entidades da sociedade civil e se nega a tocar no tema do financiamento público de campanha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Vamos a Belém do Pará, passando antes por São Paulo, para ouvir por 1 minuto o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Gilberto Nascimento, eu quero aproveitar este momento para parabenizar um grande brasileiro que faz aniversário esta semana e mora nos Estados Unidos da América: nada menos do que o Reverendo Ouriel de Jesus.

O Reverendo Ouriel de Jesus está nos Estados Unidos há mais de 30 anos, lidera a maior igreja de língua portuguesa lá e completa 60 anos de idade neste ano.

O Reverendo Ouriel de Jesus também é comendador brasileiro naquela pátria. Em todas as reuniões que há na Casa Branca, é ele quem representa a voz dos brasileiros.

Queria aproveitar este momento para deixar registrado nos Anais da Casa que nós devemos a esse grande brasileiro a salvação de milhares de almas do outro lado do continente.

Então, quero me somar aos irmãos dos Estados Unidos da América que comemoram, neste ano, os 60 anos do Apóstolo Ouriel de Jesus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Deputado Pr. Marco Feliciano, nós nos juntamos a V.Exa. e solicitamos que o seu pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa e também no programa *A Voz do Brasil*, porque realmente nós conhecemos muito o Missionário Ouriel de Jesus.



O SR. PRESIDENTE (Gilberto Nascimento) - Já temos um Deputado na tribuna, o Deputado Hélio Leite, do Pará. Logo depois, falará o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

V.Exa. tem 1 minuto, nobre Deputado.

O SR. HÉLIO LEITE (DEM-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vivenciamos nesta semana, em Brasília, a Marcha dos Prefeitos, em que há dezenas de Prefeitos que vêm ao Distrito Federal na esperança de poderem ser recebidos pelo Governo Federal e pelos Ministros, ver os Deputados, conversar sobre emendas, conversar sobre aquilo que é importante para o progresso de cada Município.

Nós sabemos que hoje os Municípios vivem uma situação em que é necessário buscar aquilo que é fundamental, que é uma reforma para poder dividir melhor os recursos desta Nação.

Sabemos do papel de cada Prefeito, que busca, através das suas ações, aquilo que é fundamental: fortalecer a agricultura, a segurança pública, a prática do esporte, a cultura, a educação, a geração de emprego e renda, e fortalecer cada vez mais o serviço de saúde em cada cidade do Pará e deste Brasil afora.

E eu venho a esta tribuna hoje para dizer que estou solidário com os Prefeitos, porque conheço o seu trabalho, sei da importância de cada Prefeito para esta Nação. Nós sabemos muito bem que não existe nação se não começar pelo Município, e eu sei do papel do Prefeito, porque fui Prefeito por 8 anos.

Eu quero neste momento propor ao Ministro da Saúde, propor ao Governo Federal que nós possamos fazer uma ação diferenciada da saúde. Eu sei muito bem que há PAC da estrada, PAC do Minha Casa, Minha Vida, há vários PACs, mas



quero propor ao Governo Federal e ao Ministério da Saúde que façam um programa de ações de saúde neste Brasil.

Sei que há vários Municípios hoje sem condições, Deputado Zé Geraldo, de pagar pelo menos o Tratamento Fora de Domicílio — TFD, de encaminhar o seu doente e curar o seu doente. Sei muito bem da distância, da falta de recursos, das más condições que existem cada vez mais pelo Brasil afora.

Sabemos que é importante buscar a conciliação e fazermos aquilo que é fundamental: a criação de consórcios de saúde para unir dois, três, quatro Municípios, aqueles pequenos em que a arrecadação é pouca, em que não há condições de ter um aparelho de ultrassom, um aparelho de raios X, um aparelho de eletro, que seja realizado um consórcio.

Quero sugerir ao Governo Federal: Ministro da Saúde, crie consórcios neste País, ajude o Município pequeno a tratar melhor os seus habitantes. Busque a condição de fortalecer cada vez mais o tratamento da Oncologia neste País. Há dezenas de pessoas precisando de tratamento, sem hospitais e, muitas das vezes, sem condições de buscar um leito.

Portanto, quero, desta tribuna, fazer um apelo ao Governo Federal, um apelo ao Ministro da Saúde, para que possam criar um programa que vá ao encontro desse anseio de dezenas, centenas e milhares de famílias.

Precisamos, sim, buscar do Governo Federal uma atenção maior. É preciso que nós possamos redividir esses recursos, que são as contribuições existentes hoje, o FPM, fazer um novo cálculo, dar ao Município condições para avançar cada vez mais.



Sei da competência dos prefeitos, sei das obrigações dos prefeitos, mas é preciso descentralizar os recursos desta Nação. Nós precisamos avançar e, para avançar, é preciso dispor de recursos. Os prefeitos estão em Brasília, querendo uma audiência com a Presidenta, querendo falar com os Ministros, querendo propor aquilo que é importante.

Agora, para nossa insatisfação, há uma coisa a mais: estão querendo tirar de nós, Parlamentares, até as emendas que são direcionadas a cada Município e a cada Estado. Nós precisamos buscar a junção cada vez maior de nós, Deputados, para que possamos avançar. Deixo aqui, em meu nome e em nome do povo do Pará, um apelo para o Ministro da Saúde: vamos avançar, sim, criando um programa maior para atender à saúde do Estado do Pará e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gilberto Nascimento, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Cunha, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero registrar a presença do Vereador Edicarlos, da Câmara Municipal de Itupeva, que está aqui no plenário e que veio à Marcha dos Prefeitos.

Quero também cobrar do Senado da República que garanta a votação das Medidas Provisórias nºs 664 e 665, já que na Medida Provisória 664 está incluída aquela emenda nossa, que foi aprovada pela Casa, criando a Fórmula 85/95, diminuindo as dificuldades do fator previdenciário.

Espero, Sr. Presidente, que o Senado cumpra com sua responsabilidade, vote essas Medidas, que a Câmara já votou e já mandou para lá. Há uma grande expectativa de todos, aguardando essa aprovação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Mandetta.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres pares, esta semana, no último domingo, nós tivemos um acidente aéreo, na cidade de Campo Grande, com o apresentador Luciano Huck, com sua esposa Angélica, com suas crianças e com suas funcionárias. São pessoas muito queridas por todo o Brasil.

Gostaria de registrar aqui a perícia, a coragem, a precisão e o profissionalismo do piloto Osmar Frattini, que realizou aquele pouso de emergência.

Registro também o profissionalismo com que a equipe médica da Santa Casa conduziu o caso. Lamento o risco que todos nós corremos em uma cidade que está com greve de médicos, que não tem atenção das autoridades de saúde, nem municipais nem federais, para que nós possamos melhorar o sistema de saúde daquela Capital.

O profissionalismo daquele piloto salvou a vida dessa família tão querida pelo Brasil. Parabéns ao Comandante Osmar Frattini, que fez o pouso de emergência!

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu registro a presença neste plenário do Vereador Orlando Reis e da Vereadora Meg Barros, de Belém do Pará.

Sejam muito bem-vindos, como todos os Vereadores que aqui estão.



V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A lista de presença registra o comparecimento de 375 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

Ato da Presidência

Determina o envio da Proposta de Emenda à Constituição nº 182/2007 ao Plenário, nos termos do art. 52, § 6º, combinado com o art. 202, § 2º, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja apreciado o mérito da matéria.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso da atribuição prevista no art. 52, § 6º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados — RICD, tendo em vista o esgotamento do prazo conferido à Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, do Senado Federal, que “altera os arts. 17, 46 e 55, da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares e estabelecer a perda dos mandatos dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo que se desfilarem dos partidos pelos quais forem eleitos” (PEC da Fidelidade Partidária), e apensados, fixado no § 2º do art. 202 do RICD, resolve determinar o envio da Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, à apreciação de mérito pelo Plenário.

Oficie-se à Comissão Especial.



Publique-se.

Câmara dos Deputados, 26 de maio de 2015.

Eduardo Cunha

Presidente



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 182-B,
DE 2007**

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 182-B, de 2007, que altera os arts. 17, 46 e 55, da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares e estabelecer a perda dos mandatos dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo que se desfiliarem dos partidos pelos quais forem eleitos; tendo parecer: da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e das PECs de nºs 90/95, 137/95, 251/95, 542/97, 24/99, 27/99, 143/99, 242/00, 85/95 e 124/07, apensadas (Relator: Deputado Esperidião Amin); pela admissibilidade das de nºs 142/95, 541/97, 70/99, 79/99, 158/99, 279/00, 362/01, 408/01, 444/01, 19/03, 67/03, 115/03, 127/03, 149/03, 246/04, 249/04, 262/04, 312/04, 409/05, 430/05, 520/06, 578/06, 586/06, 15/07, 25/07, 41/07, 51/07, 65/07, 72/07, 77/07, 103/07, 123/07, 147/07, 155/07, 164/07, 228/08, 257/08, 311/08, 314/08, apensadas; das de nºs 211/95, 337/96,



119/99, 283/00, 6/03, 46/03, 77/03, 151/03, 273/04, 390/05, 402/05, 539/06, 6/07, 11/07, 131/07, 160/07, 220/08 e 297/08, apensadas com emendas (Relator: Deputado João Paulo Cunha); pela admissibilidade da de nº 4/07, apensada (Relator: Deputado José Genoíno); pela admissibilidade das de nºs 404/09, 27/11 e 60/11, apensadas (Relator: Deputado Félix Mendonça Júnior); pela admissibilidade da de nº 133/03, apensada (Relator: Deputado Alexandre Cardoso); pela admissibilidade das de nºs 523/06 e 365/09, apensadas (Relator: Deputado Bruno Araújo); e pela admissibilidade da de nº 585/06, apensada (Relator: Deputado Vicente Arruda); da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade da de nº 190/94, apensada, com emenda, da de nº 191/94, apensada, com substitutivo, e da de nº 291/95, apensada, com emenda de redação (Relator: Deputado Marcelo Déda); pela admissibilidade da de nº 43/95, apensada (Relator: Deputado Régis de Oliveira); pela admissibilidade das de nºs 492/97, 624/98, 628/98, 10/99, com emenda, 16/99, 23/99, 26/99, 64/99, 75/99, 99/99, e PEC nº 182-B/2007 e 212/00, apensadas (Relator: Deputado Osmar Serraglio); e pela admissibilidade das de nºs 10/95, 28/95, 108/95, 168/95, 179/95, 181/95 e 289/95, apensadas (Relator: Deputado



Adylson Motta); e parecer proferido em plenário pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 352/13, apensada (Relator: Deputado Esperidião Amin). Pendente de parecer da Comissão Especial.

Tendo apensadas as PECs nºs 85/95, 90/95, 137/95, 251/95, 542/97, 24/99, 27/99, 143/99, 242/00, 124/07, 190/94, 191/94, 291/95, 43-A/95, 142/95, 211/95, 337/96, 541/97, 70/99, 79/99, 119/99, 158/99, 279/00, 283/00, 362/01, 408/01, 444/01, 6/03, 19/03, 46/03, 67/03, 77/03, 115/03, 127/03, 149/03, 151/03, 246/04, 249/04, 262/04, 273/04, 312/04, 390/05, 402/05, 409/05, 430/05, 520/06, 539/06, 578/06, 586/06, 6/07, 11/07, 15/07, 25/07, 41/07, 51/07, 65/07, 72/07, 77/07, 103/07, 123/07, 131/07, 147/07, 155/07, 160/07, 164/07, 220/08, 228/08, 257/08, 297/08, 311/08, 314/08, 492/97, 624/98, 628/98, 10/99, 16/99, 23/99, 26/99, 64/99, 75/99, 99/99, 212/00, 42/95, 51/95, 60/95, 4/07, 20/07, 199/07, 322/09, 404/09, 27/11, 60/11, 159/12, 168/12, 169/12, 221/12, 222/12, 322/13, 328/13, 334/13, 344/13, 345/13, 352/13, 356/13, 384/14, 444/14, 10/95, 28/95, 108/95, 168/95, 179/95, 181/95, 289/95, 133/03, 523-A/06, 365/09, 585/06, 378/05, 434/05, 580/06, 583/06, 308/08, 128/11, 430/14, 224/12, 170/99, 195/00, 196/00, 202/00, 262/00, 267/00, 294/00,



476/01, 485/02, 519/06, 587/06, 105/07, 223/08, 280/08,
153/12, 258/13, 3/15, 225/03, 361/05, 142/07, 148/07,
241/08, 151/12, 7/15, 306/04, 221/08, 198/12, 199/12,
326/13 e 14/15.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero fazer duas observações, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sou o autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, que institui o voto majoritário para Deputado. Eu pergunto se V.Exa. poderia me deferir o tempo de autor de uma das propostas no momento oportuno, já que muita gente, claro, quer falar contra ou a favor. Eu quero falar a favor da proposta que eu fiz, até diante de deformações que eu tenho lido aqui e ali.

E a outra coisa, Sr. Presidente, é que eu cumprimento V.Exa. e cumprimento os membros da Comissão. Nós já integramos essas Comissões aqui ao longo de algumas legislaturas, e muitas delas não conseguiram chegar a uma conclusão, deixaram de se reunir. É sabido que uma Comissão pode ser convocada por um terço de seus membros, mas estes deixaram de se reunir, e deixar de se reunir também é uma deliberação política. Não há nada de censurável nisso.

Eu cumprimento os membros da Comissão, cumprimento o Relator pelo seu esforço e cumprimento V.Exa., porque, decorrido o prazo, também não há o que fazer. Nós temos uma disposição de votar em plenário. Nada substitui o Plenário. Nada substitui o Plenário!

Eu tenho a minha proposta, que foi parcialmente acolhida pelo Relator, que a ampliou. Há outras propostas que são igualmente responsáveis. Há outras propostas que são respeitáveis.



E eu cumprimento também V.Exa. por ter colocado a votação em uma ordem que não permitirá a qualquer pessoa dizer que se impediu a livre manifestação do Plenário sobre todas as propostas existentes.

Eu pediria que V.Exa. me considerasse, como autor da PEC 3, inscrito para no momento oportuno falar a favor da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não, Deputado. Na época oportuna, nós deliberaremos. Obrigado pela participação, pela posição.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para oferecer parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 182, de 2007, às suas apensadas e às emendas apresentadas na Comissão, pela Comissão Especial, concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente. Vou fazer a leitura do Relatório que foi discutido hoje na reunião de Líderes:

“Em síntese, as propostas constitucionais ora em análise têm por escopo alterar o sistema político-eleitoral em vigor, de modo a ajustar o sistema eleitoral para a escolha de Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, bem como aperfeiçoar a metodologia de arrecadação de recursos financeiros a serem aplicados em campanhas eleitorais, estabelecendo, inclusive, a possibilidade de fixação de limite máximo global de arrecadação e gastos por cargo em disputa, em ordem a reduzir a danosa influência do poder econômico.

Por outro lado, as proposições em tela dispõem sobre o fim da reeleição, a fixação de regras mais claras para a convocação de suplentes; estabelecendo, ainda, uma cláusula de desempenho a ser observada pelos partidos políticos.

Voto

Somos pela aprovação desta PEC e das PECS apensadas nºs 190/94, 191/94, 10/95, 28/95, 42/95, 43/95, 51/95, 60/95, 85/95, 90/95, 108/95, 137/95, 142/95, 168/95, 179/95, 181/95, 211/95, 251/95, 289/95, 291/95, 337/96, 492/97, 541/97, 542/97, 624/98, 628/98, 10/99, 16/99, 23/99, 24/99, 26/99, 27/99, 64/99, 70/99, 75/99, 79/99, 99/99, 119/99, 143/99, 158/99, 170/99, 195/00, 196/00, 202/00, 212/00, 242/00, 262/00, 267/00, 279/00, 283/00, 294/00, 362/01, 408/01, 444/01,



476/01, 485/02, 6/03, 19/03, 46/03, 67/03, 115/03, 127/03, 133/03, 149/03, 151/03, 225/03, 246/04, 249/04, 262/04, 273/04, 306/04, 312/04; 361/05, 378/05, 390/05, 402/05, 409/05, 430/05, 434/05, 519/06, 520/06, 523/06, 539/06, 578/06, 580/06, 583/06, 585/06, 586/06, 587/06, 4/07, 6/07, 11/07, 15/07, 20/07, 25/07, 41/07, 51/07, 65/07, 72/07, 77/07, 103/07, 105/07, 123/07, 124/07, 131/07, 142/07, 147/07, 148/07, 155/07, 160/07, 164/07, 199/07, 220/08, 221/08, 223/08, 228/08, 241/08, 257/08, 280/08, 297/08, 308/08, 311/08, 314/08, 322/09, 365/09, 404/09, 27/11, 60/11, 128/11, 151/12, 153/12, 159/12, 168/12, 169/12, 198/12, 199/12, 221/12, 222/12, 224/12, 258/13, 322/13, 326/13, 328/13, 334/13, 344/13, 345/13, 352/13, 356/13, 384/14, 430/14, 444/14, 3/15, 7/15, e 14/15, bem como de todas as emendas apresentadas, nos termos do substitutivo abaixo.

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição

Reforma as instituições político-eleitorais, introduzindo alterações nos arts. 14, 17, 29, 45, 46, 56 e 78 da Constituição Federal e criando regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Sistema Eleitoral

Art. 1º Os arts. 29 e 45 da Constituição Federal passam a vigorar com as alterações seguintes:

Art. 29. (...)



I - eleição, pelo sistema majoritário, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de 4 anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

.....

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, constituindo cada um deles uma circunscrição eleitoral.

.....

§ 3º. Estarão eleitos os candidatos mais votados na circunscrição eleitoral, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.

§ 4º É de 4 anos o mandato dos Deputados Federais.'

Financiamento de Campanha

Art. 2º. O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

'Art. 17. (...)

.....

§ 5º É permitido aos partidos políticos receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas, devendo a lei



estabelecer os limites máximos de arrecadação e gastos de recursos para cada cargo eletivo.'

Fim da Reeleição

Art. 3º. O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com o seguinte § 5º, e o ADCT passa a vigorar com o seguinte artigo:

'Art. 14. (...)

.....
§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período imediatamente subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos 6 meses anteriores ao pleito.

.....
Art. 101. A inelegibilidade referida no § 5º do art. 14 da Constituição não se aplica aos Prefeitos eleitos em 2012 e aos Governadores eleitos em 2014, nem a quem os suceder ou substituir nos 6 meses anteriores ao pleito subsequente, exceto se já tiverem exercido os mesmos cargos no período imediatamente anterior.'

Coincidência das Eleições

Art. 4º. Os Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores eleitos em 2020 terão mandato de 2 anos.

Cláusula de Desempenho



Art. 5º. O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

'Art. 17. (...)

.....

§ 6º O direito a recursos do fundo partidário e de acesso gratuito ao rádio e à televisão previsto no § 3º deste artigo é reservado exclusivamente aos partidos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito pelo menos um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional.'

Fidelidade Partidária

Art. 6º. O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 12 e 13:

'Art. 14. (...)

.....

§ 12. O detentor de mandato eletivo que se desligar do partido pelo qual foi eleito perderá o mandato, salvo nos casos de grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário praticado pela agremiação e fusão ou incorporação do partido político.



§ 13. *Na hipótese do parágrafo anterior, o presidente do órgão legislativo competente empossará o suplente, no prazo de 10 dias.'*

Posse do Presidente da República

Art. 7º. O art. 78 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 78. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, no primeiro dia útil do mês de janeiro, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.'

Voto Facultativo

Art. 8º. O § 1º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 14. (...)

.....

§ 1º O alistamento eleitoral é:

I - obrigatório para os maiores de 18 anos;

II - facultativo para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de 70 anos;

c) os maiores de 16 e menores de 18 anos.'



Suplência

Art. 9º. O art. 56 da Constituição Federal passa a vigorar com o seguinte § 4º:

'Art. 56. (...)

.....

§ 4º Nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a 120 dias, será convocado o suplente' de Deputado Federal 'mais bem votado na ordem da votação nominal.'

Limite Mínimo de Idade

Art. 10. O art. 14, § 3º, inciso VI, alíneas "a" e "b" da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 14. (...)

.....

§ 3º. (...)

.....

VI - (...)

a) 35 anos para Presidente e Vice-Presidente da República;

b) 29 anos para Governador, Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e para Senador.

.....'

Iniciativa Popular



Art. 11. O art. 61, § 2º, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 61. (...)

.....

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados, de projetos de lei subscritos por no mínimo 500 mil eleitores, distribuídos por pelo menos um terço das Unidades da Federação, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada uma delas.'

Art. 12. As resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até 18 meses da data de sua vigência.

Art. 13. Adotado o sistema eleitoral majoritário para os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador, é facultado ao detentor de mandato eletivo se desligar do partido pelo qual foi eleito nos 30 dias seguintes à promulgação desta Emenda à Constituição, sem prejuízo do mandato, não sendo essa desfiliação considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e à televisão.

Federação Partidária

Art. 14. O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 1-A e o seu § 1º com a seguinte redação:

'Art. 17. (...)

.....



§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações e federações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

§ 1º-A. Os partidos que constituírem federação para a disputa de eleições integrarão, até o fim da legislatura que se seguir ao pleito, o mesmo bloco parlamentar na casa legislativa para a qual elegeram representantes'."

O voto também é pela admissibilidade de todas as emendas.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Obrigado, Deputado.

Peço que a cópia seja distribuída para todos.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Cumprindo o acordo feito pelas Lideranças partidárias, nossa primeira votação vai ser um requerimento para que a votação e a discussão desse relatório sejam feitos artigo a artigo.

O SR. MIRO TEIXEIRA - V.Exa. me permite, em relação ao Relator, na tribuna, para ver se foi uma omissão ou se foi deliberado?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Na página 5 do seu relatório, o art. 6º, referindo-se ao art. 14 da Constituição Federal, fala, *in fine*, em fusão ou incorporação do partido político. Eu pediria a V.Exa. que considerasse a lógica sistemática da Constituição e colocasse “fundação, fusão ou incorporação”, porque é como a Constituição trata o assunto: a liberdade de criação, fusão ou incorporação. Parece-me que foi discutido, de certa maneira. É só acrescentar a palavra, para ficar compatível com a Constituição.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Deputado, o meu texto é claro. Ele, de fato, exclui daqueles Parlamentares a possibilidade de ingressar em um novo partido.

O SR. MIRO TEIXEIRA - De fundar um partido?

O SR. RODRIGO MAIA - O quê?

O SR. MIRO TEIXEIRA - De fundar um partido?

O SR. RODRIGO MAIA - Ele pode fundar um partido “i”, mas o mandato é do partido. A tese que nós estamos defendendo é a da fusão ou incorporação. Mas eu não tenho nenhum problema, se essa for a decisão do Plenário, com que possamos incorporar essa palavra.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Posso pedir a V.Exa. que incorpore. E, se for o caso, que alguém faça um destaque, pois simplifica o processo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vamos votar artigo por artigo, neste momento haverá o momento de discussão desse ponto.

O SR. MIRO TEIXEIRA - O Depurado Alessandro Molon traz aqui... Vê se há acordo. Eu tenho a impressão...

O SR. RODRIGO MAIA - Acho que há. Então, como há acordo, eu estou incorporando a sua proposta, Deputado.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Quanto à fundação, se alguém quiser, é destaque. Fica sendo assim?

O SR. RODRIGO MAIA - Está todo mundo de acordo. Ninguém se manifestou.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Parabéns!

O SR. RODRIGO MAIA - Vou incorporar a sua proposta.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Segundo o acordo, então, vamos votar agora o requerimento que requer que a discussão e a votação sejam feitas artigo por artigo.

“Senhor. Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 165, § 2º, e 117, XIII, do Regimento Interno, que a discussão e a votação do substitutivo apresentado à PEC nº 182-B/2007 e apensadas sejam feitas artigo por artigo.”

Assina o Deputado Mendonça Filho.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só um esclarecimento: a ordem dos destaques a serem apreciados será pela chegada ou por outra ordem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A ordem dos destaques a serem apreciados será por artigo.

O SR. ROGÉRIO ROSSO - Dentro do artigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Dentro do artigo, vamos examinar. Não é pela chegada. Há um critério regimental que vamos adotar. A gente comunicará. A gente ainda pode estar recebendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se o requerimento já está acordado, não precisa de orientação. Vamos direto a ele.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Sim. Podemos ir direto então?

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu acho, Sr. Presidente. É um acordo.

O SR. SIBÁ MACHADO - Se, talvez, precisar de algum esclarecimento, V.Exa. mesmo o faz.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos iniciando hoje a discussão que deveria ter sido feita há mais de 15 anos. Nós vivemos com um sistema eleitoral antigo e, a



meu ver, viciado. O sistema eleitoral vigente do voto proporcional com coligações, com coeficiente eleitoral, a meu ver, esgotou-se. O que precisamos é votar um sistema que seja mais moderno, mais consentâneo. Mas eu percebo que o vício de estarmos há tantos anos nesse mesmo sistema eleitoral — e um sistema que se deteriora, um sistema que vem, a meu ver, apodrecendo a cada eleição — não pode continuar. Nós precisamos buscar um sistema mais moderno, um sistema mais atual, um sistema que exprima a vontade do eleitor. Nós precisamos trabalhar um sistema em que o poder econômico não fale tão alto quanto a vontade do eleitor. Nós precisamos fazer uma reforma político-eleitoral, para que possamos dar ao povo brasileiro as respostas necessárias para resolvermos as grandes questões do País.

O que nós precisamos fazer agora é votar uma reforma política. E se não for a ideal, que seja uma ponte para a transição de uma reforma melhor, mais próxima da realidade, do que o nosso País precisa.

Por isso, nós vamos votar artigo por artigo. Vamos discutir artigo por artigo, para que dessa discussão possa nascer uma proposta que venha atender à maioria deste Plenário e representar, portanto, um espelho do que precisa a sociedade brasileira.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, eu peço o voto “sim” a esse requerimento, para que possamos discutir e debater o quanto mais, melhor, essa proposta que acaba de fazer aqui o nosso Relator, o Deputado Rodrigo Maia.

Muito obrigado a todos.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Podemos votar direto o requerimento?

O SR. CHICO ALENCAR - Queremos fazer a orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Quem deseja orientar? *(Pausa.)* O PSOL deseja orientar.

O SR. CHICO ALENCAR - Isso. Temos que valorizar o nosso minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Claro.

Como o PSOL orienta a bancada no requerimento de votação artigo por artigo?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dizendo “sim” a essa votação artigo por artigo, temos o dever de dizer “não” ao método que nos trouxe a este plenário hoje.

O trabalho da Comissão Especial — e não falo por mim, que dela fiz parte, nem por nosso suplente, o Deputado Jean Wyllys —, o trabalho de 68 Deputados foi um trabalho rico, profícuo, com audiências públicas, debates, sempre insuficientes, porque o desafio é encantar a população para mudanças substanciais no nosso sistema político. E isso não logramos e muito menos conseguiremos com essas votações aceleradas de hoje, amanhã e quinta-feira.

Entendemos que o desprezo pelo trabalho da Comissão e pelo relatório do Deputado Marcelo Castro, mesmo que não tivéssemos, como é o caso do PSOL, concordância com boa parte do que ele produziu, foi um desrespeito ao rito regimental, ao rito democrático.

Portanto, essas votações aqui, independente do seu mérito, que será discutido de forma muito acirrada, têm um defeito congênito: a ritualística necessária



não foi respeitada. É um precedente terrível! Vejam que a Comissão não produziu o seu relatório porque não quis. Ela foi boicotada inclusive pelo seu próprio Presidente.

Isso é muito ruim. Nós queremos deixar aqui o nosso repúdio. Não adianta elogiar o Relator. O melhor elogio ao seu trabalho e ao da Comissão seria debater o seu relatório e votar lá e aqui.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Podemos colocar “sim” para todos os demais, já que há um acordo?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Sr. Presidente, queremos orientar pelo PSD!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em votação o requerimento que requer que a discussão e a votação sejam feitas artigo por artigo.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por acordo, nós combinamos fazer a discussão artigo por artigo, e não fazer a discussão geral e, depois, fazer artigo por artigo.

Pedi que fossem apresentados, na lista que havíamos previamente combinado...

O SR. SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, deixe-me só pedir o encaminhamento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no meu entendimento — aliás, fui eu que sugeri —, haveria cinco falas a favor e cinco falas contra. Foi acatado. Na sequência, foi sugerido que se pudesse fazer um esforço de rodízio mínimo das pessoas que vão falar.

Então, Sr. Presidente, no momento em que o PT for falar, eu gostaria que a gente fizesse a indicação do nome, sem prejuízo do rodízio que foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está bem.

Antes disso, há sobre a mesa um requerimento feito pelo PV de adiamento de discussão e o pedido de votação nominal.

Eu pergunto ao PV se vai manter esse requerimento. *(Pausa.)*

Se ninguém se manifestar, eu sou obrigado a...

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho uma proposta para fazer. V.Exa. disse que são cinco de um lado e cinco de outro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, o rito foi decidido no Colégio de Líderes por todos os Líderes.



O SR. SILVIO COSTA - Sim, tudo bem. Calma, Sr. Presidente. Calma!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas eu digo o seguinte: nós não vamos agora rediscutir o rito.

O SR. SILVIO COSTA - Não, não vamos rediscutir. Como foi aprovado item por item, a minha pergunta é: o primeiro item da pauta é voto em lista?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Isso.

O SR. SILVIO COSTA - Por exemplo, no voto em lista, V.Exa. vai permitir quantos a favor e quantos contra?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, não é que vou permitir, foi acordado cinco de cada lado.

O SR. SILVIO COSTA - Em cada item, cinco e cinco?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Cinco e cinco.

O SR. SILVIO COSTA - Ah!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Já que o PV não se manifesta, passo a ler o requerimento de votação nominal: *“Requeremos, na forma do art. 186, inciso II...”*

O SR. ALEXANDRE LEITE - Só um segundo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não entendi.

O SR. ALEXANDRE LEITE - O Deputado Sarney Filho está se encaminhando ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não entendi.

O SR. ALEXANDRE LEITE - O Deputado Sarney Filho está se encaminhando ao microfone para se manifestar.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não. Vamos aguardar o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO - Sr. Presidente, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme eu havia alertado ontem na reunião de Líderes, nós ainda esperamos pelos compromissos que vão ser reafirmados aqui, no que diz respeito à coligação e à cláusula de barreira.

A nossa obstrução, Presidente, é uma obstrução política, ela visa alcançar um objetivo. Se esse objetivo for alcançado, nós imediatamente retiraremos toda a obstrução que está sendo feita.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas, Deputado, V.Exa. tem que considerar duas coisas: primeiro, a combinação com os demais Líderes que participaram do processo; segundo, que o relatório do Relator não contém nenhum desses pontos que V.Exa. está abarcando. Então, se é isso, V.Exa. já está atendido pelo relatório.

O SR. SARNEY FILHO - Exatamente, Presidente. Nós só vamos checar essa questão, porque hoje de manhã ela não estava clara. Então, estando claro esse compromisso da maioria dos partidos, nós vamos retirar a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Então, V.Exa. mantém o requerimento?

O SR. SARNEY FILHO - Mantenho pelo momento.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa um requerimento:

“Senhor Presidente,

Requeremos, na forma do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, para que seja pelo processo nominal a votação do requerimento de adiamento de discussão da PEC 182-B/07.”



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PMDB?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PMDB vota “não”.

Como vota o PT?

O SR. ANDRES SANCHEZ (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PT vota “não.”

Como vota o PSDB?

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco do PRB?

(Pausa.)

Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSD entende que nós deveríamos fazer essa votação nominal, também em respeito a todos aqueles que participaram da Comissão da Reforma Política.

Nós passamos 3 meses num trabalho imenso, e ficamos muito tristes hoje quando não vimos o relatório votado. Realmente, é uma decepção para nós que participamos disso. Nada temos contra o relatório apresentado pelo nosso Presidente da Comissão, Deputado Rodrigo Maia, mas acho que foi um trabalho desperdiçado. Nós tivemos diversas e diversas audiências públicas, diversas



peçoas e entidades estiveram aqui conosco, passaram as suas ideias, e isso foi incorporado, de uma certa maneira, por todos. Não que o relatório do Deputado Marcelo Castro estivesse perfeito, mas era aquilo que ele pôde produzir.

Com isso, nós estamos aqui para votar, de qualquer maneira, porque a população precisa, mas nós precisamos que isso seja feito com calma. Então, nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PR?

O SR. MILTON MONTI (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PR vota “não”.

Como vota o PSB?

Eu gostaria de alertar que o PSD está votando “sim” ao... *(Pausa.)* Não? PSD, “não”.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PSD vota “não”.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB também vota “não”, Sr. Presidente. Já debatemos demais essa matéria. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Peço que se altere a orientação do PSD para “não”.

Como vota o Democratas?



O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vota “não”.

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PDT entende que o requerimento é de obstrução, por isso vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da
oradora.) - O PCdoB vota “não”.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PPS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PV?

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.
Presidente, o PV retira o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os dois, ou só esse?

O SR. SARNEY FILHO - Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os dois requerimentos.



O SR. SARNEY FILHO - Está feito o acordo. Nós vamos retirar os requerimentos e cumpri-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Retirado o requerimento por parte... O de votação também? Há também um requerimento de votação. V.Exa. o retira também? (*Pausa.*) Retira tudo. Pois não.

Retirados os requerimentos do PV.

Agradeço ao Deputado Sarney Filho.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputada Jandira, V.Exa. quer falar agora?

O SR. CHICO ALENCAR - E eu reclamo, Deputado Sarney Filho, porque V.Exa. me tirou um minutinho precioso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. quer falar agora?

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Já vamos começar a votar a matéria, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nós vamos agora, primeiro, fazer o anúncio da matéria que vai ser votada primeiro.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Então, falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Depois.

A discussão vai ser por artigo, mas antes da discussão eu tenho que anunciar o que vou votar.

Eu não posso saber o que se vai discutir.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há sobre a mesa — e temos que formalmente votá-lo — o seguinte requerimento.

“Sr. Presidente,

*Requeiro, nos termos regimentais, preferência para
votação da Emenda Aglutinativa nº 4, que trata do
sistema proporcional de lista preordenada.”*

Assina o Deputado Leonardo Picciani.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Podemos, simbolicamente, votar isso aqui? É o acordo nosso?

O SR. HERÁCLITO FORTES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não, Deputado Heráclito.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Espere, Sr. Presidente, eu não entendi. Desculpe. Há um requerimento de quê?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O nosso acordo é votar primeiro a lista. Para cada item que não esteja constando do relatório, tem-se a emenda aglutinativa ou um destaque para substituir o art. 1º, que é o artigo do sistema eleitoral do Relator.

Foi feita, então, uma emenda aglutinativa para introduzir a lista preordenada, e há um destaque para essa preferência, da lista preordenada, para ela ser submetida à votação.

O SR. SIBÁ MACHADO - Mas nós não apresentamos esse destaque, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas o PMDB apresentou.

O SR. SIBÁ MACHADO - Ah, sim!

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma informação. Quem apresenta o destaque da lista preordenada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PMDB.

O SR. CHICO ALENCAR - O PMDB defende a lista preordenada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, o PMDB quer cumprir o acordo para que seja votado, segundo informou o PMDB.

O SR. ALEXANDRE LEITE - Sr. Presidente....



O SR. CHICO ALENCAR - Em nome da verdade que pauta as nossas relações, desde a primeira vez eu coloquei, pela Liderança do PSOL, que nós não tínhamos acordo com esse ordenamento. Inclusive, repeti à exaustão aquela frase: *“A ordem dos fatores, para nós, altera o produto.”*

Portanto, não temos concordância com essa ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu sei, Deputado, mas a quase totalidade dos Líderes concordou. Então me cabe agora fazer valer o acordo.

O SR. CHICO ALENCAR - E consideramos que a lista é projeto infraconstitucional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT, Partido dos Trabalhadores, que sempre defendeu a lista, terceirizou esse requerimento? Terceirizou ao PMDB a honra de apresentar a defesa da lista fechada?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, vamos lá.

O SR. CHICO ALENCAR - O Deputado que apresentou o destaque não está em plenário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O Líder tem prerrogativa de fazer o requerimento, e está feito. Foi o Líder da bancada que assinou.

O SR. ALEXANDRE LEITE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu já li o requerimento. Vamos orientar, então. Pode ser simbólico, ou não?

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Nós gostaríamos de pedir a distribuição da emenda, pelo menos, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A distribuição está aqui. É a Emenda nº 4. Pode distribuir em plenário.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos fazer votação simbólica.

O SR. ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Simbólica.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em votação a preferência para votação da emenda aglutinativa que trata do sistema proporcional de lista preordenada.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Agora, sim, nós vamos para a discussão da Emenda Aglutinativa nº 4, em substituição ao art. 1º do Substitutivo do Relator. Lista preordenada.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, solicito usar a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não. V.Exa. tem todo direito. Ocupe a tribuna. Porém, o tempo começa a contar a partir de antes de V.Exa. subir.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, uso a tribuna neste momento para dialogar com a Casa, com o conjunto dos Parlamentares aqui presentes, sobre qual vai ser o comportamento do Governo no encaminhamento dos pontos em discussão sobre a reforma política. Isso é importante, para que não paire dúvida sobre como encaminhar e que posição o Governo adotará nessa discussão e nessa votação.

Em primeiro lugar, é importante destacar, para a imprensa e para o País, que o Governo da Presidenta Dilma encaminhou a esta Casa, ao Congresso Nacional, em julho de 2013, uma proposta de reforma política, alguns itens que consubstanciavam aquilo que para nós, naquele momento, refletia o movimento das ruas. Nós, dialogando com o Congresso, encaminhamos uma proposta de cinco pontos para apreciação desta Casa.

Nessa discussão, um dos pontos centrais encaminhados pelo Governo é exatamente a realização de um plebiscito que pudesse ouvir a população, dialogando com as ruas, e que a Câmara pudesse, antes de qualquer manifestação de mérito sobre um ou outro ponto da reforma político-eleitoral, submeter à apreciação da sociedade brasileira, através de um plebiscito, qual posição a ser adotada sobre um tema ou sobre outro.

Lembro aqui aos Srs. Parlamentares que a Presidenta Dilma encaminhou o pedido de realização de um plebiscito contendo cinco pontos: forma de



financiamento de campanha; definição do sistema eleitoral; continuidade ou não da existência de suplente no Senado; manutenção ou não das coligações; fim ou não do voto secreto no Parlamento — último item do plebiscito que seria realizado.

Esses pontos encaminhados pela Presidenta Dilma, no final do primeiro semestre de 2013, eram, naquele momento, a posição do Governo para esta Casa. E dizia o Governo da Presidenta Dilma que era fundamental nós realizarmos a reforma a partir da realização daquele plebiscito.

O Congresso não apreciou aquela iniciativa oriunda do Executivo. Hoje, após um processo de diálogo e de discussão na Comissão Especial e nesta Casa, o Congresso Nacional vai se debruçar sobre pontos da maior relevância para o País contidos na proposta de reforma política.

Para nós do Governo, ainda que não se debata na orientação de votação, iremos orientar sobre um ou outro ponto, e o Governo considera que é inadiável, que é urgente e que é fundamental a realização do debate, da discussão, para a votação desses temas da reforma política.

Cabe ao Congresso Nacional, dialogando entre as bancadas, estabelecer o tipo de sistema eleitoral, o tipo de financiamento de campanhas — se público ou privado — e, principalmente, a manutenção ou não das coligações, bem como a paridade de gênero, a cota para mulheres na representação no Parlamento. Trata-se de temas muito relevantes.

O Governo considera que, para o País, é fundamental uma ampla e radical reforma política, porque, assim, nós estaremos dialogando com o Brasil, com a sociedade, com os movimentos sociais, com a OAB, com a CNBB e com todos



aqueles que protagonizaram, nesses meses todos, nesses meses de discussão, posições sobre a reforma política.

O Governo considera, Sr. Presidente, que esse debate é urgente. É por isso que, hoje, aqui, queremos louvar todas as bancadas que vão estabelecer o diálogo, o debate e o confronto de ideias. E que possamos produzir, a partir desse debate, aquilo que é melhor para a democracia.

A democracia pressupõe partidos fortes, a democracia pressupõe custo. E é muito importante que nós façamos um debate sério, acalorado e, nesse enfrentamento, possamos buscar o melhor para a democracia brasileira.

O Parlamento brasileiro é fruto dos Constituintes de 1988. Portanto, este momento é como se fosse aquele de 1988, e nós vamos nos debruçar sobre esses temas todos. O Governo concorda piamente com o fato de que, aqui, nós produziremos aquilo que é melhor, naqueles pontos fundamentais, para a reforma política.

O Governo não vai orientar nem o voto “sim” nem o voto “não”. Já antecipo, Sr. Presidente, para dizer que o Governo aposta que o Congresso busque o melhor caminho para a reforma política, sem necessariamente encaminhar a posição de um ponto ou de outro.

O que o Governo diz, neste momento, para a sua base é que a reforma é fundamental e cabe às Lideranças e às bancadas optarem por um modelo ou outro, por um financiamento ou outro. Como a base tem posições divergentes, a nossa opinião, a opinião do Governo é considerar que a Câmara poderá, sim, buscar o melhor caminho para esses desafios que estão postos, neste momento, no debate da reforma política e eleitoral.



Ainda que a Câmara não tenha aprovado aquilo que o Governo encaminhou para cá em 2013, o nosso Governo, o Governo da Presidenta Dilma, parabeniza esta Casa pelo debate que nós iremos fazer a partir de agora. E, a partir disso, produziremos aquilo que for melhor para o País e para a democracia.

Portanto, a posição do Governo é no sentido de que a base está liberada para fazer o debate que achar conveniente. O Governo considera que se trata de matéria estritamente relacionada com o Legislativo. Por isso, é muito importante que as Deputadas e os Deputados busquem o melhor caminho que vise ao fortalecimento da democracia, dos partidos e, principalmente, da relação do Parlamentar com o conjunto da sociedade.

É claro, Sr. Presidente, que seria muito bom, nesse diálogo, que a Câmara pudesse ouvir aquilo que a CNBB, a OAB e outras entidades estão dialogando com o Congresso Nacional. Seria muito importante que, ao votarmos, considerássemos todo o movimento que foi feito durante todos esses meses por essas entidades, que são fundamentais. Elas foram e são ainda importantíssimas para a democracia, e foram elas que, juntamente conosco, construíram a democracia brasileira e esse conjunto de partidos.

Assim, Sr. Presidente, vamos encaminhar desse jeito e rogamos para que a Casa busque o melhor caminho para o debate e para a votação da reforma político-eleitoral.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para iniciar a discussão, vou chamar então... *(Pausa.)*

Houve uma pequena confusão aqui, porque preencheram de forma geral, e não por item.

Vou chamar para falar contra a lista o Deputado Alessandro Molon. Ou o PT vai indicar alguém?

O SR. SIBÁ MACHADO - Eu mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Sibá Machado, para falar contra a lista.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós entendemos que essa matéria é infraconstitucional e não tem necessidade de estar nesse texto. Por isso, nós preferimos tratar da lista em uma ocasião em que, de fato, ela caiba. Portanto, orientamos o voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor da lista, concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner. *(Pausa.)*

Para falar a favor da lista, concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*

Para falar a favor da lista, concedo a palavra à Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO - Sr. Presidente, eu não sou a favor da lista. Estou inscrita no debate geral do sistema eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas ele foi desmembrado.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Marcelo Belinati. *(Pausa.)*

Para falar contra a lista, tem a palavra o Deputado Chico Alencar.



V.Exa. quer falar contra a lista?

O SR. CHICO ALENCAR - Não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não.

Com a palavra o Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA - Não.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me uma observação. Eu creio que a matéria deve ser votada, sim. Ela não é infraconstitucional, não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Ela será votada. Em qualquer circunstância, ela será votada.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Está bem.

Obrigado. Não há nada infraconstitucional nisso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Flavinho. *(Pausa.)*

Deputado Bacelar. *(Pausa.)*

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, há uma barreira aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pois não. Eu não consigo enxergar.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Eu vou me deslocar, então, porque daqui não dá para fazer pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado Hauly, V.Exa. vai falar?
(Pausa.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - É sobre o distritão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não. Nós estamos discutindo lista.



Para falar contra a lista, com a palavra o Deputado Heráclito Fortes. O segundo contra a lista.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, eu estou aqui para falar, o Deputado Haully aqui. Se V.Exa. depois não vai renovar a minha inscrição, eu prefiro, então, falar agora e dar a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa lista é uma vergonha nacional.

Eu sou de uma geração que viveu listas de fato. O Maranhão tinha a lista do Sarney; o Piauí tinha a lista do Petrônio; o Ceará tinha a lista do Virgílio; a Bahia tinha a lista do Antonio Carlos Magalhães, e as sobras ficavam com os que se aventuravam em política.

O renascimento dessa lista é o retrocesso na democracia brasileira. Nós aceitarmos isso é um atestado de óbito para a geração de vocação política.

Eu quero abrir apenas um parêntese: Pernambuco, por ter uma disputa política local, não conviveu com esse tipo de lista, mas o restante do Nordeste sim. O Deputado Maluf, que está ali, quando tinha força em São Paulo, tinha a sua lista. Não é verdade? A lista do Maluf era garantia de eleição.

Nós não podemos aceitar isso! Nós não podemos aceitar essa lista Sr. Presidente, porque é um retrocesso. Eu estou me limitando a dizer o que eu conheci. Eu não falo do Sudoeste, do Sul do País, eu falo do Nordeste, eu falo daquilo que conheci e do exemplo do nosso querido Deputado Paulo Maluf.



Nós temos que acabar com a lista. Não existe justificativa para essa lista. Se as eleições ficam mais baratas, quanto vai custar a convenção? Quanto vai custar a cada um para ter o direito ao acesso a essa lista?

Dessa forma eu fico com esta posição: a pior de todas as propostas é essa lista, e nós temos que combatê-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Orador favorável à lista, com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, poderia sugerir, pelo menos nesse tema, que se abrisse o painel para votação, e os oradores que quiserem discutir, dado o quórum elevado para esta votação, que o fizessem durante o momento de votação? Sugiro um acordo, pelo menos, nesse tema.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade eu uso a tribuna para dizer, com muita convicção, que se nós tivéssemos que escolher entre todas as propostas apresentadas de sistema de votação, naturalmente eu diria que dos males o menor.

A lista, eu diria, é mais importante, porque ela respeita os partidos, valoriza os partidos, compreende os partidos, fortalece os partidos, dá vida aos partidos, que são a razão de ser dos nossos mandatos. Aqui, com raríssimas exceções, ninguém é dono do mandato. Nós somos eleitos pelo conjunto dos nossos partidos ou, via de regra, pela nossa coligação.

Agora, eu quero dizer de forma bem clara que entre o distritão, o distritão misto, o distrital, a lista e o sistema proporcional, que é o sistema atual, eu ainda



acho que, de todos eles, o sistema atual, com alguns ajustes, com algumas correções, ainda é o menos pior dos sistemas de votação.

Eu não estou dizendo que é o melhor, tampouco vamos fazer uma reforma para fazer mais do mesmo. O que nós não podemos fazer é uma aventura e fazer mais do pior. É ruim para a democracia, é ruim para esta Casa, é ruim para o cidadão e é ruim para a cidadania.

Por isso, eu defendo claramente o voto contra o distritão, porque o distritão vai significar uma coligação única em cada Estado, em cada unidade da Federação. E dessa coligação única de todos os partidos, vão se eleger os mais votados. Quem serão eles? Não serão os jovens, não serão os negros, não serão as mulheres, não serão as minorias. Serão os homens e, dentre os homens, aqueles que têm dinheiro, aqueles que têm poder, que têm empresa, que têm esquema, aqueles que são os coronéis, enfim, aqueles que têm estrutura para bancar uma campanha em uma disputa dura e fratricida.

Então, esse não é o sistema mais indicado, até porque, ao fim e ao cabo, nós vamos ter homens eleitos, não haverá mulheres. E, dentre os homens eleitos, só os grandes, e os partidos vão sucumbir, porque ninguém mais vai representar partido. Cada um vai representar a si próprio. Será o “eu e eu mesmo”. Então, não dá para aceitar uma coligação dessa de jacaré...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly. *(Pausa.)*

O Deputado Luiz Carlos Hauly saiu da tribuna? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Flavinho. *(Pausa.)*



Agora falará o Deputado Luiz Carlos Hauly. Perdão Deputado Flavinho, depois eu chamo V.Exa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para não abandonar o lugar aqui da Oposição quanto ao distritão, quero dizer que o voto em lista é menos ruim que o distritão, mas ainda sou a favor do voto distrital puro, como existe na Inglaterra, como existe nos Estados Unidos e como existe no Canadá. E o distrital misto também é desejável no acordo, no entendimento.

Qual foi o país do mundo que se edificou, que se desenvolveu, que se consolidou, sem que tivesse adotado o voto distrital puro ou o voto distrital misto? Nenhum! Qual foi o país que adotou o distritão? O Afeganistão. Então, nós vamos adotar o modelo dos afegãos aqui? Não. Distritão é o jabuticabão, é de minoria e milionários.

Eu quero para o País — eu sou discípulo de São Thomas Morus, sou um utopista — uma reforma do Estado brasileiro, uma reforma política que contemple o fim da crise do presidencialismo. A crise não é do Parlamento. Ela está do outro lado da rua, é do Presidente da República, do modelo engessado de presidencialismo. Se o regime fosse parlamentarista, com Presidente da República, como é na França, em Portugal, nós já teríamos saído da crise. Persistiria o problema de corrupção, que iria à Justiça, mas sairíamos da crise de governabilidade do País.

Voto distrital existe na China e existe em Cuba, também nos regimes comunistas. Por que o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo, pior sistema político do mundo, pior sistema previdenciário do mundo, pior sistema trabalhista do



mundo, e nada funciona bem? Porque aqui nós estamos preocupados com a próxima eleição, não com a próxima geração.

Os fundadores dos Estados Unidos edificaram uma democracia ao mesmo tempo do Brasil, mas lá o país é rico e próspero. E aqui nós estávamos no Segundo Mundo, mas voltamos para o Terceiro Mundo com o retrocesso — o retrocesso é patente!

Sr. Presidente, o distritão é o pior sistema que há, no meu entendimento — desculpe-me V.Exa., que o defende. Ele vai criar 513 Deputados, que vão ser indivíduos egoístas, que não dependerão de partidos. Será a destruição da democracia brasileira!

Se for para termos isso, extingam-se os partidos também. Fica uma representação pelos mais votados. E quem tiver mais dinheiro ganha a eleição. Esse é o esquema? Desculpem-me! Coincidência de mandatos? Sou contra. Cota para mulheres? Sou a favor, meu caro Presidente Eduardo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Marcelo Belinati. Em seguida, para falar contra, terá a palavra o Deputado Flavinho.

O SR. MARCELO BELINATI (Bloco/PP-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Deputados e Deputadas, pessoas que nos acompanham pela televisão e pela *Rádio Câmara*, muita gente tem perguntado para mim: “Ô, Marcelo, mas o que é que muda na minha vida com a tal da reforma política?” As pessoas, Deputado Balestra, não têm essa informação, a informação não chega através da imprensa.



Na minha opinião, a mãe de todas as reformas, para solucionar tudo que de mal acontece no País, é a reforma política — eu não tenho dúvida disso —, seja através de alteração do financiamento das campanhas, seja através da alteração do sistema eleitoral.

Hoje ainda eu conversava com um jornalista, e ele me questionava a respeito do financiamento das campanhas. Eu falei: *“Olha, eu sou contra a doação das empresas, porque não há empresário bonzinho”*. O que o empresário quer? Ele quer, sim, estar de bem com o Governo, para obter algum tipo de lucro. Depois, acabam deixando, Governador Esperidião Amin, sempre de lado os interesses da população.

Eu sou a favor, sim, do financiamento público, do financiamento privado, mas através de CPF, de pessoa física, para que a pessoa doe para a campanha em que ela acredita, sem a participação de empresas, que doam para os candidatos e depois vão atrás buscar os seus lucros.

Quando eu fiz a minha campanha eleitoral, a coisa com que eu mais sofri foi lutar contra o poder econômico da maioria dos candidatos. E eu falava: *“Olha, gastam milhões na campanha. Depois, vão para lá e não vão pensar no povo, não”*.

E é por isso que tem que ser mudado, tem que ser encontrado um caminho para um financiamento público de campanha, um financiamento no qual as pessoas possam, sim, verdadeiramente, ser representadas e representar a nossa população.

Quanto ao sistema eleitoral, também devemos encontrar um caminho justo, para que possamos ter no Congresso Nacional a representatividade de todos os segmentos da sociedade. Hoje, o Congresso Nacional, em sua grande parte — não é uma crítica —, é representado ou por empresários ou por ruralistas, ficando os



trabalhadores de lado. E, aí, acontece o que vimos no ajuste fiscal: quem fica com a conta do ajuste fiscal são o trabalhador e a viúva.

Hoje ainda, Sr. Presidente, eu ouvi o Ministro Levy se pronunciando contrariamente à taxação das grandes fortunas no Brasil. Então, os banqueiros ficam de lado, as grandes fortunas ficam de lado, e quem paga a conta por tudo o que acontece de ruim, no Brasil, acaba sendo a nossa população.

Por isso é tão importante uma alteração urgente em nosso sistema político-eleitoral, para que essas coisas não aconteçam, e a nossa população possa, sim, ser verdadeiramente representada pelo sistema político.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Flavinho, para falar contra.

O SR. FLAVINHO (PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta tarde nós estamos iniciando um tempo muito importante para o nosso País. Algo muito sério está acontecendo, porque muitas pessoas que estão nos acompanhando agora pelos sistemas de comunicação desta Casa, pessoas que estão lendo jornais, pessoas que estão ouvindo comentários em tevês, não estão entendendo nada do que está acontecendo aqui. É um grande risco para a nossa sociedade, especialmente, começarmos votando o sistema eleitoral.

A nossa população, a população brasileira, na sua grande maioria, não entende como isso funciona. Aliás, muitos políticos não entendem como funciona. É um risco muito grande. Nós sairemos de algo que até mesmo para nós, muitos de nós, ainda é algo a ser explorado, melhorado, para irmos para algo totalmente novo e que pode colocar em risco a democracia.



Muitos que me conhecem sabem que eu não sou um grande defensor de ideologias partidárias, mas nós não podemos nos esquecer de que é através dos partidos que a democracia está bem representada nesta Casa.

Eu acredito nesta Casa, que é exatamente a representatividade da nossa Nação. Claro, muita coisa precisa ser melhorada também na representatividade do nosso povo nesta Casa de Leis. Mas nós não podemos entrar agora em uma aventura, trabalhando, por exemplo, esses quatro itens do sistema eleitoral, especialmente o distritão. Eu, pessoalmente — não vou mentir —, seria beneficiado com o distritão, mas eu não posso olhar para a minha situação. Eu tenho que olhar para a minha Nação, eu tenho que olhar para a situação da democracia no nosso País, muitas vezes atacada até por nós mesmos, Parlamentares, nesta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero deixar claro o meu voto contrário ao distritão e a essas quatro formas, com o distritão, que estão sendo apresentadas. Creio que, com o voto proporcional melhorado com tudo aquilo que vai ser debatido nesta Casa, nós podemos avançar com a democracia no nosso País. E creio, principalmente, que a maior reforma e a principal reforma que a sociedade espera de nós homens públicos não é simplesmente uma reforma eleitoral, mas uma reforma moral. A sociedade espera de nós homens públicos, políticos, que nós em primeiro lugar reformemos a nossa forma de fazer política. Eu sou músico. E na música há uma máxima muito interessante: menos é mais. Creio que nessa reforma política quanto menos se mexer mais benefício nós vamos ter de fato para a política democrática do nosso País.

Então, quero já registrar aqui meu voto contrário ao distritão. Creio que nós temos, sim, que debater como estamos fazendo, buscando o melhor para o nosso



País, para a nossa Nação, não interesses desse ou daquele Parlamentar, desses ou daqueles grupos econômicos, sejam eles quais forem. O Brasil merece o melhor. E nós temos a obrigação de dar o melhor para a nossa Nação e para o nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, colegas Deputadas, eu venho a esta tribuna fazer a defesa do modelo de sistema eleitoral que nós do PCdoB entendemos ser o modelo mais adequado para garantir a ampla democracia em nosso País.

Nós do PCdoB defendemos que o sistema proporcional tenha a sua atividade a partir de listas partidárias preordenadas, porque dessa maneira nós garantimos que a pluralidade existente na sociedade possa se expressar nos vários Parlamentos, garantimos que as posições que defendem temas, causas, questões possam ter expressão no Parlamento, garantimos que posições defendidas por setores minoritários possam ter expressão no Parlamento.

Nós do PCdoB defendemos a lista preordenada por acreditar que não é possível construir democracia sem partidos políticos consistentes, sem partidos políticos com identidade programática clara, sem partidos políticos com projetos que sirvam à construção e ao desenvolvimento do nosso País. Por isso, nós acreditamos que a lista preordenada fortalece os partidos.

Alguns colegas imaginam que isso iria limitar decisões partidárias às cúpulas. Ora, isso acontece em partidos que, na regra de hoje, não foram capazes de construir mecanismos de experiência democrática. É evidente que se pode antecipar



a elaboração das listas com processos de escolhas democráticas de cada candidato que vai expressar a posição na lista de cada um dos partidos.

Por isso, Sr. Presidente, quero defender o sistema proporcional com lista preestabelecida no âmbito dos partidos, para fortalecer os partidos políticos e para fortalecer a democracia.

Para concluir, Sr. Presidente, quero argumentar que infelizmente esse processo de construção da reforma política não alcançou o objetivo pleno esperado pelo povo brasileiro, que deseja a reforma política para ampliar a participação popular, que deseja a reforma política para criar mecanismos de democracia direta que deem mais legitimidade à política, aos políticos e aos partidos. E os debates que nos conduziram até aqui não apontam nesse caminho.

Por isso ao menos votar um sistema eleitoral que garanta pluralismo, identidade partidária e fortalecimento dos partidos é a única alternativa para que esse processo sirva para fortalecer a nossa democracia, e não para fragilizar os partidos, para manter o império do poder econômico nas eleições e para alijar a nossa população da participação política concreta.

Por isso o PCdoB vota “sim” à lista preordenada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Bom, falaram quatro Deputados contrários à lista. Alguém mais deseja falar contra a lista? *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Deputado Vinicius Carvalho.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos numa empreitada muito grande, porque estamos prestes a decidir o rumo da democracia no nosso País.



O sistema que está sendo proposto — ora lista preordenada, ora distrital misto, distritão, distritão misto —, na verdade e em síntese, significa oligarquia eleitoral ou ditadura política que querem instalar no sistema eleitoral pátrio. Nós, como representantes do povo, não podemos permitir isso. É inconcebível que algum Deputado aqui aceite o sistema de lista. É inconcebível que nós, como representantes do povo, possamos permitir que esse tipo de proposta ganhe rumo e vulto aqui nesta Casa.

É muito fácil aqueles que não têm a disposição de correr o campo, de olhar no olho do eleitor, de se expor e de pedir voto quererem que esse eleitor vote em partido, em detrimento de sua escolha. É claro que aquele que faz parte da cúpula dos partidos terá assento assegurado. Mas e aquele cujo trabalho é de opinião, de olhar no olho do eleitor?

Então, nós somos contra esse voto de lista, como também, Sras. e Srs. Deputados, somos contra o distrital misto, o distritão e o distritão misto que querem impor. Trata-se também de uma ditadura política, porque somente quem tiver apoio econômico vai conseguir disputar uma eleição com possibilidade de ser eleito. E esses deixarão de ser representantes do povo para serem representantes de Governadores e de empresas que têm patrocinado as campanhas até o dia de hoje.

O que o povo quer numa reforma política é o fim da corrupção, Sras. e Srs. Deputados, e o que está sendo apresentado jamais dará fim a essa corrupção, porque querem tirar do povo o direito de escolher os seus representantes legitimamente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não há mais orador inscrito.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos à orientação de bancadas para a votação da Emenda Aglutinativa nº 4, da lista preordenada.

Como vota o PMDB?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Contra a lista, Sr. Presidente, vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PMDB é contra a lista e vota “não”.

Como vota o PT?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pela razão de que a lista não é constitucional, Sr. Presidente, nós vamos votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PT vota “não” à lista.

Como vota o PSDB?

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Embora esse sistema impere em 56 países dos mais desenvolvidos, ele conflita com a cultura brasileira e não introduz nenhuma relação de territorialidade. Então, o PSDB, que defende o distrital misto, se coloca contra e vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco do PRB?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PRB entende que a lista cria um complicador para o cidadão que queira escolher o seu candidato. Nós entendemos que a liberdade de escolha é de cada cidadão. Portanto, nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSD?



O SR. HERCULANO PASSOS (PSD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD entende que o voto em lista não significa votar no candidato e vota “não” à lista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PR?

O SR. MILTON MONTI (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vai votar “não” à lista, porque entende que é uma tradição do nosso eleitor escolher o seu partido e escolher o seu candidato. A lista tiraria, de certa forma, o direito do eleitor nessa escolha. Por isso, o PR vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o voto em lista vai tirar do eleitor a possibilidade de escolher os seus representantes e transferir esse direito para as direções partidárias. Por isso, nós somos radicalmente contra o voto em lista fechada. O PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Democratas?

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas orienta a bancada a votar contra a lista, Sr. Presidente. “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?
(Pausa.)

Como vota o PCdoB?



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB não tem nenhuma dificuldade em defender o seu posicionamento. Em primeiro lugar, um dos grandes males da política é o voto na pessoa e não o voto em partidos e o voto em projetos. Esta emenda aglutinativa garante isso, finalmente. Que nós possamos votar nos partidos e numa eleição proporcional. Haverá, necessariamente, a democratização dos partidos. É inclusive a proposta da coalizão: o voto em lista proporcional, e essa lista sendo formada em dois turnos pelo eleitor.

Por fim, esse voto em lista permite também, Sr. Presidente, a paridade de gêneros. É um homem e uma mulher ou uma mulher e um homem. Portanto, o PCdoB, ainda que isoladamente, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PCdoB vota “sim”.

Como vota o PROS?

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - “Não”.

Como vota o PPS?

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “não”. Inclusive, o voto era “não” à lista do PT, que era proposição do PT durante todas as Comissões. O PT também encaminhou “não” a sua própria lista, a sua própria proposta. Mas o PPS sempre foi “não” a esse formato de sistema eleitoral.

O PPS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PV?



O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV libera a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PV libera a bancada.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL diz “não”, mas não à ideia da lista flexível, e sim a esta tentativa de se colocar no texto da Constituição Federal algo que diz respeito à legislação infraconstitucional das eleições proporcionais e que defendemos.

Aliás, isso não é só discurso. Nós temos um projeto de lei, assinado na Legislatura passada por mais de 100 Deputados, jamais questionado — projeto de lei, e não PEC —, que estabelece a lista preordenada flexível. E vamos discutir isso aqui depois, como é compromisso geral, na legislação infraconstitucional.

A proposta da OAB e da CNBB, toda ela feita em cima de estudos jurídicos seriíssimos, também garante essa excelente ideia como legislação infraconstitucional...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CHICO ALENCAR - Colocá-la aqui, como emenda constitucional, para testar, enfraquecer, desmoralizar e abrir caminho para, no voto majoritário de Parlamentares, que questionamos, aprovar a aberração do distritão.

Então, o nosso “não” ecoa pelas propostas subsequentes e afirma a necessidade do voto partidário consciente, com a intervenção do eleitor na lista preordenada.

O SR. CARLOS MANATO - Sr. Presidente, o Solidariedade quer orientar a bancada!



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?

O SR. CARLOS MANATO (SD-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade é contra a lista, que aumenta o poder do partido. Não vão votar nas pessoas. Nós somos totalmente contra, mas vamos liberar o Deputado Augusto Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

O SR. MORONI TORGAN (DEM-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante explicar para quem está nos ouvindo o que é a lista. Trata-se de uma lista de candidaturas feitas pela liderança partidária. A partir daí, o eleitor não vota mais em candidato, vota no partido. O primeiro da lista será eleito se tiver tantos votos quantos necessários naquele partido.

Isso quer dizer que a sua liberdade de escolher um candidato acabou. Isso quer dizer que, para se eleger talvez um candidato que se queira, tem-se que eleger mais dois, três que estão na frente na lista.

Então, isso não é possível. Nós não podemos ter uma democracia em que líderes partidários definam os eleitos, e não o povo. Portanto, a Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Governo?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo libera a bancada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu quero aproveitar esse tempo, Sr. Presidente, para fazer um registro importante. Ontem eu estive no Município de Redenção com o Secretário do Ministério dos Transportes, o representante do DNIT do Estado do Pará, vários Prefeitos e Vereadores daquela região, onde foi assinado um contrato de serviço de conservação da BR-158, no trecho que vai do Município de Redenção, no Pará, até o Mato Grosso.

É um contrato de 26 milhões de reais por 2 anos, para fazer a conservação da rodovia, enquanto o DNIT fará, nesse período, um projeto de restauração completo da BR e também das pontes.

O DNIT também assumiu o compromisso de que o trecho da BR-155, BR recentemente federalizada, antiga PA-150, que vai de Xinguara a Eldorado do Carajás...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas, nós estamos iniciando neste momento a primeira votação sobre um tema da maior gravidade, da maior complexidade. Nós estamos votando algo que interfere na democracia, e é a democracia do nosso País.

Obviamente que esse tema não é fácil, até porque o que as ruas pediram a nós foi uma reforma política democrática e eleições limpas.

Preocupa-me que a condução política desse processo tenha se dado como se deu, anulando praticamente o trabalho da Comissão. Foram quase 3 meses de trabalho, de debates, de audiências públicas. Neste momento, esse trabalho foi praticamente esquecido, e viemos diretamente ao plenário para participar de uma votação fatiada dos temas, para que nos posicionemos.

E o que me preocupa ainda mais é que o tema que será o segundo item, segundo bloco de votações, é algo que na minha opinião é central para uma reforma política democrática e se chama financiamento das campanhas eleitorais. Esse, parece-me, não galvanizou ainda a atenção central dos Parlamentares, apesar de ser a demanda principal da sociedade brasileira, seja qual for o sistema eleitoral.

Nós defendemos o sistema proporcional com lista preordenada e alternância de gênero.

Essa não é uma votação menor à que estamos fazendo agora, porque mesmo considerando que é um tema infraconstitucional, nós entendemos que colocado a voto deveríamos ter marcado, todos que apoiamos a lista, a favor da matéria.



Agora, seja qual for o sistema eleitoral, qualquer um, a questão do financiamento é decisiva. Imaginem que, seja no voto em lista, seja no sistema que é hoje, no distrital misto ou no distritão, enfim, seja qual for o sistema, a contribuição empresarial determina o resultado e, em algumas situações, piora muito a distorção que nós já vivemos aqui hoje.

Ora, no momento de crise ética, em que há empresários presos, quando o financiamento de campanha é dito por todos, em alto e bom som, que é uma raiz de corrupção, e da corrupção eleitoral, não quero imaginar que este Plenário, com suas digitais, coloque na Constituição brasileira o financiamento por empresas.

Isso é um acinte à sociedade brasileira! Isso é um acinte à luta política que estamos fazendo! E é aquilo que quase ninguém discute. Parece que a questão central é o sistema eleitoral, se ele é proporcional, se ele é proporcional com lista fechada ou não. Não estamos dando a devida importância a um tema que é central.

Durante todo esse tempo, o PCdoB trabalhou junto com a coalizão que propôs o sistema de lista em dois turnos, com alternância de gênero, financiamento público e, no máximo, com o financiamento de pessoa física. E o PCdoB trabalhou também a questão dos mecanismos de participação popular: o projeto de lei de iniciativa popular, o plebiscito e o referendo.

Lamentavelmente, esses temas não chamam a atenção ainda deste Plenário. Portanto, o Partido Comunista do Brasil tem clareza de que a questão principal do debate hoje sobre a reforma política é a proibição do financiamento por empresas nas campanhas eleitorais. Essa é a questão central para nós e deveria ser para este Plenário, em respeito à demanda que a sociedade brasileira tem e que muitos



discursos aqui relevam como algo decisivo e fundamental no combate à corrupção e no combate à corrupção eleitoral.

Portanto, quero demarcar que para nós essa é uma questão absolutamente central, e vamos usar todos os mecanismos para garantir a aprovação da proibição do financiamento empresarial de campanhas para transformar a representação que temos aqui numa representação, de fato, democrática.

Basta ver o perfil deste Congresso, basta ver o tamanho da bancada empresarial, do agronegócio, da bancada popular, o número de negros e o número de mulheres para entender como é importante impedir o financiamento empresarial de campanhas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Sibá Machado, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vim à tribuna neste momento também porque o procedimento, conforme acordado no Colégio de Líderes, será encaminhado sem obstrução. Os pontos serão debatidos, serão votados, e quem vencer levará.

Mas eu vim aqui para esclarecer melhor a posição do PT sobre essa questão da lista preordenada, da lista fechada. Nós não estamos renegando a lista; nunca renegamos a lista. É que esse tema, dentro da Comissão Especial, não estava encontrando maioria. Segundo, nós entendemos que a questão da lista trabalha o sistema proporcional como está hoje.

O sistema proporcional hoje está sendo mantido na ideia da lista fechada que o PT defende. E, por estar falando no sistema proporcional que existe hoje, nós achamos que a lista não tem nada a ver com emenda constitucional. Se não tem nada a ver com emenda constitucional, então, a matéria é infraconstitucional e deve ser tratada em outro momento.

Foi por isso que a minha bancada não apresentou destaque para se votar a lista, seja ela flexível, seja ela fechada, preordenada ou não.

Então, nesse aspecto é preciso deixar claro: a minha bancada está votando contra por esse motivo. Não estamos contra a tese. A tese nós continuamos defendendo. Achamos que a lista enaltece, sim, o partido. A sociedade olha para a política e, em muitos casos, diz: *“Eu quero votar em pessoas, não quero votar em partidos”*. Se nós não tivermos um processo educativo mais forte para fortalecimento dos partidos, essas agremiações passarão cada vez mais por desgaste na



sociedade, perdendo credibilidade. Então nós temos que trabalhar na direção da educação.

É por isso que nós entendemos que o distritão é o oposto da configuração da ideia do partido político como escola política, como lugar de se pensar a doutrina, discutir os parâmetros e as ideias, seja para a municipalidade, seja para o Estado, seja para o País.

Então, eu quero deixar aqui muito claro: a minha bancada está votando “não” porque não é tema constitucional. É por esse ponto. E, como tal, vamos aos temas constitucionais.

Eu queria deixar claro que essa é a nossa posição. Nossa bancada está votando “não”, consciente do que está fazendo.

Foi por isso que eu quis vir à tribuna neste momento, para deixar bem claro qual é a posição do PT sobre a questão da lista, tanto flexível quanto preordenada e fechada.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Posso encerrar a votação? Vamos sempre consolidar.

V.Exa. gostaria de usar a palavra, Deputado Jovair? (*Pausa.*)

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vamos encerrar o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Todos os que estão em plenário já votaram? Posso encerrar a votação?

O SR. ALEXANDRE LEITE - Vamos encerrar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 21;

NÃO: 402;

ABSTENÇÕES: 2;

TOTAL: 425.

ART. 17: 1.

QUÓRUM: 426.

A EMENDA AGLUTINATIVA Nº 4, DA LISTA PREORDENADA, FOI REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por oportuno, destaco a presença dos jovens participantes do Programa Estágio-Visita, que se encontram nas galerias do plenário. Esta Presidência apoia a participação do jovem na política e a maior interação do Parlamento com a sociedade. (*Palmas nas galerias.*)

Também destaco a presença de Sras. e de Srs. Vereadores, de Sras. e de Srs. Prefeitos.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Sobre a mesa o próximo requerimento.

Segundo acordo combinado entre as Lideranças, a segunda votação do sistema eleitoral se dará pelo requerimento de destaque de preferência feito pelo PSDB:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, requeiro, nos termos do art. 161, IV, e § 2º, combinado com o art. 117, IX, RICD, destaque de preferência para votação da Emenda Aglutinativa nº 2 — distrital misto.”

O requerimento foi assinado pelo Líder do PSDB.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, esse é um acordo de procedimento já consagrado.

Eu acho que todos os partidos deveriam colocar “sim”. É nesse sentido que nós encaminhamos, para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Podemos fazer a votação simbólica do destaque de preferência? (*Pausa.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em votação o destaque de preferência para a Emenda Aglutinativa nº 2 — distrital misto.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em discussão a Emenda Aglutinativa nº 2.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o representante do PT é o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Zé Geraldo votou com o seu partido.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um momento muito importante para esta Casa; hoje é um momento muito importante para o Congresso Nacional, e hoje é um momento muito importante para a política brasileira.

Muitos não acreditavam que nós fôssemos capazes de nos reunir numa casa legislativa, na Câmara dos Deputados, para dar uma resposta ao povo brasileiro, que já entendeu, que já percebeu que o nosso modelo político se exauriu e que se faz necessário e urgente darmos ao País uma reforma política capaz de ter a simplicidade na sua compreensão e, ao mesmo tempo, de construir e de ampliar, com transparência, a participação política de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros.

Com o advento deste novo Congresso Nacional, aqui, no compromisso de campanha do Deputado Eduardo Cunha, no Senado, no compromisso do Senador Renan Calheiros, nós conseguimos exatamente construir, dentro desse compromisso, a obrigação de darmos ao País essa reforma política tão sonhada e tão desejada.



Não sairemos nunca daqui com a reforma política dos nossos sonhos, até porque, como indivíduos políticos que somos, cada um tem um desejo, cada um tem uma fundamentação, cada um tem um princípio norteador, o que faz com que haja uma compreensão de qual é o caminho para a reforma política necessária.

Mas também não poderia deixar de exaltar o papel daquele que nos trouxe até aqui, neste momento, o Deputado Marcelo Castro, esse valoroso companheiro do PMDB, que em todos os momentos, junto conosco, percorreu o Brasil levando o debate, que não teve medo de fazer o enfrentamento dos pontos convergentes e dos pontos divergentes e que procurou dar ao País um referencial, aquilo que poderá nos nortear.

O projeto que nós do PMDB defendemos, como todos sabem, é o projeto do distritão, o projeto mais simplificado, em que o mais votado é aquele que terá o assento, é aquele que será o eleito, é aquele que terá maior representatividade, pelo apoio popular que recebeu, fortalecendo as Casas Legislativas e buscando, exatamente, a maior reciprocidade entre o eleito e o eleitor, entre o representado e o representante. Eu não tenho dúvida de que nós poderemos aglutinar a questão nesse sentido.

Por isso, esperamos que o voto do distritão seja majoritário e tenhamos a...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Marcus Pestana.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pediria 1 minuto de atenção.



Essa reforma não nasce de um capricho, de uma vontade unilateral de um ou de outro ator, não é um modismo. Essa reforma nasce, porque o nosso sistema político experimenta um claro esgotamento.

Quais são os objetivos da reforma que estamos começando a discutir?

Em primeiro lugar, ela quer aproximar a população da sua representação. Setenta por cento das pessoas, 2 anos depois, não sabem dizer sequer o nome do Deputado em quem votaram. Quem não sabe dizer o nome não controla, não fiscaliza, não acompanha. Noventa e cinco por cento não sabem dizer como V.Exas. votaram com relação à terceirização, ao salário mínimo, aos impostos, às medidas provisórias. Não existe isso em nenhuma parte do mundo.

Em segundo lugar, as campanhas são milionárias, o gasto é absurdo, o poder econômico interfere de forma forte nas escolhas, e o sistema é irracional. O eleitor não consegue, em São Paulo, por exemplo, comparar 1.200 candidatos que disputam 32 milhões de votos, num território do tamanho da Itália ou quase da Alemanha.

Precisamos também, em terceiro lugar, fortalecer os partidos e, assim, melhorar a governabilidade. Os países avançados, no século XX, consolidaram dois sistemas clássicos: o distrital puro, dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França; e a lista fechada, da Itália, da Espanha e de Portugal.

No pós-guerra, a Alemanha, querendo conciliar a nação, inventou o distrital misto, que é o sistema que aproveita as qualidades. Ele, ao contrário do distritão, aproxima a população da representação ao coletivizar os 50% da lista e ao territorializar os 50% dos distritos. Barateia a campanha na lista e na diminuição do território, fortalece os partidos e a solidariedade e melhora a governabilidade.



O distritão faz o contrário. No distritão vai permanecer a situação da distância entre a população e a sua representação. As campanhas vão ser mais caras, e, quanto aos partidos, vai haver o império do individualismo, do personalismo.

O distrital misto introduz a cota de representação de gênero, que assegura, no mínimo, 16% às mulheres; introduz 50% na lista e 50% nos distritos. São dois votos: o cidadão vota no partido e no seu distrito, no seu candidato majoritário. Nós também fazemos a eleição plurinominal para Deputado Estadual, para a compatibilização dos distritos, e acabamos com o quociente eleitoral.

Portanto, esse é o caminho estratégico para melhorar a democracia brasileira, para dar um salto de qualidade. A história da democracia brasileira estará em jogo nesta noite, na quarta-feira e na quinta-feira. Vamos ter muita responsabilidade. O futuro nos cobrará caro por cada erro que nós cometermos nesta discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado João Rodrigues.

O SR. SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, pelo PT falará o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Então, pelo PT, falará o Deputado Zarattini.

O SR. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nós começamos a votar no dia de hoje é algo esperado há muito tempo pela população brasileira.



Depois das últimas eleições, o que nós tivemos foram várias manifestações do povo nas ruas, por várias razões, dentre elas, pelo sistema atual, em que nós, homens públicos, fomos eleitos.

Eu, com meu sentimento, e obviamente Prefeitos e Vereadores que aqui estão gostaríamos que, ao final desta semana, aprovássemos uma reforma política de verdade. Talvez não seja a dos nossos sonhos, mas que mude o atual sistema. O ideal seria reduzir custos de campanha, não apenas buscar o financiamento de campanha, mas diminuir o tamanho da conta e acabar com a superprodução no horário eleitoral gratuito, fazer com que cada homem público colha aquilo que ele plantou ao longo da sua vida.

Quanto a distritão, a distrital, a minha opção é o distritão. Por que razão? Não é justo, como tivemos, nas últimas eleições, Deputados com mais de 100 mil, 120 mil votos, suplentes, e Deputados com 30 mil, com 25 mil votos, titulares. Nada temos contra. Foram eleitos porque a legislação assim o permitiu, mas é mais legítimo respeitar o sentimento e a vontade do povo. O distritão permite ser respeitada a vontade do eleitor. Quando ele vai à urna, ele escolhe o seu candidato, ele faz a opção do seu representante. E, muitas vezes, o seu representante é bem votado, mas não atinge o coeficiente. No entanto, outra aliança mais afortunada, mais estruturada, mais aglutinadora, permite, pelo excesso de candidatos, mas também pelo excesso de distribuição de cargos dos Governos, que ali sejam favorecidos aqueles que não têm um serviço prestado, tanto quanto aqueles que vêm de um partido menor ou de uma estrutura menor.



Por isso, quero conclamar os nobres pares a que possamos, independentemente do modelo, terminar esta semana com avanços, com a reforma sendo realmente votada aqui por esta Casa.

Quero parabenizá-lo, Sr. Presidente, pela palavra dada e cumprida de que pelo menos a reforma seria votada. Àqueles incrédulos, que duvidavam que isso não seria pautado, aqui está a prova! Agora, cabe a cada Parlamentar fazer a sua parte, e a todos nós fazermos a nossa parte. Se não pudermos ser unânimes, que possamos todos, em comum acordo, avançar de uma ou de outra forma.

Eu, é claro, faço a opção e apelo àqueles que estão na dúvida para irmos juntos pelo distritão, porque esta é a melhor opção para quem trabalha e coloca o pé na estrada por este País afora.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tenho debatido, discutido e analisado essa reforma política com uma primeira preocupação, a de que nós não podemos fazer da reforma política uma reforma para os políticos. Essa reforma tem que trazer à sociedade brasileira o sentimento de proximidade, de proximidade com o seu representado, de proximidade com os debates que ocorrem aqui nesta Casa.

Defendo o voto distrital misto não só pela posição partidária, mas por acreditar que valoriza os partidos, a ideologia partidária e, acima de tudo, facilita a vida do eleitor. No momento em que nós deixamos de fazer campanhas e uma atuação para o Estado, por completo, e passamos a atuar dentro de um distrito



delimitado, a atuação do Parlamentar fica muito mais próxima do cidadão, e o cidadão identifica naquele Parlamentar o seu representante, independentemente inclusive de ter sido seu eleitor.

O nosso sistema atual é uma bagunça e é perverso. É perverso para o eleitor, que não compreende por que aqueles que obtiveram mais votos não são eleitos; é perverso porque ele não sabe de quem cobrar, já que o voto é misturado, os Deputados terminam sendo votados em todo o território dos Estados, em todos os Municípios. Sem uma concentração de votos, não há exatamente esse sentimento de representação.

É muito importante que haja essa reflexão. Não gostaria de forma alguma, ao fim desta noite, de ficar com o sentimento de que esta Casa, mais uma vez, perdeu a oportunidade de avançar no seu formato de eleições proporcionais. Se há algo de que tenho convicção e que não deve continuar é o nosso atual sistema.

Alguns aqui falaram na questão do fortalecimento dos partidos. É evidente que o sistema proporcional atual não fortaleceu partidos no Brasil. Se alguns se preocupam em que as mudanças, sejam elas através do distrital misto, sejam elas através do próprio distritão, irão aumentar o personalismo, vale dizer que não há personalismo maior do que o existente no modelo atual, em que o indivíduo, além de buscar pessoalmente o voto, ainda tem um trabalho quase que coletivo. Há um time ali por trás, desconhecido do eleitor, que vai se beneficiar e se beneficia dos votos dos chamados puxadores de votos.

Espero que haja compreensão. E coloco aqui a minha posição favorável ao distrital misto, mas, acima de tudo, favorável à mudança, para que não terminemos



este processo com o sentimento de que nada foi feito e de que as coisas vão continuar do jeito que estão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria aqui de manifestar a minha posição e a do PT, contrária ao sistema distrital misto.

O PSDB avançou no sentido de colocar que metade dos candidatos seriam eleitos pelo voto proporcional, mas basicamente ele mantém a distorção do voto distrital em relação ao qual podemos ver o resultado da Inglaterra. Semana passada, um dos partidos ingleses que obteve 14% dos votos elegeu apenas um Deputado na Câmara dos Deputados da Inglaterra. Essa distorção é brutal!

Portanto, nós não podemos aceitar que o sistema distrital seja implantado no Brasil, ainda mais proveniente de uma proposta para que a definição dos distritos seja feita pelos Tribunais Eleitorais. Vejam os senhores que essa decisão é fundamental.

O jornal *O Estado de S.Paulo* mostrou claramente que, conforme se dividissem os distritos na cidade de São Paulo, o PSDB teria maioria. Se fosse em outra divisão, o PT teria maioria. Portanto, a divisão é também política.

Mas eu queria alertar todos os Deputados e Deputadas para o seguinte: o Deputado Marcelo Castro está distribuindo aqui um panfleto em que mostra claramente os problemas do distritão. Quero alertar a todos os senhores e senhoras que esse sistema eleitoral, em que cada um dos candidatos vai correr por conta



própria, vai lutar por conta própria, vai trazer ainda mais distorções e problemas para o sistema eleitoral brasileiro.

O sistema do distritão é um sistema em que vai cada um correr por conta própria, e isso vai fortalecer ainda mais as direções dos partidos, porque um presidente de diretório municipal, ou de diretório estadual, pode, sim, prejudicar cada um dos candidatos, lançando-se contra um candidato de quem ele não gosta, na base daquele candidato, para quebrar a sua votação.

É também importante dizer que vai poder haver uma restrição do número de candidatos, impedindo a renovação política, e esse impedimento da renovação política é muito ruim para a democracia. Temos que garantir, sim, que haja renovação, porque a renovação é a essência da democracia, é a possibilidade de novas forças, novas pessoas, novos anseios adentrarem o campo político.

Queríamos aqui conclamar que temos que manter o sistema proporcional. O sistema proporcional desde a década de 40 vigora em nosso País e garante uma boa representatividade, garante que as correntes minoritárias na sociedade possam estar representadas no Parlamento Federal, nas Assembleias Legislativas, possam estar presentes nas Câmaras de Vereadores.

Essa é a essência da democracia, que todas as correntes possam vir e não jogar toda a campanha sob a única vontade, à disposição de um único candidato sozinho fazer a sua disputa, sem estar vinculado a um partido, sem estar vinculado a uma estrutura mais ampla. Seria uma eleição mais cara. Seria uma eleição muito...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, eu não tenho como prorrogar, porque senão nós vamos nos estender demais.



Para falar a favor, com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. AFONSO HAMM (Bloco/PP-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, tenho certeza de que o Brasil hoje, o nosso País, a nossa população, e muito especialmente os eleitores, aqueles que fazem as suas escolhas, querem, desejam e — é necessário ao País — uma reforma política.

Há muito tempo o País espera por uma reforma. Nós passamos a trabalhar esse exercício, que é o exercício verdadeiro da democracia. Passaram algumas Comissões Especiais. Eu participei da última Comissão Especial, em que nós ouvimos todos os partidos, ouvimos as suas ponderações, ouvimos a todos, os cientistas políticos, os movimentos, a CNBB, a OAB, mais de cem movimentos populares trazendo algumas iniciativas, enfim.

Infelizmente, não votamos o relatório que talvez já trouxesse mais subsídios de uma forma mais bem encaminhada, mais bem discutida por quem efetivamente discutiu nos últimos tempos com profundidade nessa Comissão.

Agora, votando de forma fatiada, eu venho aqui a esta tribuna defender o sistema misto, em que nós temos uma condição para que, no sistema eleitoral, tenhamos também o distrital misto, em que 50% das vagas, dividindo o modelo do Parlamento... Por exemplo, no meu Estado do Rio Grande do Sul, Deputado Henrique Fontana, que possui 31 Deputados, 15 distritos, são 50% eleitos pelos distritos. Aqueles mais votados serão representativos de cada território. E os outros 50%? Aí eu não defendo o modelo alemão. Eu defendo o modelo Milton Campos. Aliás, lá no Rio Grande do Sul, o Partido Progressista fez o debate necessário em relação à reforma política. E lá o partido decidiu: 52% exatamente pelo sistema misto, em que temos os territórios, em que temos exatamente essa condição.



Definindo apenas um voto; os 15 mais votados serão cada um pelo seu território. E os demais? Os demais não é lista preordenada. O eleitor é que define, o eleitor é que faz a lista, o eleitor é que define aqueles mais votados através dos mais votados dentro dos seus partidos.

Portanto, é democrático. O eleitor faz a escolha. Faz a escolha do candidato e faz a escolha do partido.

Nós somos a favor do distrital misto por essas razões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. WADSON RIBEIRO (PCdoB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria dizer que esta tarde de hoje é muito importante para o debate nacional. É uma tarde em que, com o tema da reforma política, pontos importantes defendidos por nossa sociedade podem aqui hoje ser aprovados.

Mas eu queria dizer que a opinião do meu partido, o PCdoB, é a opinião de que essa reforma deveria consolidar um sistema de financiamento público das campanhas. Na opinião do PCdoB, essa reforma deveria prever um voto em lista, para fortalecer as ideias e os programas de cada partido e não de cada indivíduo pessoalmente.

Eu queria dizer que essa reforma teria que levar em conta mecanismos mais democráticos de consulta direta à população, deveria banir qualquer possibilidade de cláusula de barreira que impossibilitasse a existência dos partidos políticos programáticos.



E nós temos essa chance de, no dia de hoje e nos debates que se seguirão, fazer valer essa posição política. Perdemos em grande parte a oportunidade de uma proposta que vinha sendo debatida através da coalizão nacional, através de entidades como CNBB, CUT, UNE, CTB e centrais de movimentos que previam uma reforma política mais profunda. Perdemos essa oportunidade quando uma reforma chega hoje ao Plenário sem sequer ter-se debatido o seu relatório na Comissão destinada a analisá-la.

Mas queria dizer que, em cada ponto dessa reforma, nós precisamos estar atentos, Sr. Presidente. E para nós o voto distrital misto é o voto que faz com que o local prevaleça sobre o geral, faz com que o debate específico se sobreponha ao debate nacional. E o que nós precisamos neste momento é fazer com que nesta Casa ecoem os grandes debates nacionais: o debate em torno do nosso desenvolvimento, da nossa soberania; os debates em torno de fazerem do Brasil uma nação cada vez mais desenvolvida, e não fazer um sistema eleitoral que perpetue o coronelismo local, regional, dividindo o Brasil em distritos.

Eu queria saber como seria no meu Estado, Minas Gerais, com mais de 853 Municípios. Como nós iríamos dividir o Estado de Minas Gerais em distritos? Esses distritos iriam aprofundar a representação democrática ou iriam perpetuar uma lógica perversa de acentuar a impossibilidade de renovação, o poder econômico e o poder, em certa medida até quase feudal, de fazer com que cada região eleja sempre os seus representantes?

É por isso que eu venho aqui dizer que o PCdoB defende uma reforma democrática com financiamento público, com lista, com sistema proporcional para aumentar a democracia em nosso País.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Evandro Gussi.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria, inicialmente, de parabenizar o Presidente da Comissão Especial que trabalhou e discutiu a reforma política, parabenizar o trabalho do Relator naquela Comissão, Deputado Marcelo Castro, e de cada um dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas que nesses meses travaram importantes discursos que estão sendo, na medida do possível, aqui reprisados.

O que nós precisamos entender é que as consequências dos sistemas eleitorais já são hoje conhecidas tanto pela história política quanto pela ciência que estuda a política. O sistema que hoje nós estamos aqui defendendo — o sistema distrital misto — não é, sinceramente, a fórmula ainda ideal da política.

A forma ideal é aquela que aproxima eleitor de eleito, representante de representado, e que só é conseguida em pequenas circunscrições eleitorais, em pequenos distritos eleitorais, em que o eleitor é capaz de saber onde mora, como vive e o que faz o seu representante. É o sistema que permite uma melhor escolha, um melhor acompanhamento e uma melhor fiscalização do representante por seu representado.

Na impossibilidade de um sistema aos moldes alemães, que é basicamente majoritário, dividido em distritos, com recortes proporcionais — encaminho-me para a conclusão, Sr. Presidente —, um sistema ideal seria aquele com pequenos distritos, que permitisse ao eleitor conhecer o seu representante.



Existe uma crítica infundada, Sr. Presidente, segundo a qual, no voto distrital, os pequenos distritos levariam ao Congresso Nacional os assuntos ditos paroquiais.

A verdade é que a história mostra o contrário: no voto distrital, os assuntos nacionais invadem os distritos, invadem as paróquias, invadem as pequenas circunscrições eleitorais, tornando o povo cada vez mais politizado.

Na impossibilidade de um voto distrital puro, que seria, ainda que com recorte, proporcional, o que nos resta como melhor opção é a que temos agora da Emenda Aglutinativa nº 2. Para isso pedimos o apoio dos nossos colegas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, para falar contra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu me inscrevi para entender e para dizer o que estou entendendo, até porque hoje é um dia em que precisamos dialogar em voz alta com a Casa, com os Deputados, com as Deputadas, com o cidadão, com a cidadã, com os Vereadores, que hoje estão aqui em grande número, e com os nossos Prefeitos, porque a reforma política e a reforma eleitoral dizem respeito especialmente a eles

Eles serão cobaias, na medida em que a legislação que for aprovada aqui será implementada na próxima eleição com Vereadores e Prefeitos. Nós já rejeitamos aqui, na primeira votação, o voto distrital. Agora, vamos votar o voto distrital misto. E novamente a minha posição, pela leitura que tenho, é contrária, e a posição do PDT é contrária. Nós somos contra o voto distrital misto, porque ele não tem essa representatividade que se quer, que se pretende, e, quanto à sua



aplicabilidade, nós não temos experiência, enfim, não temos uma vivência com esse sistema.

É claro, nós vamos ter ainda mais dois sistemas, Deputado Hamm, o distritão e o distritão misto. A nossa bancada, a bancada do PDT, liderada nesse tema da reforma política pelo Deputado Afonso Motta e pelo Deputado André Figueiredo, nosso Líder, e nós todos definimos que vamos votar contra o distritão e a favor do distritão misto.

O distritão misto permite que se eleja a metade de Deputados de cada Estado de forma majoritária e a outra metade de maneira proporcional, através de lista. Com isso, nós valorizamos a individualidade, a potencialidade dos Deputados que têm capacidade de buscar voto e damos a importância necessária e valorização aos partidos. Valorizamos o Deputado e a Deputada que têm voto e valorizamos o partido enquanto agremiação. E, assim, nós podemos valorizar as mulheres, os jovens, os negros, as minorias, que vão estar inseridas no contexto do partido político.

Por isso, nós votamos “não” ao distritão, mas vamos votar “sim” ao distritão misto, que nos parece ser a mudança possível e a mais razoável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos discutindo a reforma política para melhorar as regras da atividade política. Melhorar as regras significa melhorar o nosso estágio civilizatório, significa nós melhorarmos as regras de convivência coletiva, especialmente no que tange à reforma política.



Para isso nós precisamos de duas coisas: melhorar o sistema de escolha do eleito e, como a escolha não é um fim por si só, nós precisamos, depois da escolha, permitir que o eleitor participe de um bom mandato.

O que se está discutindo aqui é uma forma de fazer com que o eleitor participe do mandato, que o cidadão seja o centro dessa questão, e mandatos nos quais o eleitor possa interagir com o eleito, diminuindo a distância e participando dos temas nacionais. E aí é só a partir do distrito.

Nós precisamos introduzir o distrito na política brasileira, para permitir que as campanhas sejam mais baratas, permitir que o eleitor saiba quem é seu representante, para encurtar essa distância e permitir, a partir da escolha, que o eleitor participe do mandato.

O eleitor poderá criticar, fiscalizar, mas, sobretudo, ele vai interagir e vai ter um canal de participação. Por isso a introdução do sistema distrital é importante. E agora com o misto, que foi introduzido para fortalecer partidos, nós vamos também dar a oportunidade para o Brasil de fortalecer partidos, de ter a sua regra institucionalizada. Não há país no mundo que se tenha desenvolvido sem a política e sem partidos políticos. Não há país no mundo.

Portanto, esse distritão que está aí enfraquece os partidos e aumenta a distância. Nós não podemos votar no distritão. Ele vai aumentar a distância entre o eleitor e o eleito, porque o eleito o será no Estado inteiro; ele vai fragilizar os partidos; ele vai tornar as campanhas mais caras. Nós precisamos introduzir o sistema distritão em benefício do eleitor.

E se alguém aqui, que eu espero que não, está colocando a sua própria reeleição em primeiro lugar, saiba que o distritão também não lhe garante isso.



Serão campanhas mais caras, com menos candidatos, mais votos e mais distância do eleitor.

Por isso, nós vamos caminhar para a introdução do distrito nas eleições, para fortalecer o eleitor, para fortalecer a cidadania, para que nós possamos avançar como outros países do mundo, e não como o distritão, que não existe em lugar nenhum.

Vamos para as experiências consagradas. E, caso permaneça tudo como está, é preciso, no mínimo, acabar com as coligações e criar cláusula de barreira, também em benefício do eleitor, em benefício do fortalecimento de partidos, em benefício de um sistema institucionalizado que permita a política através de partidos, que permita a política através de ação coletiva e não de ação individual.

Vamos, agora, votar para mudar as regras para o cidadão e para o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pelo nosso acordo, já falaram cinco de cada lado. Vamos para a orientação de bancada.

Nós, quando fizemos o acordo — cinco e cinco —, estava incluído que este era o total a falar. Não eram cinco e cinco mais encaminhamento. Eram cinco e cinco. Esse foi o acordo. Corrijam-me os Líderes. A lista pode ter trinta, mas o acordo era cinco e cinco.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está certo, Presidente. Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Vamos à orientação de bancada.

Como vota o PMDB?

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vota “não”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - "Não". O PMDB vota "não" à Emenda Aglutinativa nº 2.

Como vota o PT?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT está acompanhando toda essa disputa tática, inclusive com aquela primeira votação sobre lista. Na verdade, o lugar não é em uma emenda constitucional. A lista é para quando nós formos debater a proposta da OAB, da CNBB, que é um movimento que propõe o voto em lista com dois turnos, não em uma emenda constitucional, mas em um projeto de lei.

Nós estamos abertos, nós do PT, e temos conversado muito com aqueles que defendem o distrital misto, mas nós precisamos encontrar um sistema proporcional. Nesse sistema majoritário nós vamos para um processo lotérico de disputa eleitoral.

Agora, se nós, no processo, conseguirmos aproximar de modo a que metade venha de uma lista, composta de forma democrática, e a outra metade, nos distritos, mas que todos os votos contem e não vão votos para o lixo, como é o caso do distritão, em que metade dos votos é descartada, aí nesse voto nós vamos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PT vota "não".

Como vota o PSDB?

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O tema central dessa reforma é aproximar a sociedade da sua representação, dando consistência ao processo político. Só há um jeito de fazer isso: ou se amarrando no programa ou no território. O sistema distrital misto faz isso.



O distritão vai ser a luta de todos contra todos. A democracia não pode estar ancorada em pessoas. O desenvolvimento de um país depende da qualidade das suas instituições. Esse sistema distritão só existe na Jordânia e no Afeganistão. Ele foi experimentado no Japão, de 1947 a 1993, e teve um desastroso efeito: a reforma apontou para o sistema distrital misto.

Portanto, vamos aprender com as democracias avançadas: vínculo com a sociedade no território, nas ideias e no programa. Por isso, honrando...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Queira concluir a orientação do PSDB, Deputado.

O SR. MARCUS PESTANA - ...o seu programa, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Bloco do PRB?

O SR. CELSO RUSSOMANNO (Bloco/PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PRB entende que o sistema em que o eleitor tem o direito de escolher o seu candidato ainda é o modelo democrático mais importante que nós temos no mundo. O PRB entende que escolher o candidato, sim, é democracia.

Num país como o Brasil, com a extensão que tem, nós não podemos admitir o voto distrital ainda, porque as pessoas não conhecem nem os seus candidatos no próprio distrito. Nós entendemos que democracia é escolher o seu candidato.

Por isso, votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apesar de o PSD concordar com a posição do Deputado Marcus Pestana de que o sistema distrital misto é um bom modelo, que funciona em



países como a Alemanha, infelizmente na bancada a discussão é de que o Brasil ainda não está preparado para esse sistema. É preciso que a educação política no Brasil avance o suficiente, para que possamos avançar também num sistema eleitoral igual a esse, que é um bom sistema, sem nenhuma dúvida.

Por isso o PSD vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PR?

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós do PR queremos uma reforma política que avance e ajude a consolidar a democracia. Qualquer proposta de mudança do sistema eleitoral para o distritão ou o distrital misto é retroceder politicamente, é prestigiar a individualidade, é encarecer o processo. E nós queremos justamente o contrário. Nós queremos que as minorias se expressem. Nós queremos que os partidos e as ideias se fortaleçam.

Em relação ao sistema distrital misto, que é o pior sistema, nós vamos retalhar o País inteiro em pequenos distritos. Quem vai retalhar? Quem vai dizer qual distrito deve ser, este ou aquele? Então, esse é o pior de todos os sistemas.

Por isso nós orientamos contra o sistema distrital misto. Nós vamos votar para se manter a proporcionalidade nas eleições para Vereador, Deputado Estadual e Deputado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSB?

O SR. FERNANDO COELHO FILHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta o voto “não”, contrário ao sistema distrital misto. Mesmo sabendo que metade das vagas será preenchida pelos mais votados no distrito, nós entendemos, dentro do partido, que a lista não faz bem para a



democracia e tira mais uma vez da população a oportunidade de escolher os seus representantes.

Por isso o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Democratas?

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em virtude do acirramento de posições dentro da bancada, o Democratas libera.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, reconhecendo os méritos do sistema de lista, em que há a valorização dos partidos e das minorias, nós entendemos que não podemos acompanhar o distrital misto apenas pela questão das circunscrições eleitorais, da definição dos distritos, porque isso seria uma grande dificuldade.

Por isso, o PDT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Solidariedade?

O SR. ZÉ SILVA (SD-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também cumprindo aqui nosso papel de um partido que luta para que, cada vez mais, os partidos políticos tenham base social, nós orientamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB, ao analisar a proposta e o histórico de evolução do distrital misto no mundo inteiro, entende que fica nítido que o distrital misto é um sistema eleitoral absolutamente excludente da pluralidade partidária de representação.



Na Alemanha, por exemplo, assim que surgiu, era para evitar os nazistas, como também os comunistas, como também outras forças políticas daquele país. E é assim o distrital pelo resto do mundo.

Este voto impede o voto de opinião, impede a representação plural partidária dentro do Parlamento brasileiro e gera um provincianismo no debate político e o dobro do coeficiente eleitoral na lista.

Portanto, o PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PROS?

O SR. DOMINGOS NETO (PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PROS vai liberar a sua bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PROS libera.

Como vota o PPS?

O SR. SANDRO ALEX (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é a proposta defendida pelo PPS, pelo nosso Diretório Nacional, pela bancada, e já desde o mandato anterior. Inclusive, nós formalizamos essa proposta e a apresentamos à sociedade, a esta Casa, à OAB, ao TSE, através de uma cartilha do partido, na qual a bancada encaminha o voto através do sistema distrital misto, que contempla o voto proporcional, contempla o voto majoritário, aproxima o eleitor do eleito e também mantém a proporcionalidade, dentro do fortalecimento dos partidos.

Nossa proposta está presente nas democracias fortes do mundo e é o encaminhamento que o PPS vai dar, para o qual pede o apoio dos demais pares, para o avanço do processo político-eleitoral, contemplando também as mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PV?



O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, o PSC queria se expressar, por favor.

Pode o PSC se expressar?

O SR. PENNA - Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu chamo, ao fim, os partidos que estão em bloco e os demais.

Primeiro chamo o PV, que eu havia chamado.

O SR. PENNA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós queremos dizer à sociedade brasileira que queremos a reforma política.

O SR. SANDRO ALEX - Sr. Presidente, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - O PPS é “sim”.

O SR. PENNA - Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Por favor.

O SR. PENNA - Nós queremos a reforma política, mas não da forma como a estamos conduzindo.

Sobre o tema, o Partido Verde vota a favor do voto distrital misto, vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - “Sim”.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL considera respeitáveis os argumentos dos que defendem o voto distrital para aproximar o eleito do eleitor. Só que entendemos os malefícios disso, tornando, inclusive, o Parlamentar uma espécie de despachante local, e ainda mais no plano federal, apequenando a sua atuação, geográfica e tematicamente.

Entendemos, portanto, que não é conveniente este distrital misto, sobretudo porque teremos dois tipos de Deputados aqui: o Deputado Federal propriamente dito



e o Deputado das questões locais, que vai ter uma vocação adesista para realizar obras na sua área de representação e vai ser um governista perene. Então, isso é complicado e merece mais discussão adiante. Por enquanto, o nosso voto é claramente “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PSC?

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PSC-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes eu quero dar um depoimento aqui. Eu tenho sido um crítico de V.Exa. Quando V.Exa. foi candidato, disse que iria colocar a reforma política em pauta. Então, eu tenho que fazer justiça. V.Exa. a colocou para ser votada.

Em relação a esta proposta, realmente só poderia vir do PSDB. É uma proposta legitimamente Tucana, em cima do muro. Ele quer metade de um jeito e metade do outro jeito. É claro que um negócio desses jamais vai dar certo. É “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o PHS, que pediu orientação separada?

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PHS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS tem essa reforma como algo fundamental e não abre mão da discussão. No que tange ao voto distrital misto, o PHS é radicalmente contrário. Nós sabemos hoje que o voto distrital exclui as minorias do Parlamento, que foi feito para que as minorias se manifestem. O Parlamento foi feito para o debate político. E o distrital extingue a minoria do Plenário.

Eu posso dar exemplo, Sr. Presidente: onde o representante da Polícia Militar vai ser eleito no processo distrital? Em lugar nenhum, porque não há um distrito com a maioria composta de militares. Onde vai haver, por exemplo, representante de



homossexuais eleito? Não vai haver, porque dificilmente vai haver um distrito 100% ou na sua maioria homossexual. Os taxistas... E por aí vai.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Queira concluir, Sr. Deputado. Conclua, rapidamente.

O SR. MARCELO ARO - Por isso, Sr. Presidente, o PHS é contrário ao voto distrital, distrital misto. Votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota a Minoria?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO (PSDB-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os Deputados desta Casa têm que atentar para a importância do que nós estamos começando a votar no dia de hoje.

O voto distrital misto deu certo em diversos países. É um voto que aproxima o eleitor do seu candidato, do seu político, daquele que representa a sua realidade. Portanto, apesar de a Minoria ter que liberar a bancada, Sr. Presidente, eu dou minha opinião, reiterando que o voto distrital misto moderniza a eleição.

Agora, Sr. Presidente, eu não estou aqui para fazer nenhum exercício de futurologia, mas o Partido dos Trabalhadores veio para votar contra tudo. Parece que só veio para discutir financiamento público de campanha. Vai ser contra tudo, porque, do jeito que está, para quem ganha eleição do jeito que ganha, está muito bonito continuar o atual sistema, que nós sabemos que está atrasado e está deficiente para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como vota o Governo? *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. SARNEY FILHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PV.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Pela Liderança do PV, tem a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PTB. Eu já havia solicitado anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em seguida ao PV, eu concedo a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Sarney Filho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV.

O SR. SARNEY FILHO (PV-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Prefeitos, Prefeitas, Vereadores, Vereadoras que estão aqui, que estão nos ouvindo pelo sistema de comunicação da Câmara dos Deputados, hoje estamos vivendo um dia único. Mas o Brasil atravessa um momento único também.

Sr. Presidente, Deputado Eduardo Cunha, eu estive conversando com inúmeros Prefeitos e Vereadores, e a situação dos Municípios — não preciso lhe dizer, nem dizer aos outros Deputados aqui — é simplesmente catastrófica. Ao longo desses anos, as obrigações mais do que triplicaram e não foram acompanhadas das devidas receitas. Os Municípios enfrentam dificuldades até mesmo para pagar ao funcionalismo. E é por este motivo excepcional que nós viemos hoje aqui anunciar e pedir, também, que seja levada em conta essa excepcionalidade.

Demos entrada a uma emenda, Sr. Presidente, resgatando a Emenda nº 25, de 2015, do Sr. Deputado Renato Molling. O que é que esta emenda propõe? Propõe a prorrogação dos mandatos de Prefeitos e de Vereadores. (*Palmas nas galerias.*) Nós vivemos momentos excepcionais; portanto, devemos tomar atitudes excepcionais.

Eu sei que amanhã vão dizer que é inconstitucional, vão dizer que não pode ser porque não fez parte da eleição. Quantas e quantas medidas estamos votando aqui cuja constitucionalidade é questionável?



Dessa forma, Sr. Presidente, amanhã me proponho a ir à Marcha dos Prefeitos, em nome do Partido Verde, em nome dos Deputados e Deputadas que são municipalistas, para pedir o apoio dos Prefeitos, dos Vereadores, para que cada Vereador, cada Prefeito vá atrás do seu Deputado ou Deputada Federal pedir o apoio a essa matéria, que é justa. Momentos excepcionais exigem atitudes excepcionais. *(Manifestação nas galerias.)*

As Prefeituras não têm condições de fazer um mandato tampão de 2 anos. Os Prefeitos estão agora se realinhando com essa recessão que afeta todo o Brasil. Portanto, vamos nos utilizar das brechas constitucionais; vamos pedir o apoio de todos.

E tenho certeza de que essa causa, que começa dessa maneira, sairá vitoriosa. Vamos transformar, Prefeitos e Prefeitas, a Marcha dos Prefeitos na marcha da prorrogação legítima!

Muito obrigado. *(Palmas. Manifestação nas galerias.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar pelo PTB, tem a palavra o Deputado Jovair Arantes, como Líder.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, antes que o Líder Jovair assuma a tribuna para se manifestar, como é a minha primeira fala da noite, quero dizer, até de forma muito clara, que a bancada do Democratas está liberada para votar a matéria com relação ao sistema distrital misto. Parte da bancada defende o voto distrital misto e parte defende o voto majoritário, o distritão.

Pessoalmente, como já me manifestei, fui autor de emenda à Constituição nesse sentido e votarei favoravelmente ao sistema distrital misto, que considero ser o que congrega o melhor equilíbrio entre as virtudes e os defeitos dos dois sistemas: o distrital e o proporcional com lista fechada. Eu creio, sinceramente, que essa é a essência da reforma política.

Se porventura não passar a aprovação do voto distrital misto, evidentemente vamos ter espaço para debater e votar outros sistemas, como é o caso, especificamente, do voto distrital majoritário, conhecido como distritão, que contará com o apoio quase que da totalidade da bancada do Democratas.

E um comentário final: eu devo discordar da fala há pouco do Deputado Sarney Filho, apesar de reconhecer a sua disposição para colaborar no sentido de que avancemos na reforma política. Mas prorrogação de mandato é absolutamente inconstitucional, porque, como diz a Constituição brasileira, todo poder emana do povo e só quem pode dar mandato eletivo a qualquer Parlamentar, municipal, estadual ou federal, é o povo, através do voto direto. Então, sem eleição, não há mandato, de acordo com a Constituição.



O SR. BRUNO ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, após o Líder Jovair Arantes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Como Líder, V.Exa. falará após o Deputado Jovair Arantes.

O SR. BRUNO ARAÚJO - Em seguida, eu peço a V.Exa. a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está certo.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Jovair Arantes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero neste momento agradecer a presença de tantos prefeitos e vereadores na Casa. Eles estão preocupados com a questão dos Municípios, o que é absolutamente pertinente. Coincidiu que eles chegaram aqui no momento em que estamos votando uma matéria que há mais de 20 anos, tempo que estou nesta Casa, é discutida: a reforma política e eleitoral do País. Nunca se conseguiu colocar termo a essa importante matéria na pauta.

Eu falo em nome da minha bancada, do PTB, pelas dificuldades que vi em todas as Comissões que discutiram a questão na Casa ao longo desses anos: audiências públicas, discussão com a sociedade e, no fim, nada.

Agora V.Exa. trouxe a esta Casa a oportunidade de votar ou até de negar essa proposta que está sendo feita. Acho que a negação da proposta é um processo de votação legítimo desta Casa. Então, é necessário discutirmos toda essa proposta política.

A mesma coisa, infelizmente, sempre se repete: as Comissões começam os trabalhos e, no fim, não concluem. Isso, meus caros colegas, é por razão daquilo que já coloquei aqui diversas vezes: a reforma política não deve ser feita para quem está no comando, para quem está no mandato; a reforma política tem que ser pensada para quem ainda virá para o comando, para quem virá futuramente a ser eleito no País.

Não há de se pensar em consequências imediatas ou apenas nos impactos nas próximas eleições, mas, sim, nos resultados a longo prazo que essas mudanças



trarão. Os atores de hoje podem não ser os mesmos daqui a 4 anos, 8 anos, 12 anos, nesta Casa. É necessário pensar grande, como um todo.

Sr. Presidente, não há como fazer as mudanças que a sociedade demanda se nós, legítimos representantes do povo, não nos posicionamos de maneira clara neste debate, sobretudo nos pontos mais sensíveis — não há questão mais sensível, neste momento, do que o financiamento privado de campanha.

É uma ilusão acreditar que o vilão da corrupção seja o financiamento privado. Uma ilusão e uma hipocrisia. Não há vergonha no recebimento de doações se este for claro e comprovado. Pelo contrário. O espanto e a indignação deveriam se voltar à ideia de que o contribuinte brasileiro deva aceitar um investimento de recursos públicos de campanha como alternativa mais viável. O dinheiro público não deve servir para custear campanhas. Em país capitalista, quem financia a democracia é o capital. É assim em todas as grandes democracias do mundo.

O financiamento privado, honesto, declarado, com prestação de contas, não tem nada de condenável. O que pode ou não ser censurável são as condutas individuais. Dessa forma, não há de haver problemas em financiamento privado, se esse for recebido por aqueles que compõem um Parlamento independente e com valores que reforçam, a cada dia, o seu caráter republicano.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Deputados defendem e representam determinados setores da sociedade. Aqui também isso acontece, só que de forma vergonhosa e escondida. Não se pode ser representante de um segmento aqui no Brasil.

Nesse mesmo sentido, o que deve ser pensado de maneira responsável é de que forma este Parlamento é composto. É preciso garantir que aqueles que estão



aqui sejam, de fato, os escolhidos pelo voto e pelo povo e merecedores da representação.

A bancada do PTB se preocupa ainda com duas importantes questões: a coincidência de mandatos e a fidelidade partidária. A coincidência de mandatos é primordial para a simplificação do nosso processo eleitoral, sobretudo para diminuição dos custos de campanha, com procedimentos unificados.

Já a fidelidade partidária é condição necessária, Sr. Presidente, para o fortalecimento dos partidos. O sistema partidário ancora nossa democracia, por isso devemos trabalhar para estabelecer partidos estruturados e consolidados e evitar formações casuísticas e oportunistas em nosso sistema político.

O fortalecimento da democracia depende do fortalecimento dos partidos. Mas é importante dizer que os Deputados que para cá vêm também devem ser respeitados pelos seus partidos, porque são eles que dão ao partido o tempo de televisão e o Fundo Partidário. Na democracia e no fortalecimento partidário é preciso haver pista de mão dupla. Os partidos também precisam respeitar os seus Deputados. Para qualquer situação de discussão de caráter mais profundo, é necessário que os partidos reúnam suas bancadas, reúnam os seus vereadores, reúnam os seus dirigentes partidários nos Municípios, para que possa ser discutido. A sociedade brasileira merece ter representantes que possam verdadeiramente ir ao seu Município debater com a comunidade, com a sociedade e tirar pontos que possam ser convergentes.

Por essa razão, em nome da bancada do PTB, quero parabenizar V.Exa., Sr. Presidente, pela sua coragem de trazer este tema para cá. Já começamos a



votação. Já votamos dois temas. Tenho certeza de que nós vamos chegar a um bom denominador, ainda hoje, com relação a essa reforma partidária.

Volto a repetir, são mais de 20 anos que esta matéria está na pauta. Vai para o fundo da gaveta toda semana, quando ameaça entrar na Ordem do Dia. Agora, não, ela está aí! Votem a favor, votem contra, mas é necessário que votemos e mostremos ao Brasil que esta Casa não tem medo de nenhum tema. Todos eles têm que ser enfrentados.

Parabéns a esta Casa!

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, quero oferecer a minha perspectiva e a de minha bancada sobre os rumos que está tomando a reforma política que esta Casa propõe.

Há muito se discute quais aspectos dentro do nosso sistema político devem ser alterados. Várias Comissões Especiais já foram criadas com o intuito de formular uma proposta de reforma política. E a mesma história, infelizmente, sempre se repete. As Comissões começam seus trabalhos com as melhores intenções possíveis, promovem audiências públicas, ouvem a sociedade, ouvem os especialistas e quando apresentam o resultado de seus trabalhos, as propostas não vão para frente.

Isso, meus caros colegas, é por razão daquilo que já coloquei aqui diversas vezes: a reforma não deve ser feita por nós e para nós, mas sim para o povo brasileiro. Não há de se pensar em consequências imediatistas, ou apenas nos impactos das próximas eleições, mas sim nos resultados em longo prazo que essas



mudanças trarão. Os atores de hoje podem não ser os mesmos daqui a 8 ou 12 anos. É necessário pensar grande, para pensar a reforma política.

Sr. Presidente, não há como fazer as mudanças que a sociedade nos demanda se nós, legítimos representantes do povo brasileiro, não nos posicionarmos de maneira clara neste debate sobretudo nos pontos mais sensíveis. E não há questão mais sensível neste momento que o financiamento privado de campanha.

É uma ilusão acreditar que o vilão da corrupção seja o financiamento privado. Uma ilusão e uma hipocrisia. Não há vergonha no recebimento de doações se esse for claro e comprovado. Pelo contrário. O espanto e a indignação deveriam se voltar à ideia de que o contribuinte brasileiro deva aceitar investimento de recursos públicos de campanha como alternativa mais viável. Dinheiro público não deve servir para custear campanhas. Em país capitalista, quem financia a democracia é o capital. É assim em todas as grandes democracias.

O financiamento privado honesto, declarado, com prestação de contas, não tem nada de condenável. O que pode ou não ser censurável são as condutas individuais de cada um. Dessa forma, não há de se ter problemas em financiamento privado se esse for recebido por aqueles que compõem um Parlamento independente e com valores que reforçam a cada dia o seu caráter republicano. Nos Estados Unidos, por exemplo, Deputados defendem e representam determinados setores da sociedade. Aqui também, só que há vergonha em se dizer que é representante.

Nesse mesmo sentido, o que deve ser pensado de maneira responsável é de que forma este Parlamento é composto. É preciso garantir que aqueles que estão



aqui sejam de fato os escolhidos pelo povo e merecedores de seus mandados. O povo brasileiro tem a tradição de votar no candidato, e o nosso sistema eleitoral deve respeitar isso. Aquele que recebe o voto da maioria deve ter direito ao seu mandato.

A bancada do PTB se preocupa ainda com duas importantes questões: a coincidência de mandatos e a fidelidade partidária. A coincidência de mandatos é primordial para a simplificação de nosso processo eleitoral e, sobretudo, para diminuição dos custos de campanha. Com procedimentos unificados, as eleições poderiam ser mais bem organizadas e ainda sofrer considerável redução de gastos públicos.

Já a fidelidade partidária é condição necessária para o fortalecimento dos partidos. O sistema partidário ancora nossa democracia, e por isso devemos trabalhar para estabelecer partidos estruturados e consolidados e evitar formações casuísticas e oportunistas em nosso sistema político. O fortalecimento da democracia depende do fortalecimento dos partidos. Acredito que dessa vez os trabalhos realizados para a execução dessa reforma política serão vitoriosos. Conseguiremos mudar aquilo que já não satisfaz nosso sistema eleitoral e político e construiremos um modelo mais coerente e representativo à sociedade brasileira e àquilo de que o País precisa. A bancada do PTB tem compromisso maior com a defesa dos interesses da sociedade brasileira. Somos a favor do Brasil e dos brasileiros. E é por defendermos o interesse nacional que enxergamos com consideração e urgência a realização da reforma política partidária brasileira.

Obrigado a todos.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Bruno Araújo, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

O SR. BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, esta é a lista de cortes da Presidente da República, que afeta a vida de todos os brasileiros, inclusive a vida dos prefeitos que vêm a Brasília pedir ajuda, pelos recursos que são subtraídos por parte da União. (*Exibe documento. Palmas nas galerias.*)

De modo especial, a Presidente Dilma Rousseff, da mesma forma que não teve a coragem de encarar os brasileiros em rede nacional de televisão, não teve coragem de olhar nos olhos dos prefeitos que vieram do Brasil afora, e resolveu pegar um avião para o México.

Aqui, os cortes nós podemos relatar: o corte do PAC, de 2,57 bilhões de reais; o corte do Ministério das Cidades, 1,72 bilhão; no Ministério da Educação, no País da Pátria Educadora, 9,4 bilhões; no Ministério dos Transportes, os cortes chegam a 5,7 bilhões; no Ministério da Defesa, são 5,6 bilhões; no Ministério da Integração Nacional, lá onde estão as obras da transposição do Rio São Francisco e a Transnordestina, 2,2 bilhões; no Ministério da Ciência e Tecnologia, num país que necessita de inovação, 1,8 bilhão; no Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o partido da reforma agrária e a Presidente que menos reforma agrária fez, 1,8 bilhão; na Secretaria de Aviação, 1,5 bilhão — por isso é que estão tendo que privatizar os aeroportos, como sempre tentaram negar ao longo desse período; no Ministério da Justiça, 1,4 bilhão; no Ministério da Agricultura, vai-se 1,4 bilhão; no Ministério dos Esporte, o Ministério das Olimpíadas, vai quase 1 bilhão de reais; no Ministério da Pesca — vejam o tamanho dos cortes que a sociedade brasileira sofre —, 574



milhões; no Ministério da Cultura — que cultura é essa, no Governo Dilma? —, apenas um corte de 466 milhões; no Ministério do Desenvolvimento, 432 milhões de reais; no Ministério de Planejamento, que planeja corte, planeja tesoura, as tesouras que o Brasil aqui está vendo, 350 milhões; no Ministério das Comunicações, que comunica o que não faz, 317 milhões; no Ministério do Meio Ambiente, são 288 milhões reais de corte.

Eu tenho que repetir, lembrando, porque se cortou dinheiro, só não se cortou Ministério. É por isso que essa lista vai tão longa!

No Ministério do Trabalho, além de cortar trabalho, com milhões de brasileiros, milhares e milhares de brasileiros demitidos ao longo deste ano, vão-se também 287 milhões de reais; no Ministério de Minas e Energia, o corte é de 241 milhões; na Secretaria de Direitos Humanos, 192 milhões; na Secretaria de Portos, os cortes chegam a 117 milhões; e os cortes nas emendas de iniciativa de bancada são de 21 bilhões de reais.

Os cortes totalizam 70 bilhões de reais, que o povo brasileiro — Sras. e Srs. Parlamentares, Srs. Prefeitos — e o Brasil pagam, para que a Presidente da República vença uma eleição de forma ilegítima, enganando a população e os eleitores, fazendo-o em tudo que nós conhecemos: desde a promessa de redução da tarifa de energia até o seu aumento, após a eleição; do controle dos preços da gasolina e dos combustíveis, até o aumento dos combustíveis, o aumento de impostos, o aumento de inflação.

Essa tesoura que o Governo Dilma Rousseff e que o PT apresentam ao País quem paga — e paga com sacrifício, com o emprego, com a diminuição da qualidade de vida — são os brasileiros.



O que o Brasil não aceita não é que nós não possamos ter um período de dificuldades; o que desonra a vida pública, o que desonra os brasileiros é um governo que mente, é um governo que falta com a verdade e um governo que faz com que essa conta seja aplicada sobretudo àqueles que menos podem, que essa conta seja aplicada à população que menos pode, ao trabalhador mais simples, sobretudo à população, e aos Municípios menores que vêm à Brasília pedir recursos que não mais existem.

Nós esperávamos do Ministro interventor do PT — o Ministro da Fazenda, que ficou chateado com o tamanho dos cortes, que discordou do Ministério do Planejamento — que essa conta fosse assumida sim pelo Governo, dando exemplos. Mas não o fez. A conta não é na carne do Governo Federal. Essa conta é na carne da população brasileira que paga sobretudo pela irresponsabilidade de quem, para vencer as eleições, o fez de forma mentirosa.

Era isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Todos já votaram? Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*) Vou encerrar a votação.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 99;

NÃO: 369;

ABSTENÇÕES: 2;

TOTAL: 470.

ART. 17: 1.

QUÓRUM: 471.

A EMENDA AGLUTINATIVA DO DISTRITAL MISTO FOI REJEITADA.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Seguindo o rito do acordo, nós agora vamos apreciar... Vejam bem, é destaque simples, de preferência simples.

Nós combinamos um rito. Há um destaque sobre a mesa para tentar votar uma outra aglutinativa antes dessa. Vamos seguir o rito, que é o acordo que fizemos agora de votar o sistema distritão. Em seguida, como essa emenda trata de distrital misto, é nesse momento que a gente apreciaria esse destaque. Não é isso? Não há nenhuma mudança combinada com os Líderes para que a possamos alterar. Vamos ao distritão. O.k.? Nós vamos agora ao texto do Relator.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Em discussão o art. 1º do substitutivo oferecido pelo Relator, referente ao art. 29, I, e ao art. 45, *caput* e §§ 3º e 4º, da Constituição Federal, em primeiro turno.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Há oradores inscritos.

Para falar contra, o PT vai manter a indicação do Deputado Alessandro Molon?

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, 1 minuto só. Peço apenas para repor meu tempo, para eu começar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Eu prorrogo depois, Deputado. Continue, por favor.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa. e cumprimentar todos os colegas e as colegas daqui da Casa.

Sr. Presidente, nós chegamos a um momento muito importante da deliberação. Agora se vai votar a favor ou contra esse modelo, que é o chamado “distritão”. Primeiro, ao contrário do que se diz, não se trata de um avanço, mas de um retrocesso. O Brasil já teve sistema majoritário de eleição de Parlamentares, até 1945, e o substituiu por esse modelo. Portanto, não se trata de um avanço, mas de andar para trás.

Segundo, além de ser um retrocesso, é uma reforma que, em vez de resolver os problemas que nós temos, os agravaria. O nosso País vive sérios problemas, mas esse sistema torná-los-ia muito piores. Por quê? Porque vai acabar com os partidos políticos. Não existe democracia sem partido político, e o distritão acaba com os partidos políticos.

Se fosse um sistema bom, colegas, teria sido adotado em muitos países do mundo. Saibam V.Exas. que apenas o Afeganistão e mais outros dois ou três países



de pequena importância adotam esse sistema. Nós vamos tomar, Sr. Presidente, o Afeganistão por modelo?

Não por acaso, o Senador Aécio Neves, agora há pouco acaba de se pronunciar dizendo: “*O distritão é o caminho mais rápido para o retrocesso*”.

Portanto, não vamos permitir que esse retrocesso aconteça. Por isso, eu tenho a certeza de que os Deputados do PSDB, sensíveis à voz do Senador Aécio, não vão acompanhar esse erro.

Não adianta refletir com os votos atuais, imaginar que, com esse sistema, eu me elegeria com a minha votação. Teremos muito menos candidatos, portanto, serão necessários muito mais votos. A eleição será muito mais cara, uma eleição boa para quem é muito rico ou para grandes personalidades e celebridades, mas não para a maioria de nós, pessoas que trabalham perto do povo e precisam dos votos populares, pessoas que, para chegar aqui, não dependem de fortunas.

Além disso, Presidente, esse sistema jogaria até cerca de 64% dos votos dos eleitores no lixo, agravaria a crise de representação que a política brasileira já vive. Portanto, esse sistema, Sr. Presidente, exacerbaria o individualismo, diminuiria — e muito — a importância e a relevância dos partidos políticos e tornaria a vida da governabilidade de qualquer governo um inferno.

Por tudo isso, Presidente, é preciso derrotar esse sistema, não dar esse salto no escuro, não pular da frigideira para cair no fogo, não transformar a eleição em uma loteria, que é o que aconteceria se esse sistema passasse. Faço um apelo e uma homenagem ao Deputado Marcelo Castro, a quem eu quero manifestar a minha solidariedade e o meu respeito (*palmas*)...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.



O SR. ALESSANDRO MOLON - ...por S.Exa. ter mantido a coluna ereta e não ter se dobrado. Em homenagem ao Deputado Marcelo Castro, vamos derrotar o distritão, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Relator, Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para defender aqui o que tenho defendido desde o início desse debate e para contrapor um pouquinho a posição do PT.

Fico impressionado com essa retórica do PT de falar que o modelo do distritão só tem em dois, três países. O Deputado Molon poderia ser corajoso e falar que financiamento exclusivo público só tem em Butão. Aliás, ele podia ser mais corajoso e falar que quem faz campanha rica no Brasil hoje é o PT, com o dinheiro do mensalão, com o dinheiro do petrolão. Vamos ser mais verdadeiros!

As eleições no Brasil viraram um achaque no período pré-eleitoral. Quem faz chapa aqui no Brasil, em qualquer um dos nossos Estados, sabe como é a formação das chapas. Só faz chapa para Deputado Federal hoje quem tem o dinheiro público, o dinheiro dos prefeitos e o dinheiro dos governadores. Ou não é assim que acontece no Brasil? Faz-se uma chapa na Oposição e, quando faltam 3 meses para a eleição, o prefeito lhe toma todos os candidatos. É assim que acontece ou não é assim que acontece? Ele descobre um bom candidato na sua chapa e o nomeia administrador regional ou alguma coisa no Governo. Quem paga a formação de chapa no Brasil hoje são os brasileiros, através do dinheiro público.



Eu não acho que esse modelo seja o ideal, como também não acho que o distrital misto no Brasil pudesse ser o ideal, muito menos o modelo de distrital da Inglaterra, onde, agora, com 8% dos votos, um partido fez um Deputado Federal. Isso ocorreu na democracia que é, talvez, a mais antiga do nosso mundo. Então, não há modelo perfeito.

Nós vivemos, para a nossa felicidade, numa democracia. Salto no escuro, Deputado Miro Teixeira, como alguns dizem, é ir para o outro lado do continente, atravessar o Atlântico e achar que se deve repetir o modelo da Alemanha, da Grã-Bretanha ou dos Estados Unidos. Alguns acham que isso não seja dar um salto no escuro.

O modelo majoritário nos garante fazer partidos de verdade, porque ninguém vai me dizer que, pelo menos do Rio de Janeiro, existem 60 candidatos a Deputado Federal e que todos pensam como seu partido. Não é diferente?

Hoje, vemos um candidato do PCdoB ou do PT, e amanhã ele está disputando eleição no PMDB ou no DEM. É assim que acontece. Isso é formar chapa ideológica? Eu discordo completamente.

Por isso, Deputados e Deputadas, eu tenho defendido que esse é o modelo por meio do qual nós damos um salto à frente, avançamos e evoluímos. Nós temos uma democracia, graças a Deus. Não estamos aqui com três ou quatro para desenhar um modelo eleitoral, como foi feito na Alemanha pós-guerra. Nós estamos votando com 513 Deputados, que representam a nossa sociedade.

Por isso, eu peço a reflexão de cada um de v.Exas. Não vamos entrar nesse discurso de que esse modelo só existe no país A ou no país B. O que nós temos



hoje só existe no Brasil. É desse modelo que nós precisamos e é esse que vamos reformar. Por isso, peço a cada um que faça essa reflexão.

Quem faz chapa no Brasil, hoje, para vereadores e para Deputados sabe que não há nada de orgânico nelas, não há nada de ideológico nelas, e não há nada de compromisso partidário. Hoje, ou você apoia o Governo, ou você quase está fora do processo eleitoral.

Então, eu peço a reflexão e reafirmo: não há modelo perfeito. Em qualquer país do mundo, todos estão criticando os seus modelos, até na Alemanha. O partido da Primeira-Ministra Merkel faz críticas, porque hoje governa em coalizão com os seus adversários, já que não fez maioria. Então, todos têm defeitos, todos têm virtudes.

Só tenho uma certeza: o modelo proporcional aberto inviabiliza a política brasileira. Ele pulveriza, porque os grandes, que governam, fazem as suas chapas com o governo, e os partidos menores, com competência, montam chapas com candidatos de um tipo de voto diferente. Acaba que a maioria fica num limbo, sem condições de fazer a sua eleição.

Por isso, coloquei no relatório e defendo o voto majoritário nas eleições para Deputados e vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, não sou eu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - É o Deputado Ricardo Barros.

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, eu era o segundo inscrito desde...



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Não, porque falará um de cada lado.

S.Exa. falou como Relator.

O SR. CHICO ALENCAR - Ah, foi como Relator. O Relator é parcial.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - V.Exa. fala depois.

Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (Bloco/PP-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o distritão é a única matéria que eu percebo ter, de todas as que foram ventiladas na reforma política, a possibilidade de ser aprovada.

É uma inovação, sem dúvida, mas é uma resposta à necessidade de alterarmos alguma coisa no processo eleitoral. Por isso se institui a Comissão da Reforma Política, porque há um sentimento de que o nosso sistema está esgotado.

Ao não votarmos o distritão agora, estaremos decidindo manter o atual sistema proporcional que vige na nossa política brasileira. Esse é um sistema que tem nos custado na montagem das chapas, na busca de candidatos, na formação de uma legenda e que requer, sim, um esforço partidário muito grande.

Então, os Parlamentares devem avaliar: querem o seu partido concentrando esforços naqueles candidatos que estão na disputa para vencer ou diluindo esses esforços, essa militância entre aqueles necessários para a formação da legenda?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Prorrogo a presente sessão por 1 hora.

O SR. RICARDO BARROS - A lista foi derrotada, o distrital misto foi derrotado. Eles são instrumentos mais próprios para o parlamentarismo, que, aliás, é



a minha tese. Eu gostaria de ver o Brasil parlamentarista, mas não é o que temos agora e não é aonde podemos chegar neste momento.

Então, o distritão pode ser a mudança possível. O Partido Progressista está unido em torno dessa tese. Vamos votar pelo distritão, vamos votar pela mudança possível, vamos votar para que haja um avanço e que a sociedade perceba um avanço em toda essa discussão que trata do sistema eleitoral.

Então, Sr. Presidente, eu peço o apoio dos Srs. Parlamentares. Vamos votar o distritão, vamos avançar, dar um passo adiante e garantir a fidelidade partidária.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não vou viajar ao Afeganistão, nem à Jordânia, nem ao Butão, embora tenha gosto de conhecer esses países.

Alguns Deputados mais jovens, Deputado Miro Teixeira, que também é decano aqui, costumam me chamar de professor. Eu fico espantado. Não sou professor tipo Vanderlei Luxemburgo, Marquinhos, nem quero ser exonerado por insucesso, mas quero, no pouco que ainda me lembro das minhas aulas de História, lembrar Frei Vicente do Salvador, Brasil, 1627. Ele cunhou, na sua obra *História do Brasil*, uma frase lapidar que o distritão me faz lembrar: *“Nenhum homem nesta terra é repúblico, nem zela, ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular.”*

Aprovarmos aqui esse sistema majoritário individualista, que mata a ideia de solidariedade partidária, é colocar no alto do trono da República brasileira a guerra eleitoral de todos contra todos, o cada um por si, a campanha rica, a campanha de



celebridade, o partido como mero carimbador daqueles que ali chegam com potencial de votos de rebanhos, telespectadores, ouvintes dos grandes radialistas. Isso mata a ideia central da política que pode abrir caminhos para o Brasil, que é a da solidariedade.

Há quem diga também: *“Serão 513 individualidades aqui”*. Sim, individualidades que vão se articular em torno de grandes interesses econômicos.

Matar a ideia de partido, por mais que eles tenham problemas — e nós, militantes partidários, todos aqui sabemos bem quais são esses problemas —, é vulnerabilizar de vez a atividade política parlamentar aos interesses mais poderosos, mais mesquinhos, mais privatistas.

A reforma política não está acontecendo aqui. Mudar o sistema eleitoral para pior, como é o caso do distritão, significa um retrocesso.

Temos um enorme caminho pela frente, inclusive na legislação infraconstitucional.

Espero que ninguém, nenhum Parlamentar perca a sua espinha dorsal com medo de retaliação, de limitação de atuação partidária porque não votou no distritão. Seria uma tragédia abrirmos mão de ideologia, de história partidária, como o PCdoB admiravelmente tem, para votar nessa aberração.

Eu faço minhas, encerrando, as palavras do grande Marcelo Castro, de quem divirjo, sobre o distritão:

“(…) as campanhas ficarão mais caras (com necessidade de mais votos para se eleger) haverá maior influência do poder econômico, haverá uma hiperpersonalização da política, haverá fragmentação



partidária ainda maior. (...) Teremos um número muito maior de partidos no Parlamento, e o mais forte não alcançará 10% do total de membros. (...) a governabilidade ficará ainda mais difícil (...) e irá dificultar fortemente a representação das minorias.”

Deputado Marcelo Castro, a sua experiência, a sua independência, a sua preocupação com o bem do País vão falar mais alto agora pela voz e pelo voto da maioria dos Parlamentares.

Não ao “detritão”! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, do alto desta tribuna, da cadeira da Presidência da Câmara dos Deputados, Dr. Ulysses Guimarães, que entregou a Constituinte Cidadã em 5 de outubro de 1988, dizia da *“grande quimera dos homens a perfeição que eles não têm”*.

Infelizmente, nós não vamos nunca conseguir votar uma reforma política que seja a da perfeição, que seja uma reforma política apurada no laboratório da academia, porque a prática da política se dá no chão da praça pública. É no chão da praça pública, em um país tão grandioso na sua área territorial, tão diversificado na sua cultura, tão desequilibrado no seu desenvolvimento, que nós encontramos as contradições do dia a dia, porque são realidades diferentes, principalmente no que diz respeito à responsabilidade do voto proporcional, que é o voto que elege Vereadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais.



As realidades são distintas! O eleitor do Sul, do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste age de maneira diversificada, e a única unidade que nós encontramos para garantir uma representatividade que seja equivalente, que dê o mesmo peso, a mesma importância e a mesma relatividade entre o eleitor e o eleito, é exatamente no sistema majoritário. É no sistema majoritário que todos se nivelam.

Nós não podemos proceder com base em votos em lista, porque ninguém tem uma formação partidária como se tem principalmente os países do ocidente europeu. Lá a realidade da formação política é totalmente diferente da nossa. Querer comparar o quadro político brasileiro com o quadro político alemão ou inglês é comparar uma história de 2 mil anos com pouco mais de 100 anos de regime republicano e menos de 60 anos de democracia vivida na sua plenitude no nosso País.

As nossas instituições ainda são fragilizadas, mas elas se fortalecerão não num sistema proporcional de votação da referência partidária ou de coligações partidárias; elas se fortalecerão, sim, na medida em que nós possamos ter representantes mais consolidados na opinião pública, com chapas mais representativas do ponto de vista majoritário, e com um enxugamento dessa pulverização partidária. Hoje temos candidaturas que, muitas vezes, se amontoam no sentido não de dar fortaleza ou engrandecer uma candidatura, mas no de criar um amontoado de pequenas representatividades, as quais, no somatório, talvez possam ocupar um espaço em detrimento exatamente daquela situação, daquele eleito que teria muito mais votos e que aqui não chegou por uma anormalidade do sistema de representação que nós temos hoje.



É exatamente para mudar, é exatamente para dar um novo conceito, é exatamente para que a população possa se sentir membro participante e protagonista da ação política que nós precisamos votar.

Neste momento, pelo princípio da representatividade, pelo princípio do voto, do seu valor, da sua importância, nós não temos nenhuma alternativa melhor do que o voto distritão, porque traz para a Casa do povo exatamente aqueles que forem escolhidos pela maioria do povo.

O poder emana do povo e, em seu nome, será exercido, como reza a nossa Constituição.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta.

O SR. AFONSO MOTTA - Sr. Presidente, peço que seja aduzido o meu tempo de Liderança, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está o.k., vamos lá, tudo bem, a Presidência vai ceder. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Afonso Motta, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS e como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, queria agradecer muito à Liderança da nossa bancada, ao Deputado André Figueiredo, que me concede esta oportunidade de, em nosso nome, expressar o nosso posicionamento com relação ao debate sobre o distritão.

Quero dizer que a nossa legitimação, a legitimação de todos os Deputados, vem do voto, e a escolha do sistema eleitoral é que garante a formação deste Parlamento. Portanto, é muito importante que o sistema escolhido expresse o sentimento da representatividade, expresse o sentimento do conteúdo maior do mandato parlamentar.

Nesse sentido, é bom nós perguntarmos se o distritão qualifica e aperfeiçoa a democracia, se permite uma maior participação popular, se permite a representação das diferenças, se permite a representação das minorias e dos gêneros. Com certeza, não tem esse acolhimento.

É bom nós perguntarmos se o distritão aproxima os eleitores dos eleitos, se possibilita a discussão daqueles temas relacionados com os fundamentos



partidários, com os fundamentos ideológicos, que permitem a escolha do eleitor ser direcionada para uma determinada política pública.

Nós trabalhistas, nós pedetistas, nós que sempre tivemos a referência de Leonel Brizola valorizando os partidos políticos, não podemos concordar com um sistema que não permite que o eleitor nos escolha porque sabe que vamos direcionar a política pública para valorizar o trabalho, para valorizar a educação e para aqueles que mais precisam da política pública.

Por fim, nós queremos dizer que não é o número de votos que deve qualificar o Deputado. Nós entendemos que essa é uma escolha de responsabilidade.

Nós vimos, no debate que nos antecedeu, colegas, com todo o respeito — e merecem o nosso respeito —, falarem de que tratavam da sobrevivência de seus partidos, que tratavam da sobrevivência de seus mandatos. Para que, efetivamente, esse sentimento de representatividade seja compreendido pela sociedade brasileira, nós temos que pautar esse debate do sistema eleitoral como o debate da responsabilidade pública, porque é ele que está dando a possibilidade à sociedade de ter, em substituição a um sistema que todos nós entendemos que está superado, um sistema que possa realmente recuperar a política, recuperar a imagem do Parlamento e dar credibilidade para o sistema político nacional.

O nosso desafio não é simplesmente a escolha de um sistema; o nosso desafio é, realmente, darmos uma resposta à sociedade. É a sociedade que está a exigir de todos nós uma resposta convincente, uma resposta que possa fazer com que aqueles eleitores que vão participar amanhã do processo eleitoral façam suas escolhas com a segurança de que seus representantes vão defender aquilo que está depositado no voto, no sufrágio popular.



Queríamos dizer, para encerrar, que a nossa missão, a missão da Câmara Federal, é organizar democraticamente o processo político; é organizar politicamente o processo eleitoral; enfim, é proporcionar à sociedade esperança na política; é proporcionar à sociedade esperança num país melhor.

Nós acreditamos que o distritão não contempla esse sentimento. O distritão sequer contempla o sentimento da efetividade na representação parlamentar. O distritão não contempla aqueles requisitos mínimos necessários para o aperfeiçoamento da democracia e para que todos nós possamos exercer a atividade política com honra, com crença e com interesse público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou nesta tribuna agora para falar a favor do voto distritão, para dizer “sim” a um sistema eleitoral que não é somente para esta geração atual de políticos, é para o futuro do Brasil, é para o futuro dessa geração de jovens políticos que está nas galerias desta Casa, hoje, participando deste debate.

O voto distritão nada mais é do que a simplificação do voto distrital puro, somente aumentando distrito. O distrital puro requer a divisão dos Municípios e dos Estados num distrito. O distritão acompanha a geopolítica atual em cada Município. Cada Estado é o seu próprio distrito. É a simplificação eleitoral. É a simplificação do processo político eleitoral que todos nós clamamos.

Há 30 anos só se fala em reforma política no Brasil, e esse tema é recorrente em todas as Legislaturas. Agora, nesta noite, temos a oportunidade, a possibilidade de fazer uma mudança histórica no nosso sistema eleitoral.

O atual processo de escolha de Vereadores e Deputados Federais tem 83 anos — é de 1932 —, e já sobreviveu à ditadura, ao regime militar, à democracia, a *impeachment* de Presidente, a renúncia de Presidente. E hoje nós temos a oportunidade, como já tivemos em duas votações, de dizer “não” ao sistema distrital misto, “não” ao sistema distrital puro e dizer “sim” ao sistema que simplifica, ao sistema que dá oportunidade a todos aqueles que querem disputar uma eleição limpa e com redução de custos.



O atual sistema eleitoral, sim, é que é antidemocrático: é muito oneroso, concentra as lideranças naqueles que concentram os partidos e o poder econômico, faz realmente uma individualidade de lideranças e não permite a discussão nos Estados e Municípios.

Por isso, meus caros companheiros Deputados Federais, estamos reunidos aqui hoje, nesta noite histórica, para dizer um “sim” ao voto distritão, “sim” à modernização do sistema político nacional.

Cumprimento, neste momento, o Presidente Eduardo Cunha pela liderança, pela forma como prometeu e conduziu, e por ao trazer esse tema que está hoje aqui em nossas mãos.

Já votamos “não” ao distrital puro, votamos “não” ao distrital misto, só nos restam dois: o distritão ou o atual sistema que aí está, com 83 anos, acabando com os partidos, acabando com os políticos e travando a nossa democracia.

Voto “sim” ao distritão, Sras. e Srs. Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra, como Líder, pelo PR, ao Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de entrar no tema da reforma política e, mais particularmente, neste primeiro momento, no do sistema eleitoral, eu queria saudar os mais de 4 mil Prefeitos e inúmeros Vereadores que vieram mais uma vez a Brasília participar da Marcha dos Prefeitos, buscando aqui, claro, mais uma vez, a repactuação desse pacto federativo, a possibilidade de administrar os seus Municípios, que hoje, no Brasil inteiro, vivem talvez a maior crise política municipalista já vivenciada.

Queria, Sr. Presidente, parabenizar V.Exa. e o Colégio de Líderes por terem proporcionado ao Congresso Nacional, mas particularmente à Câmara dos Deputados, chegarmos hoje, finalmente, a apreciar a reforma política. Já estou aqui no quarto mandato e, desde o primeiro mandato, lutamos, brigamos; todo mundo fala da importância de se aprovar uma reforma política, mas nunca tínhamos ido tão longe. Então, isso se deu pela determinação da Presidência, do Colégio de Líderes, e, principalmente, de todos os partidos, Deputados e Deputadas que fazem esta Casa.

Eu queria parabenizar também o Deputado Marcelo Castro, Relator na Comissão Especial. Apesar de o seu relatório não ter sido votado, a Comissão foi extremamente importante para o debate político. Na Comissão, realizamos audiências públicas, ouvimos especialistas, fomos aos Estados discutir com Vereadores, Deputados Estaduais e Prefeitos sobre a melhor reforma política que poderíamos aprovar para o Brasil. O relatório pode não ter produzido efeito, mas a



Comissão, sem dúvida nenhuma, ajudou cada um dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas a formar a sua convicção sobre a reforma política.

Mas, qual reforma política queremos? Parece-me que para a sociedade interessa uma reforma política que, primeiramente — sendo este o item mais importante —, diminua o custo das campanhas. As campanhas, como são realizadas hoje, tanto para Vereador, Prefeito, Deputado Federal, são milionárias, insuportáveis, e geram a corrupção que a gente está vendo aí. Esse é o ponto principal a ser corrigido.

Neste primeiro item, nós estamos votando o sistema eleitoral, e o distritão, Sr. Presidente, aqui tão pregado, é o canto da sereia. A princípio, parece, sim, o sistema mais simples, o sistema mais justo, porque elege os mais votados. Mas, na verdade, ele é o sistema que personifica a eleição; que individualiza, que fragiliza os partidos, que fragiliza as ideias.

Aqui e agora, a partir do distritão, cada Deputado seria um partido político. Imagine como seria para governar Municípios, Estados, Governo Federal, e o Governo tendo que conversar individualmente com cada um?

Com os partidos enfraquecidos, nós criaríamos um caos e nós não saberíamos, estaríamos pulando no escuro. Não sabemos como vai ficar. Esse é um sistema que não é usado por quase nenhum país do mundo. Aqui já foi citado várias vezes que ele apenas é usado no Afeganistão e na Jordânia — que é uma monarquia —, e em duas ilhotas. Não é um sistema que funciona nas grandes democracias, em que há consolidação e participação da população.

Queremos um sistema que garanta a pluralidade das ideias; queremos um sistema que garanta a participação das minorias. E o nosso sistema proporcional



não é um sistema ruim, é um sistema bom. Não é isso que encarece as eleições, que provoca a corrupção e a falha na representação.

Vamos corrigir financiamento de campanha, vamos corrigir e garantir a coincidência dos mandatos, porque este País não aguenta mais eleição a cada 2 anos. Devemos parar de fazer repasses constitucionais para Municípios durante o ano, depois para Governos e para o próprio Governo Federal, 2 anos depois. Então, são essas as distorções que nós precisamos corrigir.

O distritão, como disse inicialmente, é o canto da sereia. Parece que ele é o mais justo, mas não é. O distritão é um retrocesso na política no Brasil. É calar as minorias, é dizer “não” ao pluralismo de ideias. Então, vamos todos aqui: se é para melhorar, vamos melhorar em outros pontos.

O PR fechou questão, Sr. Presidente: vai votar “não” a qualquer proposta de eleição majoritária para o processo legislativo; vai votar “não” ao distritão e “sim” ao sistema proporcional. Esse é o melhor sistema, é esse que nós temos que garantir para o Parlamento brasileiro. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Vinicius Carvalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco do PRB.
(Pausa.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado vai à tribuna, eu queria pedir a V.Exa. que depois recomendasse à área de som da Casa que avaliasse a qualidade de som, porque, quando o plenário está cheio, ela se reduz drasticamente. É preciso dar uma reavaliada. Os discursos proferidos da tribuna têm uma limitação muito grande em termos de atenção da Casa por conta da má qualidade do som quando o plenário está cheio.

Peço que avaliem esta questão, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Boa observação, Deputado. Eu vou solicitar à área técnica que verifique o que está ocorrendo com o sistema de som do plenário.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Vinicius Carvalho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB.

O SR. VINICIUS CARVALHO (Bloco/PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos em um momento muito emblemático e ímpar para a nossa democracia. Nós vemos agora, neste instante, sendo proposto o sistema chamado distritão, Deputado Samuel. E apenas dois países que são conhecidos no mundo, embora sejam quatro, é que adotam o sistema: o Afeganistão e a Jordânia. Que experiência democrática têm esses países?

Lembro-me muito bem, e V.Exas. também, do clamor das ruas, quando o povo não estava pedindo o fim do sistema eleitoral. O povo nas ruas não aguenta mais a corrupção que existe na política.

E querem, Sras. e Srs. Deputados, trazer novamente à baila um sistema que o próprio Japão, um país de referência, que deveria ser observado e em muitas coisas copiado — na cultura, na educação, na formação de sua sociedade, diferente da nossa —, que, na década de 90, tinha o sistema chamado distritão. E o que aconteceu? Após anos tendo esse sistema, constatou-se, claramente, que o distritão favorecia — ele favorecia, no Japão — a disputa individualizada, a disputa entre os Parlamentares, individualizada, e estimulava também — prestem bem atenção nisso! — os casos de corrupção e caixa dois.

Senhoras e senhores, é isso que nós queremos dar como resposta para o clamor das ruas?

Não podemos nos deixar levar por aqueles que lideram partidos, *data vênia*, eles não terem tempo de ir às ruas para ouvir o clamor do povo.



Nós temos que votar “não” a esse sistema chamado distritão.

Sabemos também que não existe um sistema perfeito. Mas é inconcebível e é inadmissível, Deputado Alessandro Molon, que, ao invés de trabalharmos e de aperfeiçoarmos o sistema já existente, se proponha cortar e colocar outro que nem referência em democracia conhecida tem.

Por isso meus amigos, em que pese o trabalho desenvolvido, o grande empenho do nosso Presidente nesta Casa — eu tenho orgulho de ter votado nele para presidir esta Casa —, nós estamos discutindo ideias e não entendemos em que ponto o distritão poderia melhorar o sistema eleitoral que nós temos.

Por isso nós aqui queremos pedir, caso V.Exas. optem pelo distritão, V.Exas. que já têm nas suas mentes o que é o melhor, que pensem em alguns pontos, como o encarecimento da campanha. V.Exa., nobre Deputado, terá que ter um apadrinhamento muito mais forte para poder se eleger. V.Exa. terá que fechar acordos e terá que representar grupos empresariais em detrimento do povo.

Afinal, somos representantes do povo ou de grupos setoriais deste País? Esta aqui é a Casa do Povo e, como tal, temos que votar “não” ao distritão!

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Rubens Bueno, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já em 2011, a bancada do PPS, juntamente com o partido e sua direção nacional, publicou uma cartilha denominada *O Resgate da Política — Proposta de Reforma Política*. Com esse documento, fomos aos Presidentes da Câmara e do Senado, aos Líderes de bancada, aos presidentes de partido, ao Presidente do TSE e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Por que fizemos isso? Porque a política brasileira, em determinado momento, passou a ser judicializada, e não havia a compreensão de uma proposta nem um documento que pudesse ser levado a debate nacional. Esse documento entregue mostrou, há pouco, a votação da bancada do PPS.

Por unanimidade, ganhou o voto distrital misto, porque temos a compreensão de que seria o melhor sistema para que cada região do País tivesse aqui um representante e nenhuma região do País pudesse se sobrepôr a qualquer outra, e a outra metade eleita proporcionalmente.

É evidente que a nossa proposta não foi aprovada. Eu sempre digo, por onde passo, que reforma política, no mundo da política, é mais ou menos como seleção nacional de futebol no mundo do futebol. Cada um tem a sua. Daí a dificuldade de encontrarmos um consenso, encontrarmos aqui uma articulação para obter votação de quórum qualificado de três quintos para aprovar a proposta, como estamos fazendo nesta noite. Essa dificuldade vai se ampliar por hoje, por amanhã e depois de amanhã.



O distritão — respeito todos aqueles que defendem a proposta —, para nós, é a negação da política, é a negação da democracia, é termos aqui 513 Parlamentares, cada um fazendo o que pensa, cada um com a sua vertente ideológica, cada um com sua organização eleitoral, porque, de resto, nada mais vai existir. Nada mais vai existir, Deputado Marcelo Castro!

Daí eu dizer que, se nós estamos aqui encaminhando essa votação, é na certeza de que estamos aqui prontos para dar um passo na reforma, avançar, modernizar, compreender o que está acontecendo no mundo e não compreender o que está acontecendo no atraso do mundo. É o atraso do atraso. Por isso essa discussão e esse debate. Trazemos aqui a nossa contribuição no melhor sentido de que tenhamos um país politicamente organizado, diversificado, respeitadas as vertentes ideológicas, respeitadas as organizações partidárias, respeitados os seus programas, respeitados, enfim, os cidadãos.

Por isso, a bancada do PPS vai votar contra o distritão, a favor de uma reforma que possa, no mínimo, dizer que nós não estamos aqui com a contrarreforma, o atraso da política do País.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar como Líder, tem a palavra o Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria apenas corrigir. Eu estou fazendo um encaminhamento favorável. Eu nem pedi delegação ao meu partido.

De qualquer maneira, eu quero chamar a atenção dos companheiros para essa discussão. Nós estamos votando, neste momento certo, uma questão inadequada, por um motivo muito simples: o Brasil, neste momento, vive uma crise, e nós estamos sob o regime de um parlamentarismo branco. Essa é a verdade. A Presidente não preside; a economia está terceirizada; a política, terceirizada. Para isso que eu queria chamar a atenção dos colegas. Nós estamos votando uma matéria importante num momento errado.

Não há isenção, não há equilíbrio para que se vote essa reforma que o Brasil espera há muitos anos. Não temos o direito de enganar nem os que estão nas galerias nem os que estão nos ouvindo neste instante.

Eu quero aqui me solidarizar com o Deputado Marcelo Castro, que é vítima desse rolo compressor, que não foi dirigido a ele, mas foi dirigido a este momento.

Portanto, meus caros amigos, esta reforma vai ser, com muita honra e com muito respeito ao companheiro Tiririca, a reforma Tiririca: *Pior do que está, não fica*. Vamos conscientizar-nos disso. Vamos conscientizar-nos de que nós, cabisbaixos, vamos trazer dois ou três frutos de votação: fim de coligação aqui; mudança de mandato, de posse de mandato, acolá; mas a reforma de que o Brasil precisa está muito difícil de acontecer.



Discute-se financiamento de campanha, se é público, se é privado, quando o crime que se apura no Brasil é do caixa dois, é dos que usam prestígio de governo para arrecadar recursos após as eleições. Nós nunca tivemos no Brasil uma crise que envolvesse arrecadação eleitoral. Nós tivemos os “anões” do Orçamento, o mensalão, e agora o petrolão. Foram os bandidos que usaram os mecanismos de acesso ao Governo para se locupletar, e a classe política é quem paga por isso.

Eu não vou dar o nome, mas há uns 6 anos, com um ilustre membro do PT, meu amigo, nós estávamos numa viagem de avião e estourava uma dessas crises. Aí, ele se virou para mim e disse: *“No meu bolso não entrou. Estou devendo, meu cheque está estourado”*. São poucos.

A questão não é essa. Nós temos que ter a coragem de enfrentar este problema. Nós não podemos ir para a rua, por exemplo, com a história do financiamento público de campanha. Como nós vamos chegar aos Estados — e o Piauí que o diga —, como nós vamos chegar ao Piauí dizendo que temos financiamento público, se não temos dinheiro para escola, para hospital, para segurança?

Temos que votar essa reforma, acabando com essa hipocrisia. Temos que votar essa reforma pensando no país dos nossos filhos. A questão do distrital, a questão do distritão misto, seja lá o que for, é consequência. Não podemos ser irresponsáveis de tentar enganar o País com uma reforma que não é a que o País quer.

Portanto, meus caros amigos Deputados, chamo a atenção para este momento. Por isso, não quis falar em nome do partido. Estou falando com a experiência e vivência de quem está aqui nesta Casa há mais de 30 anos.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES - Muito obrigado.

É melhor uma reforma Tiririca do que uma reforma inconsequente, do que uma reforma que não traga resultados, e que nós paguemos esse preço.

Portanto, levo à meditação dos que aqui estão: vamos votar uma reforma, mas não uma reforma que nos crie problemas no futuro. Acho que, diante disso, o distritão é um caminho, mas está na mão e na consciência de cada um de V.Exas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Beto Mansur, 1º Secretário, e Eduardo Cunha, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contra, concedo a palavra à Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PR-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sras. e Srs. Deputados, boa noite. Inicialmente, eu quero manifestar aqui a minha solidariedade ao Deputado Marcelo Castro, Relator original da reforma política, e manifestar o meu repúdio à indevida interferência da Presidência desta Casa na Comissão de Reforma Política, devidamente constituída por este Parlamento. Ao fazer isso, a Presidência desta Casa confunde autoridade com autoritarismo, rebaixa o Parlamento e desmerece o trabalho dos seus pares.

Segundo, gostaria de falar que tenho imensa tranquilidade em falar contra o distritão. Eu fui a Deputada mais votada do meu partido no Rio de Janeiro, fui a segunda Deputada mais votada do meu Estado, com mais de 335 mil votos, e a mulher mais votada do Brasil.



O sistema do distritão é um sistema que me favorece. No entanto, a reforma política não pode ser oportunista. A reforma política tem que pensar no bem do Brasil, no futuro da nossa democracia. É isso que as pessoas pedem nas ruas.

Aqueles que são defensores do distritão se apegam ao discurso fácil: “*Vamos colocar para dentro os mais votados*”. Mas, na verdade, esse sistema não permite que a maioria da população tenha a percepção de que estamos colocando em cheque o sistema representativo no Brasil.

O distritão hiperpersonaliza a política! Entretanto, na verdade, na política devem prevalecer as ideias, porque as pessoas passam, mas as ideias permanecem.

O distritão vai tornar as campanhas ainda mais caras! O distritão vai favorecer aqueles que têm mais dinheiro, aqueles que têm a seu favor a força da máquina.

O distritão não é a solução para o Brasil. É um sistema adotado em apenas 2% dos países do mundo, ou seja, em quatro países: apenas em duas ilhas do Pacífico, na Jordânia e no Afeganistão. E esse é o modelo que querem impor ao sistema político eleitoral brasileiro...

Se consultarmos dez de cada dez cientistas políticos, todos vão considerar esse modelo uma aberração.

Portanto, pelo bem do Brasil, pelo bem de uma reforma política que seja séria e que possa, de fato, trazer o Brasil a um novo momento de discussão política, convido os meus nobres colegas a refletirem e votarem contra o distritão.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Com a palavra o Deputado Celso Pansera.



O SR. CELSO PANSERA (Bloco/PMDB-RJ. Sem revisão do orador.) -
Presidente, o que nós estamos fazendo aqui hoje à noite senão discutindo, debatendo e deliberando a reforma política? Eu escuto isso há mais de 20 anos. Já se discutiu aqui voto em lista, não aprovado em outras ocasiões; já se discutiu aqui voto distrital, não aprovado em outras ocasiões; já se tentou, neste País, fazer um plebiscito para mudar a forma de governo, e se manteve o presidencialismo. E onde nós chegamos? Nós chegamos a um sistema político com grande esgotamento na sua visão diante da opinião pública. O que nós estamos fazendo hoje aqui é exatamente tentar encontrar uma saída para o desgaste que o sistema político brasileiro vem demonstrando nesses últimos anos.

A gente escuta os discursos dos demais Deputados e Deputadas, e todos acham que tem que mudar o sistema. Mas ninguém tem coragem, de fato, de mudá-lo. E nós temos uma oportunidade de ouro nesta noite de demonstrar à população brasileira que esta Câmara tem, sim, coragem de mudar o sistema político brasileiro e tentar um novo caminho.

E qual é o principal argumento contra o distritão? A fragilidade dos partidos, a vocação de fortalecer a individualidade.

Agora, qual é o partido que tem mais de dois dígitos de aprovação no Brasil? Nenhum. E o que levou a esse desgaste? O voto proporcional; não foi o distritão. Nós temos que dar ao distritão e ao sistema político brasileiro a possibilidade de uma nova forma de organizar os partidos, de organizar o voto e de reforçar os partidos, porque nós teremos com o distritão — e vou aqui inverter o argumento dos companheiros que falaram antes aqui — a possibilidade de aglutinar as forças políticas em torno de ideias, e não em torno de casuísmos de legendas necessárias



para fazer os votos necessários para eleger nem sempre os mais votados e sim aqueles mais espertos que fazem as principais coligações para se eleger.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Conclua, Deputado.

O SR. CELSO PANSERA - Por isso, nós do PMDB somos favoráveis ao distritão, porque temos a coragem de conduzir esse processo de mudança e conclamar os companheiros Deputados e as companheiras Deputadas para darem um mergulho, sim, a fim de provar à população deste País que nós temos coragem de mudar, de olhar para frente e dizer: *“O sistema político brasileiro pode se revigorar, pode renascer e demonstrar toda a sua vitalidade”*.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para falar contra, Deputado Silvio Torres.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a primeira vez que eu participei de uma Comissão Especial pela reforma política aqui no Congresso Nacional foi em 1996. Talvez, pouquíssimos estivessem aqui naquele tempo. Era um momento importante, pois tinha início um governo diferente, o Governo Fernando Henrique Cardoso, com o grande ímpeto de fazer reformas fundamentais para o País, entre elas, sem dúvida, a reforma política.

Daquela vez conseguimos avançar muito pouco. O único avanço foi criarmos uma cláusula de desempenho, que, talvez, se não tivesse sido abortada pelo Supremo Tribunal Federal, poderia ter trazido grandes benefícios para a política brasileira, pois evitaria tudo aquilo que hoje nós queremos rejeitar.

Depois disso, foram várias as Comissões Especiais de Reforma Política, todas com a esperança de melhorar o nosso sistema. A mesma esperança — talvez,



mais forte ainda — que tínhamos quando nos envolvemos na Comissão Especial presidida pelo Deputado Rodrigo Maia e relatada pelo Deputado Marcelo Castro.

Andamos juntos pelo Brasil! Essa reforma foi discutida em vários foros. A sociedade se envolveu; os meios de comunicação levaram a sério as nossas intenções; e nós chegamos a imaginar que, depois desses quase 3 meses, pudéssemos votar alguma coisa melhor.

A nossa decepção, a nossa frustração vem pelo fato de que conseguimos levar a Comissão até o fim, mas ela sequer teve o relatório votado. Na sequência disso, nós estamos votando hoje um relatório que traz um retrocesso inimaginável para o sistema político brasileiro.

Não há nada pior do que implantarmos um sistema que não está fazendo algo para a sociedade, que está fazendo alguma coisa contra a sociedade, contra o eleitor, contra tudo o que se esperava do Congresso Nacional quando finalmente a reforma viesse ao plenário.

É grande a decepção! O nosso partido, o PSDB, há muito tempo vem lutando por uma melhoria naquilo em que ele acredita e que tem convicção, que é o voto distrital misto. Não tivemos cerca de cem votos. Muitos do que falavam que seriam aliados, desertaram na última hora. Mas isso não vai fazer com que o nosso partido abandone a sua luta.

E eu venho aqui para dizer que o PSDB só tem uma bandeira no sistema eleitoral: o voto distrital misto. Não vamos nos entregar por qualquer modelo oportunista, casuístico e prejudicial ao nosso País e ao nosso partido.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Miro Teixeira.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PROS-RJ. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Deputados, meus cumprimentos. Prefeitos, Prefeitas, Vereadores e Vereadoras, sejam bem-vindos.

Este é um tema que todo Deputado domina. Talvez não seja preciso explicar a um Deputado o que é o voto distrital, o distrital misto ou o proporcional. Seguramente, não é possível que tenhamos que explicar nesta Casa o que isso significa.

Eu uso este tempo para desabafar. O roubo existe porque existe o ladrão. A corrupção existe porque existe o corrupto. E lançam a roubalheira que acontece no Brasil, especialmente quando o ladrão é pego, sobre campanhas políticas — sobre campanhas políticas! —, como se a democracia e o voto fossem os responsáveis pela corrupção e, *a contrario sensu*, como se as ditaduras fossem íntegras.

Cada Deputado, de repente, é apontado como o autor de uma peça fatal qualquer para o povo, alguma peça de péssimo gosto, algo que só sirva para arruinar as pessoas.

“Precisamos mudar este Legislativo”, foi isso o que eu ouvi e li nos jornais.

Atacaram a minha emenda constitucional, a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, dizendo que quase todo este Congresso estaria aqui de volta. E eu retruquei o interlocutor: *“Mas este Congresso está lá pelo voto do povo. Este Congresso não está lá por vontade dele”*.

Quando se olha o sistema brasileiro, ele é majoritário: Presidente da República, majoritário; Governador, majoritário; Senador, majoritário; Prefeito,



majoritário; Deputado Federal, Deputado Estadual, Vereadores. Essa é a massa que o sistemão quer que dance do jeito que a orquestra dele toca.

Nos discursos que ouvimos aqui contra o distritão, a tônica foi a seguinte: “*Serão individualidades*”. E o que eu digo a V.Exas. é: “*Sejamos individualidades!*”

Nós representamos o povo. Nós não temos que estar submetidos às ordens desses padrões da política. Não temos! Não temos que ser usados como cabos eleitorais de luxo.

O distritão é o melhor sistema do mundo? Não. Existe algum melhor sistema do mundo? Não. Citam países aí, alguns até que eu ainda não tinha ouvido falar, onde o distritão é aplicado! Para mim é uma novidade, porque, no Brasil, quando alguém lê a Lei do Terço, que foi desenhada em torno de 1875, verifica a eleição pela ordem decrescente, pelo número de votos.

Esse sistema proporcional prestou o seu serviço ao Brasil, sim, mas hoje o povo reclama uma mudança.

Sr. Presidente, eu quero me dirigir a V.Exa. Daqui a pouco nós vamos votar e teremos um novo sistema eleitoral ou não. Eu lhe pergunto: essa luta pode acabar aí? Eu lhe digo, Sr. Presidente: se aqui não aprovarmos um sistema eleitoral, parece que teremos outra proposta depois do distritão, eu lhe peço que traga à pauta o meu projeto de decreto legislativo de plebiscito. Só o povo — só o povo, está visto! — pode escolher o jeito de eleger os seus representantes. Só os representados.

Nós ouvimos aqui discursos contra, com todo o respeito àqueles que trouxeram uma proposta. Cada proposta é respeitável. Agora, a maioria dos discursos foi contra tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Para concluir, Deputado.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Peço isso formalmente a V.Exa. e estarei à disposição de V.Exa. para conversar em seu gabinete. Eu tenho aqui uma proposta de emenda à Constituição pronta para votação, precisa ser atualizada, de uma constituinte restrita a sistema político, a sistema tributário e a pacto federativo. Tenho em tramitação um projeto de decreto legislativo, e aí não estaremos com os três quintos.

Se a Câmara dos Deputados não quiser dar o seu grito de liberdade, a minha proposta é de que V.Exas. tentem ser livres, tentem ser, sim, como são os Senadores e decidam conforme suas consciências e não a ordem dos chefes de partidos.

Eu peço a V.Exa. que, no caso da derrota, que eu espero que não aconteça, traga para a Ordem do Dia, o mais breve possível, o plebiscito, com a possibilidade de emenda, até para acrescentar algum outro aspecto a esse plebiscito.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Picciani, para uma Comunicação de Liderança, pelo PMDB.

O SR. LEONARDO PICCIANI (Bloco/PMDB-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero iniciar a minha fala como Líder do PMDB saudando a Câmara dos Deputados, porque hoje nós estamos conseguindo fazer o que nenhuma legislatura após a Assembleia Nacional Constituinte fez, que é votar, deliberar sobre a reforma política.

Quero aqui expressar o nosso reconhecimento ao trabalho realizado pela Comissão Especial, pelo seu Presidente, o Deputado Rodrigo Maia, pelo Relator, o Deputado Marcelo Castro, que executaram um papel fundamental no debate desse tema e no cumprimento dos prazos, fazendo com que esse tema pudesse chegar hoje à nossa apreciação.

Quero saudar V.Exa. pela forma democrática com que estabeleceu, junto ao Colégio de Líderes, o rito de tramitação da reforma política. Esse rito vai permitir que todas as teses, todas as propostas sejam efetivamente votadas. Aqui nós já tivemos duas propostas que foram votadas e que, por decisão soberana deste Plenário, não obtiveram os votos necessários para a sua aprovação.

Vamos entrar daqui a pouco na deliberação da proposta que o meu partido, o partido da bancada que eu lidero, defende. Eu me sinto na obrigação de manifestar a posição do PMDB com toda a clareza neste momento.

Nós estamos votando a reforma política, certamente. E só a estamos votando porque o modelo atual se exauriu e a população deseja mudança. Se a população não desejasse mudança, nós não estaríamos aqui votando a reforma política, bastaria seguir a vida, seguir o modelo político eleitoral que temos em vigor.



Chegamos ao ponto agudo da votação. O nosso próximo voto vai definir se nós teremos a coragem de mudar, a coragem de buscar um novo caminho, a coragem de legitimar o mandato que advém das urnas, ou se vamos decidir manter tudo como está. Nosso voto vai definir se teremos aqui, apesar de cumprido o papel importante de deliberar, a sinalização, ao contrário do que deseja a sociedade, Deputado Marcos Montes, de manter o sistema atual, de não mudar absolutamente nada, de manter o sistema que a população rejeita, que pode favorecer alguns, Sr. Presidente, e pode desfavorecer outros.

Eu fico imaginando o que passa na cabeça do eleitor, e vou citar um exemplo desta Legislatura. O eleitor do Estado de São Paulo deu mais de 127 mil votos ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, e ele não venceu as eleições. E Deputados com menos de 30 mil votos ocupam o mandato. Isso não é o que a população deseja. Isso não legitima o mandato advindo das urnas.

Vou dar um exemplo de outras legislaturas, o do Deputado Julio Lopes, do Rio de Janeiro. Hoje, está no exercício do mandato, mas, em Legislatura passada, fez quase 100 mil votos, e perdeu a eleição, não foi eleito. Foi eleito um Deputado com pouco mais de 20 mil votos.

A população, a maioria dos nossos eleitores não compreende esse sistema. Ele vota achando que vai eleger o mais votado! Ele vota para que o seu voto faça a diferença!

O Deputado Edinho Bez, que eu vejo aqui à minha frente, teve mais de 100 mil votos no Estado de Santa Catarina.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Deputado, eu vou ser obrigado a encerrar a sessão. Eu vou convocar uma nova agora. Se V.Exa. quiser, pode pedir o tempo de Líder na nova sessão. É um direito de V.Exa.

O SR. LEONARDO PICCIANI - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Mas eu sou obrigado a encerrar agora.

O SR. LEONARDO PICCIANI - Eu pedirei no momento apropriado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Está bem.

Antes, pergunto se podemos manter o painel. *(Pausa.)*

Mantido o painel.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia do Trabalhador Rural em nosso País é comemorado anualmente no dia 25 de maio, como forma de homenagem a todas as pessoas que dedicam seu tempo trabalhando nas zonas rurais, no campos e nas fazendas do Brasil. No dia 25 de maio de 1963, morria o Deputado Federal Fernando Ferrari, um dos políticos mais engajados na luta dos trabalhadores rurais por seus direitos e questões sociais. A morte de Fernando se transformou em uma data-símbolo para os profissionais da categoria, Sr. Presidente.

Em memória à morte de Fernando Ferrari e em honra à luta pela melhoria das condições de trabalho no campo, Sr. Presidente, a comemoração do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural foi instituído na Lei nº 4.338, de 1º de maio de 1964.

O homem do campo é figura importante na história e na economia brasileira, Sr. Presidente. Existem no País 15,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, segundo dados do IBGE, homens e mulheres que retiram do campo a subsistência e a renda.

E, falando na luta de homens e mulheres do campo por melhores condições de vida e de trabalho, não podemos deixar de falar da necessidade da reforma agrária em nosso País.

Quero, Sr. Presidente, destacar o trabalho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST e dos sindicatos dos trabalhadores rurais brasileiros, que incansavelmente lutam por uma melhor e mais justa distribuição da propriedade



rural, além de melhores salários e condições de trabalho, aposentadoria digna, transporte, saúde e fiscalização do uso de agrotóxicos, entre outras pautas importantes para a categoria.

A mão que trabalha a terra é a mão que alimenta o nosso País. Nosso muito obrigado às mulheres e aos homens do campo em todo o Brasil.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, São Paulo de Olivença, da microrregião do Alto Solimões, no sudoeste amazonense, comemora aniversário de fundação no próximo dia 31 de maio. Suas origens remontam ao final do século XVII, como uma das missões fundadas pelos jesuítas ao longo do Rio Solimões, com a denominação inicial de São Paulo dos Cambebas. Foi só em 1882 que a antiga aldeia de São Paulo dos Cambebas passou a ser denominada São Paulo de Olivença, como sede do Município do mesmo nome, que deu origem, por desmembramento, aos atuais Municípios de Benjamin Constant e Santo Antônio do Içá.

Com uma área territorial de 19.745 quilômetros quadrados e uma população de 35.757 habitantes, estimada pelo IBGE em 2014, o Município tem uma economia que, além da extração de madeira e borracha, desenvolve produção agropecuária caracterizada por culturas de ciclo temporário, como mandioca, abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, feijão, milho, banana, cacau e coco. A criação de bovinos, bufalinos, suínos e ovinos representa uma pequena parcela da economia. A atividade da pesca é praticada de forma artesanal e intensiva, mas destinada principalmente ao consumo local. É extensa a área rural de São Paulo de Olivença, que conta com nada menos de 73 Distritos, com 97 vilas e comunidades. Seus principais pontos turísticos são, além do Rio Solimões, os balneários São Francisco e Ajaratuba, o Campo do Cerquinha, a Praça São Paulo e a Igreja Catedral de São Paulo Apóstolo.

O Município é administrado atualmente pelo Prefeito Raimundo Nonato Souza Martins, com o qual me congratulo e, por seu intermédio, com toda a população paulivense, pela comemoração dos 133 anos do Município e da cidade.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei nº 1.661, de 2015, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida — PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbana para incluir a exigência de instalações adequadas para coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares, bem como seu recolhimento pelo poder público local.

O Brasil tem logrado grandes avanços na gestão dos resíduos sólidos desde a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Percebe-se, entretanto, que a coleta seletiva, um de seus instrumentos, ainda carece de atenção especial do poder público para garantir sua efetividade.

De acordo com o *Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos*, elaborado no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, os dados sobre coleta seletiva ainda são escassos, mas demonstram um cenário preocupante. Em pesquisa aplicada para o diagnóstico no ano de 2013, apenas 1.161 Municípios relataram possuir coleta seletiva (mesmo assim, sabe-se, de forma parcial). Dos restantes, 2.411 Municípios declararam não possuir coleta seletiva e os outros 1.998 não responderam.

Pela relevância do Programa Minha Casa, Minha Vida na política habitacional do País, entende-se deveras relevante conscientizar seus beneficiários sobre a importância da segregação dos resíduos na fonte geradora a fim de viabilizar os processos de reaproveitamento e reciclagem. Quanto mais criteriosa a separação, maior o valor agregado dos materiais para a indústria. É um processo essencial para



a economia de recursos naturais e para a o aumento da vida útil dos aterros sanitários.

Além disso, o trabalho de gerenciamento de resíduos tem sido importante fator de inclusão social por meio da estruturação de associações de catadores. A segregação do material favorece melhores condições de trabalho tanto aos catadores quanto aos classificadores de material, assim como aumenta o valor de venda dos aglomerados.

De acordo com o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a PNRS, os consumidores são obrigados, sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou quando instituídos sistemas de logística reversa, a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e a disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Para que essa obrigação possa ser cumprida pelos moradores de conjuntos habitacionais e moradias do PMCMV, é essencial que se garanta a instalação adequada de coletores de resíduos. Da mesma forma, para garantir a continuidade da segregação após a coleta, deve haver compromisso do poder público local em preservar a seleção efetuada na origem.

É com esse intuito que apresento essa proposta, para a qual peço apoio de todos os colegas desta Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. JEFFERSON CAMPOS (PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 25 de maio comemoramos o Dia Nacional da Adoção.

A data surgiu no ano de 1996, quando representantes de 14 grupos de apoio à adoção se reuniram para debater sobre o tema, em Rio Claro, São Paulo, naquele que seria o I Encontro Nacional de Associações e Grupos de Apoio à Adoção. Em 9 de maio de 2002, a Lei nº 10.447 foi sancionada, oficializando a data.

Em se refletindo sobre este assunto, há uma discrepância que não passa despercebida. No Brasil, segundo dados do Cadastro Nacional de Adoção — CNA, existem 33.289 casais ou pretendentes na fila, ansiosos por adotar uma criança, e 5.653 crianças aguardando por uma família para chamar de sua. São meninos e meninas que vivem em abrigos, prontos para serem adotados. Porém, a maioria deles só sai do abrigo quando atinge a idade limite e não pode mais permanecer no local.

Como isso é estranho! Se são cerca de seis famílias por cada criança, como pode ser possível que ela não seja adotada?

Há dois fatores que causam bastante dificuldade: raça e idade.

No mundo ideal dos que se habilitam para a adoção, 27% querem adotar somente uma criança branca. Apenas 1,77%, ou 589 pretendentes, afirmam aceitar somente negros. Felizmente 45,20% não se importam com a cor a cor da pele. Isso num universo de 32,16% de crianças brancas, 18,49% negras e 48,56% pardas.

Já com relação à idade, 69,8% preferem crianças com até 3 anos de idade para 2,6% do cadastro com esta faixa etária. A maior parte tem mais de 8 anos.

Outra questão a se considerar é que o processo de adoção tem a agilidade



que visa atender à demanda da criança e não à do adulto.

Quando paro para pensar no assunto, é inevitável considerar o estrago que já existe no coração de uma criança rejeitada. Se sua adoção não for criteriosa, feita por pessoas realmente bem intencionadas, imagino o quão pior pode ficar situação psicológica dessa criança.

Tem gente que devolve bichos que adotou por que não achava que dariam tanto trabalho; pensem no que faria com uma criança, que dá muito mais trabalho!

De todo modo, precisamos agilizar o processo de adoção, porém sem perder o cuidado na escolha de cada família.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. CARLOS BEZERRA (Bloco/PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é lição elementar da Ciência Econômica que o comércio exterior gera benefícios para todas as nações envolvidas.

Tendo isso em conta, gostaria de trazer ao conhecimento dos ínclitos colegas matéria veiculada na edição de 13 de maio de 2015 da revista *Veja*. O periódico informa sobre estudo inédito do Fórum Econômico Mundial — FEM que conclui pela possibilidade de o Brasil lucrar 84 bilhões de dólares com o comércio internacional, por meio de pequenas reformas.

Sabemos todos que existem ainda muitos obstáculos ao desenvolvimento nacional, como investimentos em infraestrutura, aperfeiçoamento da educação, reforma tributária e tantos outros. O que há de novo nesse estudo, segundo entendo, é o grande resultado que pode ser alcançado por uma série de pequenas ações que não exigiriam transformações profundas.

Outra reflexão suscitada pela matéria é que o Governo brasileiro precisa parar de agir timidamente na cena internacional. De fato, nosso País preocupa-se excessivamente em elevar os tributos de importação, o que não raro tem o efeito de elevar o custo dos produtos e serviços para os consumidores brasileiros e de reduzir a competitividade do mercado nacional. Por outro lado, é necessária alguma mudança no rumo de nossa política de comércio exterior. Nos últimos 3 anos, vimos as exportações brasileiras caírem a cada período. Em 2014, a retração foi de 7%, o pior resultado desde 1998.

Segundo rol elaborado pelo FMI para medir a eficiência dos países em comércio exterior, o Brasil ocupa a 63ª posição entre 138 nações. Singapura é a



mais eficiente e Chile lidera entre os latino-americanos, na 35ª posição. Para ilustrar o problema, tomemos o custo de exportação de um contêiner: no Brasil o custo é 2.300 dólares, 21% maior que o de países do sul da Ásia e 5,5% maior que o de países da África Subsaariana.

Pois bem, o estudo do FEM sugere dez medidas que podem nos ajudar a desatar esses nós. São as seguintes: automatizar os pagamentos alfandegários; dobrar o número de funcionários nas alfândegas; reduzir de seis para três as tarifas portuárias; implantar o funcionamento dos portos por 24 horas com a equipe necessária; separar o desembaraço alfandegário do controle fiscal; exigir o envio de documentação prévia sobre cargas para acelerar o desembaraço; reduzir de 3 dias para menos de 24 horas o tempo de comunicação ao importador da chegada da carga ao porto; adotar o transporte fluvial como prioridade nos investimentos em infraestrutura; investir no corredor logístico que liga o Centro-Oeste ao Norte para aliviar a concentração de embarques no Sul e Sudeste; e estimular o transporte marítimo de cargas entre os portos.

Ouso aqui fazer alguns retoques às ideias propostas. De acordo com informações do Poder Executivo, amplamente divulgadas, o desembaraço aduaneiro ininterrupto já está em execução nos portos mais movimentados do País. Outro ponto que sobressai é o da separação da atividade aduaneira da tributária. Tal divisão certamente não seria uma pequena reforma. Uma vez que as duas fiscalizações são atribuições da Receita Federal e são desempenhadas de maneira articulada e com grande eficiência, uma separação exigiria um trabalho de grande vulto. Além disso, não é consenso entre os estudiosos do tema se há maior vantagem em ter um único órgão cuidando das duas atividades ou se a maior



vantagem está em ter dois órgãos. Ambos os modelos são atualmente utilizados por diversos países. Nada obstante, penso que as outras medidas são pertinentes e que merecem ser encaradas com seriedade, sobretudo pelos benefícios apontados.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de instar o Poder Executivo, sobretudo os Ministérios da Fazenda e do Comércio Exterior, a se debruçar sobre o referido estudo e aprofundar o exame da questão, com o intuito de melhorar o desempenho do comércio exterior brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os benefícios trazidos pelas novas tecnologias para a vida nas sociedades contemporâneas são inegáveis. Não podemos, contudo, ignorar que essas tecnologias, quando utilizadas em excesso e sem critérios, podem causar graves transtornos a seus usuários.

O mais novo vício da modernidade já tem nome: nomofobia. O termo é derivado da expressão inglesa *no mobile*, ou sem celular, e designa a angústia experimentada por alguns indivíduos quando privados do acesso a seus celulares e, por extensão, à Internet e às redes sociais.

Enquanto o número de usuários de *smartphones* cresce ao redor do mundo, crescem também as evidências de que o uso excessivo desses equipamentos pode causar isolamento social, comportamento perigoso no trânsito e alterações no sono.

São comuns as cenas, em restaurantes, nas quais todos os membros de um grupo de amigos reunidos para fazer uma refeição não trocam uma palavra entre si porque estão vidrados em seus aparelhos celulares. As relações familiares são igualmente afetadas pelo imediatismo da Internet, a eficiência dos modernos *smartphones* e as interações superficiais que ocorrem nas redes sociais.

Também são cada vez mais frequentes os casos de acidentes de trânsito causados pelo uso de celulares durante a direção. Não bastasse a imprudência dos motoristas que falam em seus telefones enquanto dirigem, muitos chegam a digitar mensagens, manobrando o volante com os cotovelos!

Isso acontece, Sr. Presidente, nobres colegas, porque tais indivíduos não suportam a ansiedade de estar desconectados do mundo virtual, ainda que por alguns minutos ou segundos, mesmo quando isso os afasta do mundo real e



ameaça a sua integridade física e a de outros.

É um fenômeno já identificado como doentio pelos profissionais de saúde. No ano passado, uma publicação da Escola de Saúde Pública da Universidade de Gênova, na Itália, sugeriu que a nomofobia fosse incluída na próxima versão do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, publicação da Associação Americana de Psiquiatria adotada como principal guia internacional para o diagnóstico das doenças mentais.

Não há dúvidas de que a exposição intensiva à tecnologia está remodelando nossas habilidades cognitivas e a nossa psique. É importante e urgente, pois, que pais e educadores ponham limites, desde cedo, às interações das novas gerações com artefatos tecnológicos, de modo a ensiná-las a tirar o máximo proveito da tecnologia sem se deixarem escravizar por ela.

Afinal, senhoras e senhores, tal como a dependência de álcool e de drogas, a dependência digital também pode ser devastadora, e todos devemos nos comprometer com a tarefa de preveni-la e combatê-la. Espero, com esta reflexão, trazer o tema para o debate neste Parlamento.

Obrigado.



A SRA. TIA ERON (Bloco/PRB-BA. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito prazer que venho a este plenário, desta vez com a missão de falar um pouco sobre o trabalho educador e conscientizador que o Partido Republicano Brasileiro — PRB faz, juntamente com a Fundação Republicana Brasileira — FRB.

Com a intenção de promover interação entre as assessorias de comunicação do nosso partido em todo o País e alinhar a produção e divulgação de notícias sobre o trabalho dos nossos Parlamentares, realizamos aqui em Brasília, durante os dias 21, 22 e 23 de maio, o II Curso de Comunicação, direcionado para os cerca de 100 assessores que se entregaram ao aprendizado responsável acompanhando as palestras e dicas com especialistas no assunto.

As palestras foram realizadas por profissionais renomados, e tudo começou com a mensagem de nosso Presidente, Dr. Marcos Pereira, que fez uma reflexão sobre a importância da comunicação. Ele lembrou que as notícias elaboradas pelas assessorias devem ser compostas com objetividade, clareza e simplicidade, e também destacou a necessidade do estreitamento do relacionamento com a mídia.

A palestra na área da *Comunicação Integrada e de Excelência* proporcionou debates e discussões em torno do assunto com opiniões diversas e análise de casos. Outro tema muito bem focado e discutido foi *Marketing Político e Mídias Sociais*. O palestrante, jornalista e especialista em *marketing*, Fernando Vieira, apresentou as principais tendências do cenário digital e recomendou a utilização do Facebook, Whatsapp, Youtube e Instagram.

Sendo assim, reforço que nosso compromisso se estende a todos os membros das equipes de trabalho do PRB em todo o Brasil. Esse compromisso é



parte de uma estratégia de organização responsável em busca da perfeição, porque fazer política de grupo é dividir, é somar, é multiplicar, e na área do conhecimento não podemos fazer diferente. Precisamos fazer o melhor sempre, seja dentro ou fora da política.

Era o que tinha a dizer.



O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, artigo de minha autoria publicado este final de semana no *Jornal Pequeno*, a respeito das discussões da reforma política.

Era o que tinha a dizer.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

O que defendo para a reforma política

Nesta semana que se inicia, deve começar o debate mais importante desde que ingressei no Congresso Nacional em Brasília. A Câmara dos Deputados irá votar a prometida e tão esperada reforma política. É louvável que este momento finalmente chegue. Mas questiono seriamente o conteúdo até agora apresentado e temo pelo que possa sair dessa discussão.

A partir da terça-feira serão votadas, pela ordem, sistema eleitoral; financiamento de campanhas; proibição ou não da reeleição; duração dos mandatos de cargos eletivos; coincidência de mandatos; cota de 30% para as mulheres; fim da coligação proporcional; e, por fim, cláusula de barreira.

Infelizmente, o relatório apresentado pelo relator na última semana tem tudo de pior que poderia se esperar. Por um lado, legaliza o que há de mais nefasto no sistema político atual: o financiamento privado de campanha. Por outro, altera o sistema de forma a agravar ainda mais suas distorções.

O debate sobre quem paga a eleição é fundamental. Com o financiamento privado, ou seja, com a doação de empresas para que os candidatos paguem suas campanhas, formamos algumas situações gravíssimas. Na prática, quem tem mais dinheiro, quem tem mais empresas apoiando, é aquele que sai vitorioso no final das contas. Pior, o sistema é uma porta de entrada para a corrupção, como o vimos de forma desnudada nos fatos revelados pela Operação Lava Jato.



Além de quem paga, temos de fazer um debate sobre quanto se gasta. É inacreditável que um sistema de escolha de servidores públicos para atender à população custe milhões. Temos de impor um limite a cada campanha. A Constituição já prevê isso. Falta o Congresso estabelecer uma lei, a cada eleição, definindo o limite. Apresentei proposta neste sentido, visando estabelecer um teto para os gastos da eleição do ano que vem. É uma discussão que considero essencial.

Precisamos debater melhor, parlamentares e sociedade, qual a melhor forma de escolher os representantes do povo a partir das próximas eleições. Um desafio enorme ao qual convido todos a se lançarem. E coloco meu mandato à disposição para debatermos esse tema pelas redes sociais.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para registrar o passamento do nosso amigo Juiz Jerônimo Gomes, magistrado classista do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ocorrido no último final de semana.

Gostaria de requerer que sejam inseridos nos Anais desta Casa e dada a devida divulgação pelos órgãos de comunicação da Casa ao nosso registro, e ainda a publicação do perfil do Dr. Jerônimo Gomes.

Também, na mesma data, a comunidade luso-brasileira perdeu um admirador. Deixou-nos Lemos Britto, autor da Expo Portugueses D'Além Mar e das várias edições da Expo Brasil Portugal, pioneiro no Brasil na promoção de feiras e eventos comerciais.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

Perfil

Jerônimo Augusto Gomes Alves — português de nascimento e brasileiro de coração — completou, em 16 de fevereiro último, 70 anos de vida. Uma vida de aguerridas lutas e de valorosas conquistas, numa longa trajetória de obstinação incessante e de inequívoco e merecido sucesso.

Gomes nasceu em Paços, no norte de Portugal, e desde menino tinha os olhos que já miravam longe, muito além da província de Trás-os-Montes. Aos 11 anos, chegava à capital portuguesa, Lisboa, iniciando uma vida de muito trabalho no ramo da restauração — do qual jamais se afastou. Em 1961, partiu para o Brasil, em uma fascinante trajetória de vida — marcada pelo esforço inquebrantável e pelo trabalho incansável — que lhe proporcionou fama e reconhecimento.

Uma de suas frases favoritas refere-se à estimada nação de acolhimento: o Brasil. “Este é o meu país maravilhoso”. A afirmativa não se refere apenas às



belezas naturais brasileiras, mas ao fato de se tratar da verdadeira “terra prometida”, na qual Gomes pôde realizar todos os seus sonhos, casar-se com sua amada Madalena, constituir uma família, com o nascimento dos filhos Cláudia, Andrea e Marcos César, construir um lar, exercer seu ofício, edificar uma carreira vitoriosa e dedicar-se à comunidade luso-brasileira.

Trata-se, por força de seu trabalho incessante em prol dos laços históricos e culturais que unem Brasil e Portugal, de uma das figuras mais reconhecidas da comunidade luso-brasileira. Suas características de aglutinador social acabaram por promover, naturalmente, vitoriosa aproximação da comunidade, tanto de outras colônias quanto de instituições públicas e privadas, conhecido que é pelo desprendimento e solidariedade com todos que por sua trajetória passaram. Milita, desde os anos 1960, em diversas entidades da comunidade, como a Associação Portuguesa de Desportos, a Casa de Portugal, o Centro Trasmontano e o Conselho da Comunidade. Muitos são seus amigos na comunidade, como Arnaldo Faria de Sá, Joaquim Justo dos Santos, Antônio de Almeida e Silva, Antônio dos Ramos, Fernando Miguel, Antonio Dias Felipe, Fernando Esquerdo — apenas para citar alguns nomes notórios.

Fundou, em 1969, o restaurante “Alfama dos Marinheiros”, localizado nos Jardins e frequentado por artistas, políticos e personalidades, no qual revelou as suas indiscutíveis habilidades empresarias, dedicando-se primordialmente à arte da gastronomia portuguesa. Um verdadeiro alquimista da cozinha, criador de receitas incomparáveis, apresentadas semanalmente na TV Gazeta, como o Misto de Peixe à Moda do Comandante, o Camarão à Moda do Jerônimo, o Bacalhau à Vila Real, a Sinfonia do Mar — entre tantas outras irresistíveis iguarias. Por seus irretorquíveis méritos, foi condecorado, na cidade do Porto, em Portugal, com a prestigiosa comenda da “Ordem do Mérito da Hotelaria e Alimentação Portuguesa”.

Dotado das melhores características de um líder, galgou o reconhecimento da categoria econômica referenciada, tendo sido eleito como dirigente destacado do Sindicato de Hotéis, Restaurante, Bares e Similares de São Paulo. A militância sindical conduziu-o à representação dos interesses do empresariado e ao exercício da judicatura, como magistrado classista do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região. Presidiu, no período referido, a Associação dos Juízes Classistas



da Justiça do Trabalho, com militância permanente junto ao Congresso Nacional, em Brasília. Por sua respeitável conduta e ilibada reputação, foi agraciado pelo Tribunal Superior do Trabalho com a formal admissão na “Ordem do Mérito Trabalhista”, uma das maiores honrarias do Poder Judiciário brasileiro.

Inspirado por Fernando Pessoa, materializa, de modo sublime, em cada ato seu, em cada gesto, os mandamentos de um homem emérito: “Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes”.

No ano de 1993, como reconhecimento pelas suas indiscutíveis qualidades pessoais e por sua autêntica vocação de servir, foi agraciado pela Câmara Municipal de São Paulo, por unanimidade de votos, com o título de “Cidadão Paulistano”.

Uma pessoa sempre disposta a prestar inúmeros favores e a ajudar os mais pobres e necessitados. Nas palavras de seu filho Marcos César: “Nunca conheci um homem tão generoso e desprendido. Jamais uma pessoa carente que tenha se aproximado humildemente da porta do seu restaurante deixou de receber um prato de comida. Sempre me ensinou a acudir e a amparar os desprovidos. É daqueles homens que, literalmente, entregam a camisa que estão usando para vestir um desapossado”. Suas maiores paixões eram a família, especialmente os netos Thiago, Manuela e Lorena, os amigos e o seu conhecido restaurante “Alfama dos Marinheiros”, do qual não se afastava um único dia.

O poeta maior, Fernando Pessoa dissera: “Tudo vale a pena. Se a alma não é pequena”. A imensa alma do nosso querido — e agora septuagenário — Gomes, por certo, faz com que tudo, sempre, valha verdadeiramente a pena.



O SR. STEFANO AGUIAR (PSB-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aproveitar esta oportunidade para deixar registrada minha posição em relação à falta de instalações sanitárias e fraldários em instituições financeiras para uso de seus clientes e usuários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs., Deputados, nos últimos anos, o setor bancário passou por profundas reformas, que incluíram a redução do número de postos de atendimento. Neste processo, também se diminuiu o período para atendimento ao público, que passou a ser de apenas 5 horas diárias. Assim, foram penalizados os clientes e usuários das agências, gerando a formação de longas filas, nelas predominando pessoas de baixa renda. Estas não têm acesso a outros meios para realizar suas transações bancárias.

Em nosso entendimento, o desconforto criado àquelas pessoas caracteriza a inobservância do objetivo da Política Nacional das Relações de Consumo, que é “(...) o *entendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo (...)*”, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, conforme dispõe em seu art. 4º.

Com o objetivo de resgatar a dignidade dos clientes e usuários, estamos propondo a obrigatoriedade de as instituições financeiras disponibilizarem instalações sanitárias e fraldários em suas dependências.

Era o que tinha a dizer.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (Bloco/PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande pesar que uso desta tribuna para me solidarizar com o colega Deputado Cabo Daciolo, da bancada do Estado do Rio de Janeiro, injustificadamente expulso de seu partido o PSOL, por discordar de algumas diretrizes partidárias.

O que causa estranheza é a atitude discriminatória por parte da Executiva de um partido que se diz popular, mas que toma uma atitude reacionária, pois expulsa de seus quadros um Deputado oriundo das camadas mais humildes da sociedade, orientados por membros da chamada “elite intelectual” do partido, que agora tiram a máscara e demonstram a mesma intolerância que tanto combatiam se ombreando aos piores verdugos da ditadura militar, quando condenam uma pessoa apenas por manifestar ideias contrárias às suas sem chance de ampla defesa.

Em flagrante desrespeito à vontade popular expulsam de seus quadros um Parlamentar eleito por 50 mil compatriotas que o escolheram justamente por suas ideias, que não contrapõem com a orientação partidária, pois a PEC apresentada pelo Deputado Cabo Daciolo, que mudaria o preâmbulo da Constituição brasileira de que “todo poder emana de Deus”, sem dúvida não alteraria o caráter laico de nossa Magna Carta, mas, se aprovado pela maioria dos Congressistas, teria de ser respeitado por todos os partidos. Essa é a essência do Estado democrático.

Quanto ao discurso que o Deputado Cabo Daciolo se reportou em relação aos policiais militares que participaram do caso Amarildo, claro está que o Deputado, em seu pronunciamento, não entrou no mérito do crime em si, mas apenas lembrou que policiais estão presos ainda sem sentença com prazos processuais excedidos, e que acionaria a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, observação que caberia



a qualquer criminoso que estivesse sendo tolhido de seu direito de um processo dentro das cartas legais vigentes.

Atitude como essa da Executiva do PSOL em relação ao Deputado Cabo Daciolo, nada mais é do que perseguição religiosa, maniqueísta e rasteira, pois todos os que manifestam a fé cristã imediatamente são colocados no campo oposto. A mesma reação não tiveram quando um outro Deputado da ala “intelectual” do partido que defende um Estado laico e que apregoa que o ensino do Cristianismo é homofóbico, apoia projeto de lei que institui o ensino da cultura islâmica nas escolas, esquecendo-se que na maioria dos Estados islâmicos, a Sharia (lei islâmica) condena a prática da homossexualidade e em alguns até com a morte.

Aproveito para sugerir à direção do meu partido, o PSC, que convide o Deputado Cabo Daciolo a compor o quadro de nosso partido que não faz acepção de pessoas, nem pela crença nem pela posição social.

Finalizo pedindo a Deus que ilumine todas as lideranças políticas de nosso País para que enxerguem os anseios de nosso povo para guiarem este País para um caminho que não desvie daquele ensinado por Cristo que é o da tolerância e convivência pacífica, e que derrame suas mais especiais bênçãos a todos.



O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, reforcei recentemente, ao utilizar este mesmo espaço da Câmara dos Deputados, a necessidade de garantir maior apoio ao setor sucroenergético no País. É um segmento responsável pelo emprego direto de mais de 1 milhão de pessoas, por uma contribuição de 40 bilhões de dólares no PIB e por mais de 15 bilhões de dólares em exportação por ano. No entanto, não tem a atenção que deveria, o que desencadeou, nos últimos anos, uma crise sem precedentes.

Esta Casa, como representante que deve ser dos anseios de todas as parcelas da sociedade, deu um passo importante ao criar a Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético, da qual tenho a honra de ser o Vice-Presidente.

Esse, sem dúvida, é o caminho para que possamos defender políticas que valorizem o setor e deve ser um esforço e um trabalho contínuo.

Uso este espaço, hoje, para compartilhar com os colegas Deputados uma reportagem publicada pelo jornal *O Popular*, um dos principais do Estado de Goiás. O jornal mostrou que o volume processado de cana-de-açúcar nas usinas do Centro-Oeste e do Sul do Brasil deve crescer quase 19 milhões de toneladas nesta safra em relação à safra do ano passado, chegando a 590 milhões de toneladas.

A estimativa foi divulgada pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar. Mas, infelizmente, devo lembrar que o aumento será possível somente devido às condições climáticas, que este ano estão mais favoráveis, e pela ousadia dos produtores rurais, não pelo incentivo que eles deveriam receber. A palavra “crise”,



que está na boca do brasileiro neste ano, infelizmente, já se faz presente na vida do produtor de cana há um bom tempo.

Peço a todos que imaginem, portanto, se a simples mudança climática é capaz de melhorar um pouco esse cenário, qual o potencial que esse setor tem se receber o apoio necessário. Não há dúvidas de que a produção de cana é uma vocação brasileira e que precisa ser retomada com força para o desenvolvimento de muitos Municípios.

A situação, como sabemos, é grave. A própria União da Indústria de Cana-de-Açúcar prevê o fechamento de pelo menos dez usinas neste ano, somando-se a mais 50 que já deixaram de atuar desde 2008, extinguindo mais de 100 mil empregos. É difícil acreditar que, em um ano de cortes profundos em todas as áreas, o Governo Federal se atente para esse setor, que já vem negligenciado nos últimos anos.

Nesse cenário, a Câmara esta fazendo o seu papel, ao demonstrar que está atenta às demandas sucroenergéticas. Da mesma forma que esta Casa tem entrado em discordância com o Governo e provado sua independência em muitos assuntos, esse é um ponto em que temos que mostrar nossas forças e cobrar que as demandas dos produtores sejam atendidas.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 125.1.55.O
Data: 26/05/2015

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 125.1.55.O
Data: 26/05/2015

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD
Montagem: 4176

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Cunha) - Encerro a sessão, convocando a 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, terça-feira, dia 26 de maio, às 21h02min, com a seguinte

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Número Sessão: 125.1.55.O

Data: 26/05/2015

REDAÇÃO FINAL

Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD

Montagem: 4176

(Encerra-se a sessão às 21 horas e 1 minuto.)